

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA SANDRA DOS SANTOS

A INFÂNCIA E A CRIANÇA NA PSICOLOGIA: METASSÍNTESE DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA DE GRUPOS DE PESQUISA E PESQUISADORES BRASILEIROS

MACEIÓ - AL

2019

MARIA SANDRA DOS SANTOS

A INFÂNCIA E A CRIANÇA NA PSICOLOGIA: METASSÍNTESE DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA DE GRUPOS DE PESQUISA E PESQUISADORES BRASILEIROS

Dissertação de mestrado de Maria Sandra dos Santos a ser apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira.

MACEIÓ - AL

2019

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof. Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira, pela confiança dispensada a mim durante todo meu percurso acadêmico, onde pude aprender e conviver com seu talento e profissionalismo desde o tempo da graduação.

A toda minha família, em especial à minha mãe Rosita Maria e meu irmão José Cícero, ambos, de forma direta e indireta, me ajudaram a continuar trilhando esse caminho. Foram suporte e incentivo ao longo da caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), que por meio de edital em parceria me possibilitaram os recursos da bolsa pra executar minha pesquisa.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação, pelo compromisso e ética profissional.

Às professoras Sônia Margarida Gomes Sousa e Heliane de Almeida Lins Leitão, pelas importantes contribuições a este trabalho, no Seminário Avançado de Qualificação, bem como estarem no momento da banca de defesa. Agradeço também à professora Paula Orchiucci Miura, pela disponibilidade em representar minha orientadora na defesa deste trabalho, presidindo a banca examinadora.

Aos colegas de turma de mestrado, e aos do grupo de pesquisa “Epistemologia e a Ciência Psicológica”, pelos momentos de discussões e articulações que muito contribuíram para a conclusão deste trabalho, em especial à Raissa Matos, pela amizade e parceria, compartilhando comigo momentos e discussões cruciais na construção e desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada pela presença sempre afável.

Ao meu amigo Wanderley Barbosa, que nos momentos de angústia soube ser um ótimo ouvinte. Sou muito grata por me permitir compartilhar com você esses momentos.

Agradeço a todos que, de um modo ou de outro, foram apoio e presença durante este percurso.

Aos meus amigos, Drielly Alcântara, Jessica Mendes, James Leite, e Hygina Porfírio, vocês foram meu momento de leveza e descontração, necessários nesse período.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem objeto de estudo os conceitos de infância e de criança na produção acadêmica da área de conhecimento da psicologia. Objetiva-se sistematizar o conhecimento teórico e metodológico produzido e autoria da produção sobre a infância e a criança no âmbito da psicologia no Brasil. Trata-se de método de análise descritivo-interpretativa, do tipo metassíntese. Para tanto, foi realizada as seguintes fases: exploração no banco de dados, no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), acessando e explorando os conteúdos disponíveis; identificação de vinte e quatro grupos certificados no diretório de grupos (DGP), com os descritores: infância, criança, crianças e infantil; aplicação de fases de cruzamento e de refinamento, com obtenção de 21 grupos; a descrição dos dados do diretório de grupos com os filtros: todas as regiões, todas as instituições, todos os anos, as Ciências Humanas como grande área de conhecimento e a Psicologia como área específica. Os vinte e um pesquisadores líderes, possuem doutorado ou pós-doutorado; o grupo mais antigo foi formado em 1992 e o mais recente, em 2017. Nos anos de 2010, 2013 e 2017 foram formados três grupos de pesquisa, sendo esse o maior quantitativo de grupos criado por ano. São 18 instituições públicas e 03 comunitárias representadas em cada grupo. O estudo realizou ainda a identificação das produções dos pesquisadores líderes de cada grupo, por meio da Plataforma *Lattes*, acessando o currículo dos mesmos; descrição da produção dos grupos e dos pesquisadores; identificação de aspectos teóricos e metodológicos da produção dos líderes de cada grupo. Essa etapa permitiu contabilizar os artigos de cada líder de grupo de pesquisa, por meio do acesso ao currículo *Lattes* dos mesmos, onde se obteve um quantitativo de 73 artigos, publicados entre 2013 a 2017, com um dos quatro descritores presentes no título. São 48 artigos com o termo crianças, 10 com o termo infantil, 08 com o termo infância e 07 com o termo criança no título. Na fase qualitativa, de análise dos artigos, permitiu a seguinte síntese interpretativa: o uso do conceito criança/as demarca certa faixa etária da criança, onde são avaliados aspectos do desenvolvimento, com demarcação orgânica e social, associados a diversas temáticas. Por outro lado, o conceito de infância/infantil apresentam pressupostos de base históricas e culturais. Os estudos, do ponto de vista do método, são quarenta e sete (47) estudos empírico-experimentais e vinte e seis (26) estudos teóricos. Em relação às perspectivas teóricas adotadas nos estudos, dos setenta e três (73) artigos analisados, quarenta (40) não especificaram a perspectiva teórica abordada. São trinta e três (33) artigos que especificam o uso de alguma abordagem teórica. As abordagens teóricas utilizadas nos artigos foram subdivididas em cinco (05) categorias teóricas: Histórico-culturais/Psicossociais (14), Cognitivo-comportamentais (08), Psicologia do desenvolvimento (07), Psicanálise (02) e Neuropsicologia (02). Considera-se importante a utilização de bases *online* de pesquisas e pesquisadores, na configuração dos estudos da infância e da criança, no estabelecimento de redes de pesquisas, no âmbito da psicologia brasileira.

Palavras-chave: Infância, Metassíntese, Produção de conceitos, Diretório de grupos de pesquisa do CNPq.

RESUMEN

El presente proyecto de investigación tiene objeto de estudio los conceptos de infancia y de niño en la producción académica del área de conocimiento de la psicología. Objetiva sistematizar el conocimiento teórico y metodológico producido y autoría de la producción sobre la infancia y el niño en el ámbito de la psicología en Brasil. El método se trata de un análisis descriptivo-interpretativo, del tipo metassíntesis. Para ello, se realizaron las siguientes fases: explotación en el banco de datos, en el portal del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq), accediendo y explorando los contenidos disponibles; identificación de veinticuatro grupos certificados en el directorio de grupos (DGP), con los descriptores: infancia, niño, niños e infantil; aplicación de fases de cruce y de refinamiento, con la obtención de 21 grupos; la descripción de los datos del directorio de grupos con los filtros: todas las regiones, todas las instituciones, cada año, las Ciencias Humanas como gran área de conocimiento y la Psicología como área específica. Los veinte y uno investigadores líderes, poseen doctorado o postdoctorado; el grupo más antiguo fue formado en 1992 y el más reciente, en 2017. En 2010, 2013 y 2017 se formaron tres grupos de investigación, siendo el mayor cuantitativo de grupos creado por año. Son 18 instituciones públicas y 03 comunitarias representadas en cada grupo. El estudio también realizó la identificación de las producciones de los investigadores líderes de cada grupo, a través de la Plataforma Lattes, accediendo al currículo de los mismos; descripción de la producción de los grupos y de los investigadores; identificación de aspectos teóricos y metodológicos de la producción de los líderes de cada grupo. Esta etapa permitió contabilizar los artículos de cada líder de grupo de investigación, a través del acceso al currículo Lattes de los mismos, donde se obtuvo un cuantitativo de 73 artículos, publicados entre 2013 a 2017, con uno de los cuatro descriptores en el título. Son 48 artículos con el término niños, 10 con el término infantil, 08 con el término infancia y 07 con el término niño en el título. En la fase cualitativa, de análisis de los artículos, permitió la siguiente síntesis interpretativa: el uso del concepto niño / as demarca cierta franja etaria del niño, donde se evalúan aspectos del desarrollo, con demarcación orgánica y social, asociados a diversas temáticas. Por otro lado, el concepto de infancia / infantil presentan presupuestos de base históricas y culturales. Los estudios, desde el punto de vista del método, son cuarenta y siete (47) estudios empírico-experimentales y veintiséis (26) estudios teóricos. En relación a las perspectivas teóricas adoptadas en los estudios, de los setenta y tres (73) artículos analizados, cuarenta (40) no especificaron la perspectiva teórica abordada. Son treinta y tres (33) artículos que especifican el uso de algún enfoque teórico. Los enfoques teóricos utilizados en los artículos fueron subdivididos en cinco (05) categorías teóricas: Histórico-culturales / Psicosociales (14), Cognitivo-comportamentales (08), Psicología del desarrollo (07), Psicoanálisis (02) y Neuropsicología (02). Se considera importante la utilización de bases online de investigaciones e investigadores, en la configuración de los estudios de la infancia y del niño, en el establecimiento de redes de investigación, en el ámbito de la psicología brasileña.

Palabras clave: Infancia, Metassíntesis, Producción de conceptos, Directorio de grupos de investigación del CNPq.

Lista de Quadros

1.	Quadro 01.....	14
2.	Quadro 02.	16
3.	Quadro 03.....	17
4.	Quadro 04.....	18
5.	Quadro 05.....	33
6.	Quadro 06.....	33
7.	Quadro 07.....	41
8.	Quadro 08.....	44
9.	Quadro 09.....	153

Lista de Gráficos

1.	Gráfico 01.....	22
2.	Gráfico 02.....	43
3.	Gráfico 03.....	44
4.	Gráfico 04.....	155

Lista de Abreviaturas e Siglas

APLAB	Avaliação Psicológica: Pessoas & Contextos
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
DCNL	Developmental Cognitive Neuroscience Lab
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
EIDEP	Escolarização Inicial e Desenvolvimento Psicológico
FAQ	Frequently Asked Questions
GAEPEPE	Grupo amazônico de estudos e pesquisas em psicologia e educação
GEPEIF	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Fundamental 1
GEIJC	Grupo de pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea.
GIDEP	Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia.
HUBRIS	Conceito grego que pode ser traduzido como "tudo que passa da medida"
HU/UFSC	Hospital Universitário \Universidade Federal de Santa Catarina
LABMIS	Laboratório de Novas Mídias \Psicologia Cultural
LabVis-UFPE	Laboratório de Percepção Visual
Labclinicapsic	Laboratório de clínica psicanalítica
LAPAM	Laboratório de Psicologia Ambiental
LAPEN	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia
LabESHU	Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana
LEPPSI	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde
LEPIA	Laboratório de estudos e pesquisas sobre infância e adolescência
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
NELUS	Núcleo de Estudos em Ludicidade e Sócio tecnologias
NEPEIA	Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência

NPPJ	Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica
NIPIAC	Núcleo de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas
NEPPFE	Núcleo de estudos e pesquisas em psicologia fenomenológico-existencial
NUPPCINE	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise e Cinema
PNeC	Percepção, Neurociências e Comportamento
PSIDINH	Psicologia e Desenvolvimento Humano
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
TIC	Tecnologia da informação e comunicação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UEP-JMF	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
USP	Universidade de São Paulo
UE-Centro-Oeste	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UF- Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso
UEBA	Universidade do Estado da Bahia
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UF São Carlos	Universidade Federal de São Carlos
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFPA	Universidade Federal do Pará
VIESES	Violência, Exclusão Social e Subjetivação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. MÉTODO.....	14
2.1. Etapas da metassíntese.....	14
2.1.1. Exploração.....	15
2.1.2. Cruzamento.....	17
2.1.3. Refinamento.....	18
2.1.4. Descrição.....	21
2.1.5. Interpretação.....	35
3. POTENCIALIDADES DO DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA/ CNPQ. .	37
3.1. O que é o Diretório de Grupos de Pesquisa?.....	37
3.2. Como utilizar as informações sobre os grupos de pesquisa no diretório.....	39
4. QUEM SÃO OS PESQUISADORES LÍDERES DOS GRUPOS DE PESQUISA?	46
5. POTENCIALIDADES DA PLATAFORMA LATTES: O QUE OS PESQUISADORES LÍDERES SIGNIFICAM SOBRE A INFÂNCIA E A CRIANÇA EM SEUS ARTIGOS	66
5.1. Autores que utilizam o conceito criança/as em seus artigos.....	66
5.1.1. Aqueles que explicitam pressuposto teórico.....	66
5.1.1.1. Abordagem Histórico-culturais/Psicossociais.....	67
5.1.1.2. O pressuposto Cognitivo-comportamental.....	73
5.1.1.3. Psicologia do Desenvolvimento.....	83
5.1.1.4. Psicanálise.....	88
5.1.1.5. A Neuropsicologia.....	89
5.1.2. Aqueles que não explicitam pressuposto teórico.....	92
5.2. Autores que utilizam o conceito infância/infantil em seus artigos.....	113
5.2.1. Aqueles que explicitam pressuposto teórico.....	113
5.2.2.1. Abordagem Histórico-culturais/Psicossociais.....	114
5.2.2.2. O pressuposto Cognitivo-comportamental.....	126
5.2.2.3. Psicologia do Desenvolvimento.....	127
5.2.2.4. Psicanálise.....	131
5.2.3. Aqueles que não explicitam pressuposto teórico.....	132
6. CONCLUSÃO.....	158

7. REFERÊNCIAS.....	161
8. APÊNDICE.....	169

1. INTRODUÇÃO

A produção do conceito de infância e de criança se apresenta como importante questão a ser estudada e desenvolvida na linha de pesquisa “Psicologia e os processos psicossociais”, bem como estudos no âmbito do grupo de pesquisa “Epistemologia e Ciência Psicológica”. Desse modo, o presente estudo pretende contribuir com o avanço das discussões sobre o tema.

As produções teóricas dos estudos da infância e da criança é um campo importante da psicologia o que nos permite identificar diferentes posicionamentos teóricos e metodológicos na investigação desse fenômeno, os quais subsidiam o pensamento teórico na psicologia. Como aponta Canuto (2017) em sua pesquisa sobre o conceito de infância em artigos brasileiros de psicologia, onde se observa a partir de seus resultados que mesmo dentro de uma única área de conhecimento, no caso, a psicologia, há uma variação de perspectivas acerca do mesmo fenômeno, por exemplo, temos as perspectivas cognitivas e a do desenvolvimento em contrapartida às perspectivas sociais.

A análise empreendida nos artigos demonstra que ainda há uma predominância na concepção de infância como etapa do desenvolvimento na psicologia. No que diz respeito ao método, ressalta-se que alguns autores dos artigos analisados demonstram a preocupação, reconhecida a nível internacional, sobre o abafamento da voz das crianças nas pesquisas. Porém, poucas pesquisas dos artigos analisados recorrem diretamente à fala da criança. (CANUTO, 2017).

A escolha pelos descritores infância/infantil e criança/s no título dos grupos de pesquisas e nos artigos, foi pela aproximação com tais termos em comparação à outros, como por exemplo, o descritor desenvolvimento.

Nessa direção, se coloca o interesse em perceber como, em um período de tempo e em um banco de dados diferentes, o conceito de infância e de criança está sendo concebido pela psicologia no Brasil. Assim, esta pesquisa objetiva sistematizar o conhecimento produzido e as autorias da produção sobre a infância e criança no âmbito da psicologia no Brasil. Especificamente 1. Conhecer o diretório dos grupos de pesquisa (DGP) no Brasil, disposto no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), acessando e explorando os conteúdos disponíveis; 2. Identificar os grupos que tomam a infância e a criança como temática de pesquisa, por meio do uso dos seguintes termos de busca: infância, infantil, criança e crianças; 3. Identificar os pesquisadores líderes de cada

grupo e suas produções por meio da Plataforma *Lattes*, acessando o currículo dos mesmos; 4. Descrever a produção dos grupos e dos pesquisadores, apresentando os aspectos mais relevantes quantitativamente; e 5. Identificar aspectos teóricos e metodológicos da produção dos líderes de cada grupo.

Assim a presente dissertação apresenta em seu Capítulo 2, a descrição pormenorizada dos procedimentos realizados nesta metassíntese. As cinco etapas da pesquisa (exploração cruzamento, refinamento, descrição e interpretação), assim como os critérios de análise utilizados.

O capítulo 3 apresenta as potencialidades do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, destaca sua historicidade como sistema de registro da pesquisa no Brasil e etapas de manejos utilizados na plataforma. Por sua vez, o Capítulo 4 apresenta os pesquisadores líderes dos grupos de pesquisa ao tempo em que, vai configurando o *corpus* analítico do estudo.

O Capítulo 5 proporciona uma descrição da potencialidade da plataforma *Lattes* e uma imersão nos artigos produzidos pelos autores, acerca da infância e da criança em busca dos pressupostos teóricos e metodológicos que subsidiam a utilização e a produção dos conceitos focalizados neste estudo, seguido da Conclusão, Referências e Apêndice (com fragmentos das etapas dos procedimentos metodológicos e resultados encontrados).

2. MÉTODO

2.1. Etapas da metassíntese

Trata-se de uma metassíntese e deve ser estruturada de modo a favorecer o caráter processual da investigação. Nesse caso, torna-se necessário a delimitação de etapas sequenciais e complementares (BASTOS, 2014; TRANCOSO, 2012).

Quadro 01. Conceitos de Metassíntese

Autor	Conceito
SANDELOWSKI M; BARROSO J (2003)	Revisão sistemática ou integração de resultados de investigação qualitativa num determinado domínio, sendo eles próprios, sínteses interpretativas de dados, incluindo fenomenologias, etnografias, <i>grounded theories</i> e outras.
THORNE S; JENSEN L (2004)	Metodologia que, através dos resultados de estudos qualitativos, procura descobrir os elementos essenciais e traduzir os resultados primários num produto final, que os transforme num novo conceito, conservando a especificidade dos estudos individuais e desenvolver ou refinar teorias.
FINFGELD-CONNETT, D. (2006)	Metodologia utilizada para o estudo rigoroso de conclusões qualitativas, interpretando-as e redefinindo-as, resultando em (re) conceptualizações das conclusões originais.
ZIMMER, L. (2006)	Estudo qualitativo que utiliza como dados os resultados de outros estudos qualitativos, com o mesmo tema ou temas relacionados.

Fonte: Sousa e Branco (2013)

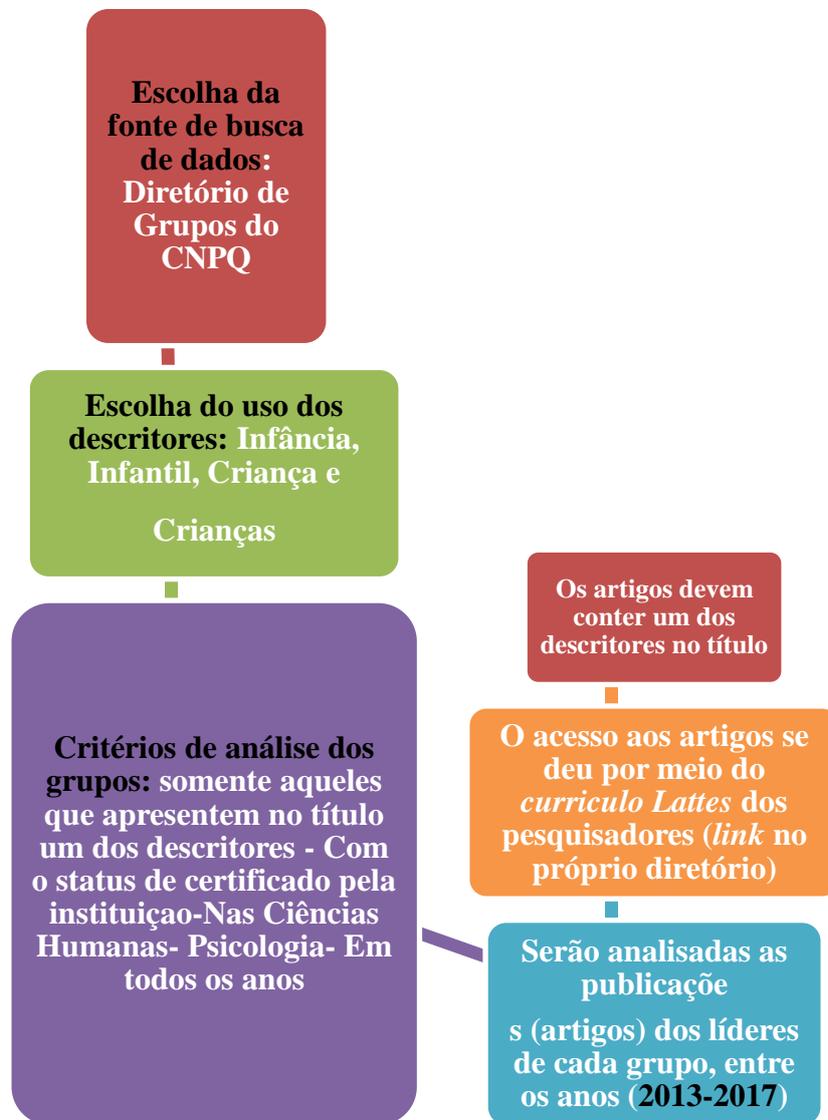
Sousa e Branco (2013), consideram esta metodologia um tipo de evidência científica rigorosa na construção do conhecimento e de nível mais elevado de complexidade na

investigação qualitativa. Sendo assim uma fase superior de abstração mental da síntese, conjugada com a capacidade racional e a sensibilidade através de processos de desconstrução, reconstrução e meta-refinamento, permitindo clarificar conceitos, descrever ou explicar teorias ou desenvolver novos modelos e teorias, mantendo a singularidade dos estudos primários.

Será feita inicialmente uma exploração no banco de dados do CNPq, no diretório de grupos; com posteriores fases de cruzamento e refinamento da amostra. A seguir, realiza-se a descrição dos dados do diretório de grupos, e, por último, a fase de interpretação que, segundo Canuto (2017) é a fase que possibilita lançar um olhar, em perspectiva, para o que foi apreendido no encontro entre as informações obtidas, e realizar propriamente a metassíntese.

2.1.1 Exploração → Corresponde ao momento de busca dos estudos nas fontes selecionadas. Para tanto, faz-se necessário uma definição e uso de descritores de busca ou palavras-chave que tenham a capacidade de localizar documentos pertinentes ao objeto de investigação (BASTOS, 2014). Esta etapa caracteriza-se pela definição e busca dos grupos de pesquisa que constituirão o *corpus* inicial da pesquisa. Nesse sentido, o recorte utilizado, nesta busca inicial, foi a partir do uso dos descritores: infância, criança, crianças e infantil, como termos de busca no banco de dados do diretório de grupos do CNPq, sendo somente da área da Psicologia.

Quadro 02. Os recortes utilizados nesta etapa da pesquisa foram:



Fonte: Autora (2018)

Após a utilização desses critérios de busca e de análise, a intenção é poder ter um quantitativo relevante e ao mesmo tempo analisável, visto que, serão lidos integralmente os artigos de cada líder de grupo em um recorte temporal de cinco anos. É importante ressaltar que em todas as etapas, acima elencadas, foram desenvolvidas na plataforma do diretório de grupos de pesquisa.

2.1.2 Cruzamento → Com o objetivo de reduzir e refinar a amostra, esta fase objetivou eliminar os grupos que não apresentavam os descritores no título. Para verificar a repetição de grupos em cada descritor utilizado, se realizou um cruzamento intradescritores e interdescritores, que consistem na análise comparativa entre os grupos obtidos por cada descritor e entre os quatro descritores utilizados. A verificação de duplicidade de grupos no material visa uma maior precisão nos resultados. Esta é a fase do tratamento dos dados, a qual se caracteriza pela intenção de convergir criteriosamente e, gradualmente, a um *corpus* de pesquisa que tenha a relevância do conteúdo como parâmetro. Nesse sentido, esta fase deve aumentar a qualidade e consistência da amostra e reduzir seu volume. (BASTOS, 2014).

A primeira busca no diretório de grupos foi realizada em abril de 2017, onde foram contabilizados 256 grupos, com o uso dos quatro descritores, e 34 grupos, com o status de certificação pelo CNPq, na área da psicologia. Porém passado um ano desde essa primeira busca, a instituição em questão (CNPq) fez novas atualizações em seu banco de dados e, por isso realizou-se uma recontagem dos grupos, para que assim essa pesquisa apresente informações atualizadas e, conseqüentemente, se mostre relevante no campo acadêmico.

Uma nova busca no diretório de grupos foi realizada em maio de 2018, contendo assim as atualizações feitas pelo CNPq. Segue abaixo o quantitativo de grupos encontrados.

Quadro 03. Critérios de exclusão de grupos:

Total de grupos encontrados com o uso dos quatro descritores:	Total de grupos certificados pela instituição	Total de grupos com o status de não atualizados	Total de grupos com o status em preenchimento	Total de grupos com o status de excluídos	Total de grupos repetidos
44	24	14	04	02	03

Fonte: Autora (2018)

O recorte escolhido, na busca pelos grupos, foi à presença no título da temática (infância/criança), por meio dos termos: infância, infantil, criança e crianças. Com a utilização destes quatro termos, obtivemos um quantitativo de 44 grupos. Deste quantitativo inicial 24 estão certificados pela instituição (CNPq). Após cruzamentos interdescritor e intradescritor

houve a verificação de 03 repetições, restando assim 21 grupos a serem analisados. O quadro geral dos grupos encontrados encontra-se em apêndice.

2.1.3 Refinamento → Nessa fase foi realizada uma análise comparativa entre todos os documentos que permaneceram no *corpus* da pesquisa. Assim, objetivou-se averiguar a duplicidade do material coletado para que não haja imprecisão no resultado. (BASTOS, 2014).

Dos 44 grupos contabilizados obteve-se 21 grupos para as posteriores fases desta pesquisa. Serão lidos, integralmente, os artigos dos líderes destes 21 grupos, entre os anos de 2013 a 2017. Os artigos devem conter um dos descritores no título.

Quadro 04. Grupos de Pesquisa a serem analisados

<i>GRUPO e ANO DE CRIAÇÃO</i>	LÍDER	INSTITUIÇÃO
1. <i>Infância, adolescência, família e sociedade.</i> 1992	Lídia Natalia Dobrianskyj Weber	Universidade Federal do Paraná
2. <i>Interação social, aprendizagem e desenvolvimento da criança pequena.</i> 1995	Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil	Universidade Federal de São Carlos
3. <i>Infância, família e sociedade.</i> 1999	Sônia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS
4. <i>Desenvolvimento sociomoral de crianças e adolescentes.</i> 2002	Raul Aragão Martins	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

<p>5. <i>Infância, juventude e cultura contemporânea – GEIJC.</i> 2006</p>	<p>Raquel Gonçalves Salgado</p>	<p>Universidade Federal de Mato Grosso</p>
<p>6. <i>Psicologia Educacional, Formação e Infância - estudos sobre classes populares e educação pública.</i> 2006</p>	<p>Ângela Maria Dias Fernandes</p>	<p>Universidade Federal da Paraíba</p>
<p>7. <i>Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem atraso no desenvolvimento.</i> 2010</p>	<p>Carlos Barbosa Alves de Souza</p>	<p>Universidade Federal do Pará</p>
<p>8. <i>Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância.</i> 2010</p>	<p>Daniela Barros da Silva Freire Andrade</p>	<p>Universidade Federal de Mato Grosso</p>
<p>9. <i>Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Fundamental 1 – GEPEIF.</i> 2010</p>	<p>Jorgete Pereira Oliveira</p>	<p>Universidade do Estado da Bahia</p>
<p>10. <i>NEPEIA - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência.</i> 2011</p>	<p>Andrea Gabriela Ferrari</p>	<p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p>

<p>11. Núcleo de Investigações Neuropsicológicas da Infância e Adolescência (NEURÔNIA). 2012</p>	<p>Patrícia Martins de Freitas</p>	<p>Universidade Federal da Bahia</p>
<p>12. Laboratório de estudos e pesquisas sobre infância e adolescência (LEPIA). 2013</p>	<p>Antônio Augusto Pinto Junior</p>	<p>Universidade Federal Fluminense</p>
<p>13. Ações preventivas e processos de intervenção em desenvolvimento infantil. 2013</p>	<p>Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues</p>	<p>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho</p>
<p>14. Estudos sobre Infância e Adolescência. 2013</p>	<p>Ana Priscila Batista</p>	<p>Universidade Estadual do Centro-Oeste</p>
<p>15. Sistema de proteção a crianças e adolescentes: Pesquisas e aplicações. 2014</p>	<p>Débora Dalbosco Dell'Aglio</p>	<p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p>
<p>16. Psicologia da saúde e desenvolvimento da criança e do adolescente. 2014</p>	<p>Sônia Regina Fiorim Enumo</p>	<p>Pontifícia Universidade Católica de Campinas</p>
<p>17. Balbucios: Gaguejar uma infância. 2016</p>	<p>Michele de Freitas Faria de Vasconcelos</p>	<p>Universidade Federal de Sergipe</p>

<p>18. Abuso sexual infantil: reflexões contemporâneas.</p> <p>2016</p>	<p>Andrea Soutto Mayor</p>	<p>Universidade Federal Fluminense</p>
<p>19. Educação, infância e desenvolvimento humano na perspectiva da teoria histórico-cultural (GEITHC).</p> <p>2017</p>	<p>Francisco de Assis Carvalho de Almada</p>	<p>Universidade Estadual da Região Tocantina do MA (UEMASUL)</p>
<p>20. Linguagem, corpo & infantil/ LinCI-UFPA.</p> <p>2017</p>	<p>Luiz Carlos Souza Bezerra</p>	<p>Universidade Federal do Pará – UFPA</p>
<p>21. VIA – Redes (Violência, infância, adolescência e redes de proteção e de atendimento).</p> <p>2017</p>	<p>Jean Von Hohendorff Faculdade Meridional – IMED</p>	<p>Faculdade Meridional – IMED</p>

Fonte: Autora (2018)

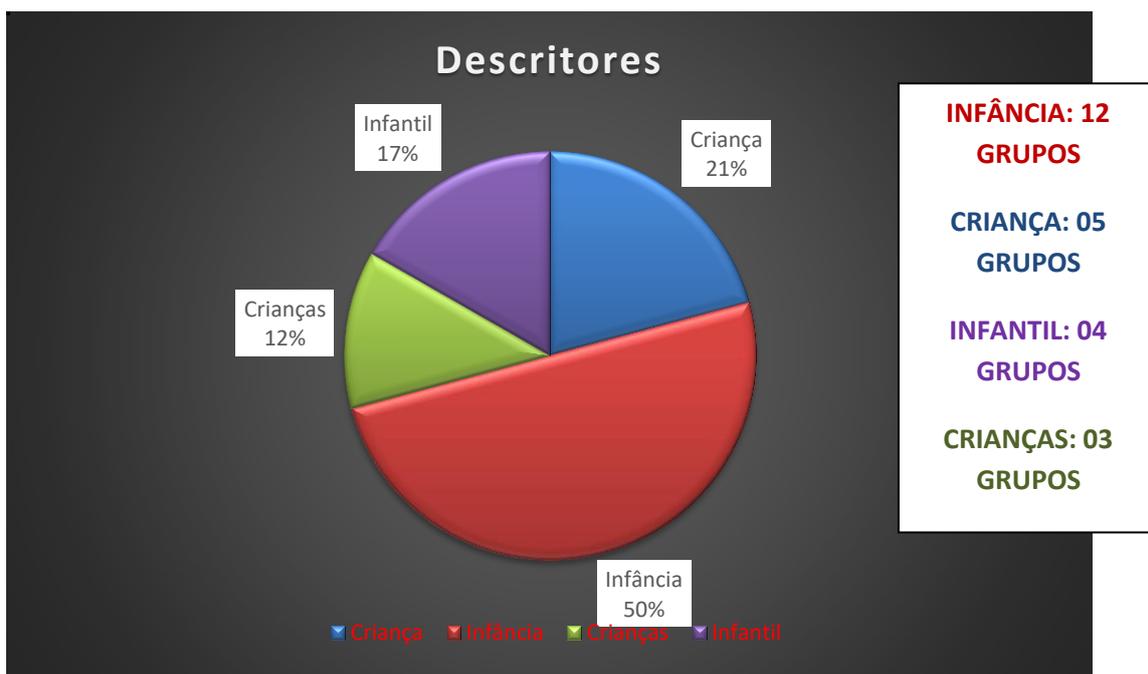
No quadro acima temos os 21 grupos (por ordem cronológica de ano de formação) que apresentam um dos descritores, conforme critério definido na fase de busca. Tais grupos estão com o *status* de certificação fornecido pela instituição (o CNPq). Logo, os grupos não atualizados, em preenchimento ou excluídos, não fazem parte desta pesquisa. São doze grupos com o termo infância, quatro com o termo infantil, três com o termo crianças e dois com o termo criança, totalizando os 21 grupos de pesquisa. Podemos observar acima também os anos de formação de cada grupo de pesquisa.

2.1.4 Descrição → Nesta etapa buscou-se responder ao objetivo de descrever o panorama da produção nos grupos e dos líderes utilizados nesta pesquisa. Para tanto, se realizou a descrição dos dados dos grupos, obtida através do acesso à página oficial do CNPq (disponível nas referências). Assim, se pôde identificar o histórico e características de cada grupo e das produções de seus líderes, acessando seus Currículos *Lattes*.

A busca pelos grupos de pesquisa seguiu os seguintes critérios: presença do descritor no título – Ser da área de estudos das Ciências Humanas (Psicologia) – Em todos os anos.

Com o uso do termo infância no campo de busca do diretório foram encontrados 19 grupos, sendo 04 não atualizados, 03 em preenchimento, e 12 certificados; com a busca pelo termo infantil encontramos 09 grupos, sendo 04 não atualizados, 01 em preenchimento e 04 certificados; Com a busca com o termo criança contabilizamos 10 grupos, 04 não atualizados, 01 excluído e 05 certificados; e com a busca com o termo crianças encontramos 06 grupos, 02 não atualizados, 01 excluído e 03 certificados pela instituição (CNPq). Lembrando que apenas os grupos certificados foram analisados. Ou seja, totalizamos 44 grupos de pesquisa, porém retirando os dois grupos excluídos, os quatro em preenchimento, os 14 não atualizados e as três repetições encontradas, restaram **21** grupos de pesquisa para as fases seguintes desta pesquisa.

Gráfico 01. Quantitativo de grupos de pesquisa por uso de descritor



Fonte: Autora (2018)

São vinte e quatro grupos certificados, porém subtraindo as repetições, ficam 21 grupos a serem analisados e seus respectivos líderes. No gráfico acima, vemos o quantitativo de grupos encontrados com a busca no diretório, com o uso de cada descritor. Dos vinte e um grupos analisados doze aparecem com o termo infância no título, quatro tem o termo infantil, três com o termo crianças e dois com o termo criança no título.

No capítulo a seguir, referente à descrição estarão dispostos os dados de cada grupo e seus pesquisadores. E, no apêndice, estão os quadros com o quantitativo geral de grupos encontrados no diretório.

Importante apresentar ainda, que foram contabilizados os artigos de cada líder de grupo de pesquisa, por meio do acesso ao currículo *Lattes* dos mesmos, onde se obteve um quantitativo de **73** artigos, publicados entre 2013 a 2017, com um dos quatro descritores no título. Abaixo, estão apresentados os **73** artigos por ordem alfabética de cada autor/pesquisador:

- ❖ Ana Priscila Batista (total de 07 artigos publicados e **03** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):

- ✚ **Relação entre autoconceito de crianças e estilos de liderança de professores.** Psicologia escolar e educacional (2017).

- ✚ **Crenças de Crianças e Professoras sobre a - Boa Professora-.** Iniciação Científica – CESUMAR (2016).

- ✚ **Análise de programas direcionados a comportamentos exteriorizados na infância e adolescência.** Psicologia Argumento (PUCPR. Impresso) (2014).

- ❖ Antônio Augusto Pinto Junior (total de 06 artigos publicados e **03** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):

- ✚ **Avaliação de um programa de esclarecimento sobre abuso sexual infantil para pais e responsáveis.** Revista ciência em extensão, (2017).

- ✚ **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção nos centros de referência de assistência social.** Revista Ciência em Extensão (2015).

- ✚ **Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.** Cadernos Saúde Coletiva, (2015).
- ❖ Carlos Barbosa Alves de Souza (total de 18 artigos publicados e **04** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
 - ✚ **Relações funcionais entre estímulos condicionais sociais, atenção conjunta, tato e mando em crianças com autismo.** Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva (impresso) (2017).
 - ✚ **Ensino de Nomeação com Objetos e Figuras para Crianças com Autismo.** Psicologia: Teoria e Pesquisa (Brasília. *Online*) (2016).
 - ✚ **Ensino de linguagem receptiva para crianças com autismo: comparando dois procedimentos.** Acta Colombiana de Psicologia, (2015).
 - ✚ **Intervenções Comportamentais no Ensino de Atenção Conjunta para Crianças com Autismo: Uma revisão de literatura.** Interação em Psicologia (*Online*), (2014).
- ❖ Daniela Barros da Silva Freire Andrade (total de 15 artigos publicados e **07** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
 - ✚ **Intervenção em práticas de cuidado à criança no contexto hospitalar: representações sociais da equipe de saúde.** Psicologia e saber social, (2017).
 - ✚ **Representações sociais de Cuiabá: estudo comparativo entre mapas cognitivos de crianças em escolas públicas e particulares.** Revista educação e fronteiras (*Online*), (2016).

- ✚ **'Quando eu penso em Cuiabá... ': significações da cidade por crianças em escolas particulares.** Plures. Humanidades (Ribeirão Preto), (2016).
 - ✚ **Movimento e aprendizagem: a significação do corpo pela criança na Educação Infantil.** (2016).
 - ✚ **O potencial narrativo dos lugares destinados às crianças: incursões do grupo de pesquisa em psicologia da infância GPPIN.** Fractal: Revista de Psicologia, (2015).
 - ✚ **Cidade como metáfora de si: representações socioespaciais de Cuiabá? MT segundo a criança.** Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso), (2014).
 - ✚ **A criança nas entrelinhas dos discursos de acadêmicos brasileiros sobre professor da Educação Infantil.** Revista de Educação Pública (UFMT), (2013).
- ❖ Débora Dalbosco Dell’Aglío (total de 65 artigos publicados e **10** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
- ✚ **Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias.** Psicologia & Sociedade (*Online*), (2017).
 - ✚ **Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: Epidemiologia e notificação.** Revista da SPAGESP, (2016).
 - ✚ **Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização.** Pensando Famílias, (2016).

- ✚ **Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: Um estudo documental.** Revista da SPAGESP, (2016).
 - ✚ **Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes.** Revista de psicología (Santiago), (2015).
 - ✚ **Perfil do desenvolvimento da linguagem de crianças no município de Belém, segundo o Teste de Triagem de Denver II.** Revista CEFAC (*Online*), (2015).
 - ✚ **Depoimento especial: para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.** Temas em Psicologia (Ribeirão Preto), (2014).
 - ✚ **Nível socioeconômico e funções executivas em crianças/adolescentes: revisão sistemática.** Arquivos Brasileiros de Psicologia (*Online*), (2013).
 - ✚ **Perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Avaliação Psicológica (Impresso), (2013).
 - ✚ **Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados.** Temas em Psicologia (Ribeirão Preto), (2013).
- ❖ Jean Von Hohendorff (total de 12 artigos publicados e **04** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
- ✚ **O que podemos aprender com o modelo de rede de proteção e de atendimento às crianças vítimas de violência a partir do modelo americano Children's Advocacy Center (CAC)?** Diaphora - Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, (2017).

- ✚ **Parceria com a rede de atendimento no estudo da violência sexual infantil.** REVISTA DA SPAGESP, (2017).
 - ✚ **Violência sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo.** BARBARÓI (UNISC. *online*), (2017).
 - ✚ **Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento.** Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso), (2015).
- ❖ Lídia Natalia Dobrianskyj Weber (total de 16 artigos publicados e **05** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
- ✚ **. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental.** Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (Impresso), (2016).
 - ✚ **Relações entre a obesidade na infância e adolescência e a percepção de práticas de alimentação e estilos educativos parentais.** Psicologia Argumento (PUCPR. Impresso), (2014).
 - ✚ **Maus-tratos contra crianças e adolescentes.** INFAD (Barcelona), (2013).
 - ✚ **Percepção do estresse pelas crianças do primeiro ano do ensino fundamental.** Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas, (2013).
 - ✚ **A influência da escola a alimentação da criança.** Camine: Caminhos da Educação, (2013).

- ❖ Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil (total de 09 artigos publicados e 01 artigo com o descritor no título no período de 2013-2017):

- ✚ **Aprendizagem de relações emergentes por exclusão em crianças de 2 a 3 anos.** Revista brasileira de análise do comportamento, (2016).

- ❖ Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (total de 15 artigos publicados e 01 artigo com o descritor no título no período de 2013-2017):

- ✚ **Apoio institucional como fio condutor do Plano de Qualificação das Maternidades: oferta da Política Nacional de Humanização em defesa da vida de mulheres e crianças brasileiras.** Interface (Botucatu. *Online*), (2014).

- ❖ Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues (total de 30 artigos publicados e 10 artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):

- ✚ **Ansiedade Materna e Problemas Comportamentais de Crianças com Fissura Labiopalatina.** Psicologia Ciência e Profissão, (2017).

- ✚ **Problemas Comportamentais em Crianças Pré-Escolares com Fissura Labiopalatina.** Temas em psicologia (Ribeirão Preto), (2017).

- ✚ **Análise de manuais de aleitamento infantil: orientações às mães que não podem amamentar.** Temas em Psicologia (Ribeirão Preto), (2016).

- ✚ **Intoxicação infantil por chumbo: uma questão de saúde e de políticas públicas.** Psicologia em Revista (*Online*), (2016).

- ✚ **Habilidades sociais, competência acadêmica e problemas de comportamento em crianças com diferentes níveis de plumbemia.** Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso), (2015).

- ✚ **Estratégias de enfrentamento em crianças em situação pré-cirúrgica: relação com idade, sexo, experiência com cirurgia e estresse.** Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso), (2015).
 - ✚ **Influências do estresse e ansiedade puerperal nos primeiros meses do desenvolvimento infantil.** Cadernos de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento (*Online*), (2015).
 - ✚ **Intervenção em habilidades sociais com uma criança com Síndrome de Down.** Revista Educação Especial (*Online*), (2014).
 - ✚ **Avaliação do desempenho escolar de crianças contaminadas por chumbo.** Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, (2014).
 - ✚ **Avaliação do repertório de habilidades sociais em crianças com fissura labiopalatina.** Aletheia (2014).
- ❖ Patrícia Martins de Freitas (total de 09 artigos publicados e **05** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
- ✚ **Adaptações Curriculares para Crianças com Deficiência Intelectual Moderada: Contribuições da Neuropsicologia do Desenvolvimento.** Pedagogia em Ação (PUC-MG), (2016).
 - ✚ **Análise dos preditores do estado psicológico das mães de crianças com Paralisia Cerebral.** Estudos e Pesquisas em Psicologia (*Online*), (2014).
 - ✚ **Relações entre depressão materna e problemas de comportamento em crianças.** Psicologia Argumento (PUCPR. Impresso), (2014).

- ✚ **Percepção das Mães sobre as Relações Familiares e o Comportamento de suas crianças: um estudo correlacional.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, (2013).
- ✚ **Intervenção Cognitivo-Comportamental para crianças com dificuldades psicolinguísticas: Reabilitação neuropsicológica.** Revista Ciência em Extensão, (2013).
- ❖ Raquel Gonçalves Salgado (total de 08 artigos publicados e **06** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
 - ✚ **Infância em pesquisa: as crianças e os signos da mídia em contextos educativos.** Interação Interdisciplinar, (2017).
 - ✚ **Gêneros, sexualidades e infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência.** Childhood & philosophy, (2017).
 - ✚ **Em busca do corpo perfeito: as crianças na cultura da beleza e da sedução.** Em Aberto. (2016).
 - ✚ **Infância e escola: tempos e espaços de crianças.** Educação e Realidade, (2016).
 - ✚ **Infância, gerações e temporalidades: experiências de crianças e professoras em diálogo.** Linhas críticas (*Online*), (2014).
 - ✚ **'Tudo junto e misturado?': a infância contemporânea no diálogo entre crianças e adultos.** Revista Teias (UERJ. *Online*), (2013).
- ❖ Raul Aragão Martins (total de 31 artigos publicados e **04** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):

- ✚ **Concepções de profissionais da saúde sobre altas habilidades e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em crianças.** Educação e cultura contemporânea, (2016).
 - ✚ **Histórias e dilemas morais com crianças: instrumento para pesquisadores e educadores.** Interfaces da Educação, (2015).
 - ✚ **Considerações sobre a agressividade infantil.** Revista Olhares e Trilhas, (2015).
 - ✚ **Dilema moral na educação infantil: generosidade ou justiça?** Estudos em Avaliação Educacional (Impresso), (2014).
- ❖ Rose Gurski (total de 16 artigos publicados e **02** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
- ✚ **A escuta de pais nas entrevistas preliminares com crianças: algumas questões iniciais.** Revista de psicologia: teoria e prática (*Online*), (2017).
 - ✚ **O sujeito sindrômico e a infância eternizada: um modo de penhasco?** Cadernos de psicanálise (Círculo Psicanalítico/RJ), (2013).
- ❖ Sônia Regina Fiorim Enumo (total de 39 artigos publicados e **08** artigos com o descritor no título no período de 2013-2017):
- ✚ **A inserção/reinserção da criança com doença renal crônica na escola: a implementação de um projeto de diálogos entre escola e serviço de saúde.** Temas em educação e saúde (Araraquara), (2017).
 - ✚ **Coping da hospitalização em crianças com câncer: a importância da classe hospitalar.** Estudos de Psicologia (Campinas), (2015).

- ✚ **Impacto Familiar nas Diferentes Fases da Leucemia Infantil.** Revista de Psicologia: Teoria e Prática (*Online*), (2015).
- ✚ **Enfrentamento em crianças portuguesas hospitalizadas por câncer: comparação de dois instrumentos de avaliação.** Estudos de Psicologia (Campinas), (2014).
- ✚ **Brincar e problemas de comportamento de crianças com câncer de classes hospitalares.** Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso), (2014).
- ✚ **Desempenho de crianças com e sem necessidades especiais em provas assistidas e psicométricas.** Revista Brasileira de Educação Especial, (2013).
- ✚ **A saúde da criança com doença falciforme: desempenho escolar e cognitivo.** Revista de Educação Pública (UFMT), (2013).
- ✚ **A dor no cotidiano de cuidadores e crianças com anemia falciforme.** Psicologia USP (Impresso), (2013).

Estes são os setenta e três artigos analisados na última fase da metassíntese, onde se buscou fazer a interpretação dos usos dos conceitos de infância e de criança. São 15 autores com artigos publicados, dentro dos critérios de análise para esta pesquisa e 06 que não apresentaram nenhum artigo com os descritores no título. No geral, foram encontrados 79 artigos, porém 04 artigos estão indisponíveis *online* e 02 são repetidos, por isso temos o número final de 73 artigos.

São 48 artigos com o termo crianças, 10 com o termo infantil, 08 com o termo infância e 07 com o termo criança no título.

Quadro 05. Anos de publicação dos setenta e três artigos analisados:

Ano de publicação	Quantidade de artigos
2017	13
2016	16
2015	15
2014	14
2013	15

Fonte: Autora (2018)

O quadro acima apresenta o quantitativo de artigos publicados em cada ano. Lembrando que um dos critérios de análise dos artigos é a publicação ter ocorrido entre o período de 2013-2017. O ano em que mais artigos foram publicados foi em 2016, com 16 artigos publicados, e o ano com menos artigos foi 2017, com 13 artigos publicados.

Quadro 06- Apresentação das revistas dos artigos analisados por ordem alfabética:

REVISTAS		
Acta colombiana de psicologia;	Educação & Realidade;	Pensando Famílias;
Aletheia;	Estudos e Pesquisas em Psicologia;	Psicologia & Sociedade;
Avaliação Psicológica;	Educação Especial	Psicologia e Saber Social;
Arquivos Brasileiros de Psicologia;	Educação Pública (em 02 artigos);	-----
Barbarói;	Educação e Fronteiras;	Psicologia: Teoria e Pesquisa;
Caderno Saúde Coletiva;	Fractal: Revista de Psicologia;	Psicologia Argumento (em 03 artigos);

Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento;	Interfaces da Educação;	Psicologia Escolar e Educacional;
Cadernos de Psicanálise;	Interação Interdisciplinar;	Plures Humanidades;
Camine: Caminhos da Educação;	Interfase: Comunicação saúde educação;	Revista Brasileira de Educação Especial;
CEFAC- Saúde e Educação;	Impulso;	Revista Interinstitucional de Psicologia;
Corixo - Revista de Extensão Universitária;	Interação Psicologia;	Revista brasileira de análise do comportamento;
Childhood & philosophy;	Iniciação Científica CESUMAR;	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (em 02 artigos);
Diaphora;	Linhas Críticas;	Revista de Psicología (Universidad de Chile);
Diálogo Educacional;	Psicologia USP;	Revista da SPAGESP (em 03 artigos);
Estudos de Psicologia (em 03 artigos);	Pedagogia em ação;	Teias;
Educação e Ensino;	Psicologia em Revista;	Temas em Educação e Saúde;
Estudos em Avaliação Educacional;	Psicologia: Reflexão e Crítica;	Temas em Psicologia (em 04 artigos);
Educação e Cultura Contemporânea;	Psicologia Ciência e Profissão (em 02 artigos);	-----
Em Aberto;	Psicologia: Teoria e Prática (em 03 artigos);	-----

Fonte: Autora (2018)

O quadro acima apresenta as revistas que publicaram cada artigo analisado. Nove revistas publicaram mais de um artigo. Sendo o total de 56 revistas representadas na amostra.

2.1.5 Interpretação → Este é o momento da pesquisa que possibilita a ampliação do conhecimento acerca do objeto do estudo – o conceito de infância e de criança - a partir das articulações em torno dos termos: infância, infantil, criança e crianças, encontradas no material a ser analisado. A análise dos conteúdos dos artigos nos permite a realização da fase de interpretação dos dados. É nesta fase que é possível lançar um olhar, em perspectiva, para o que foi apreendido no encontro entre as informações obtidas, e realizar a metassíntese. É nessa fase que o pesquisador estabelece conexões, articulações e confrontos entre as informações, de modo a ultrapassar o conteúdo particular de cada documento e alcançar um entendimento do que se encontra entre eles. Este movimento gera uma ação interpretativa e proporciona a superação da síntese, o que viabiliza a proposição de uma crítica interna à produção científica e a proposição de um novo conhecimento gerado com base no que já se tem produzido. (CANUTO, 2017).

Nesta fase os setenta e três artigos foram lidos integralmente, relidos e posteriormente foram identificados os aspectos teóricos e metodológicos que cada autor/pesquisador abordou em cada artigo.

Em cada fase desta metassíntese o material trabalhado foi agrupado e salvo em pastas no computador, com possíveis revisitas.

Descritores/Grupos de Pesquisas:



Captura realizada em 11/03/2019

Em cada pasta acima foram agrupados e salvos todos os grupos de pesquisas encontrados com a utilização de cada descritor, ou seja, aí estão incluídos também os grupos não atualizados, em preenchimento e excluídos.

Pesquisadores/Artigos:

 ana priscila	16/05/2018 10:40	Pasta de arquivos
 antonio augusto	16/05/2018 11:53	Pasta de arquivos
 carlos barbosa- artigos	15/05/2018 23:19	Pasta de arquivos
 daniela barros	16/05/2018 10:59	Pasta de arquivos
 debora dalbosco- artigos	15/05/2018 23:32	Pasta de arquivos
 jean von	16/05/2018 12:20	Pasta de arquivos
 lidia natalia	16/05/2018 12:30	Pasta de arquivos
 maria stella-artigos	15/05/2018 22:47	Pasta de arquivos
 michele de freitas	16/05/2018 12:54	Pasta de arquivos
 olga maria	16/05/2018 12:45	Pasta de arquivos
 patricia martins	16/05/2018 10:28	Pasta de arquivos
 raquel gonçalves	16/05/2018 11:36	Pasta de arquivos
 raul aragão	16/05/2018 10:14	Pasta de arquivos
 roselene	16/05/2018 11:58	Pasta de arquivos
 sonia regina-artigos	15/05/2018 23:13	Pasta de arquivos

Captura realizada em 11/03/2019

Foram salvos nas pastas acima os artigos analisados de cada autor respectivamente, a leitura de tais artigos foi feita por ordem alfabética de autor/pesquisador.

3. POTENCIALIDADES DO DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA/ CNPQ

Neste capítulo é apresentada a análise descritiva do banco de dados pesquisado, sua origem e características, sendo mostrado um passo a passo que permite o acesso à plataforma do diretório de grupos do CNPq, e conseqüentemente às informações nele contidas.

3.1 O que é o Diretório de Grupos de Pesquisa?

O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica no país. Foi criado em **1992** e suas informações dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos, ou seja, os pesquisadores, estudantes e técnicos, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com empresas do setor produtivo. Sendo capaz assim, de descrever os limites e o perfil geral da atividade científica e tecnológica no Brasil.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa constitui-se em bases de dados censitárias e correntes que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país. Tem três finalidades principais: instrumento para o intercâmbio e a troca de informações; caráter censitário no auxílio de planejamento estratégico ao fomento, e por fim, constituir base de dados importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil.

Os grupos inventariados estão localizados, principalmente, em universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos. O diretório possui uma base corrente, onde as informações podem ser atualizadas, continuamente, pelos autores envolvidos, realiza censos bianuais, que são fotografias dessa base corrente. Está disponível no portal do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O diretório tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.

Segundo as informações dispostas em seu portal *online*, o CNPq foi criado em **1951**, desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Até 1974 a sigla CNPq correspondia ao nome Conselho Nacional de Pesquisa, porém desde então leva uma nova nomenclatura, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a sigla. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. Tem como missão fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. E objetiva ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira (acesso por meio do *link*: (http://cnpq.br/apresentacao_institucional/)).

No acesso ao Diretório de Grupos está disposto um *menu*, contendo os seguintes itens e suas respectivas informações:

O Diretório → O que é → Objetivos → Quem pode participar → Como participar;

Bases de dados → Como os dados são obtidos → O que contêm as bases → Anexos;

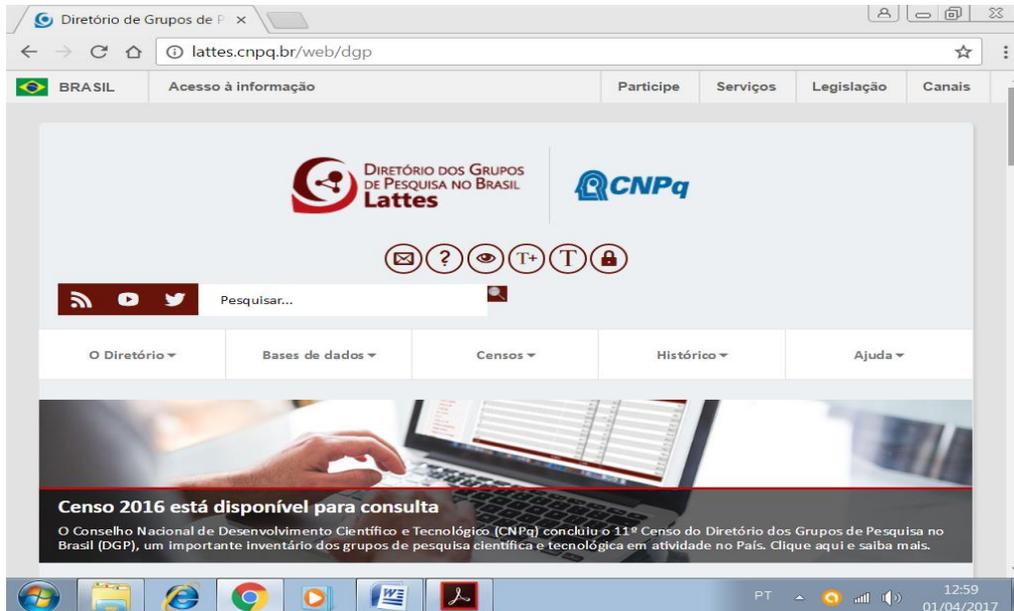
Censos → Séries históricas → Súmula Estatística → Plano Tabular → Busca textual → Estratificação → Pannel DGP;

Histórico → Censo atual → Censos realizados → Logística → Revisão de dados;

Ajuda → FAQ → Glossário → Manual do usuário.

3.2 Como utilizar as informações sobre os grupos de pesquisa no diretório?

1. Entrar no diretório de grupos de pesquisa no Brasil



Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp> (2017)

No acesso à página inicial da plataforma foi possível identificar um *link* que encaminha os usuários para a busca dos grupos de pesquisa. O primeiro acesso foi realizado em abril de 2017 e o novo acesso para atualização das informações foi feito em maio de 2018.

2. Buscar grupos



Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp> (2017)

Clicando em buscar grupos aparecerão em seguida as opções de filtros para a busca dos grupos a serem pesquisados.

3. Consulta parametrizada

Consultar - Base corrente

Termo de Busca Todas as palavras

Consultar por Grupo

Aplicar a busca nos campos

- Nome do grupo
- Nome da linha de pesquisa
- Palavra-chave da linha de pesquisa
- Repercussões do grupo
- Nome do líder
- Nome do pesquisador
- Nome do estudante
- Nome do técnico
- Nome do colaborador estrangeiro
- Nome da Instituição Parceira

Situação Certificado Não-atualizado

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp> (2018)

Nesta página será possível ao pesquisador escolher o termo de busca para sua pesquisa. Os termos foram pesquisadores separadamente, ou seja, se pesquisaram primeiro o termo infância, depois infantil, criança e crianças. Como podemos observar no *print* acima se buscou o termo no nome dos grupos certificados.

4. Filtros usados: Área de conhecimento → Ciências Humanas → Psicologia

Área Psicologia

- Predominante do grupo
- Relacionada à linha de pesquisa do grupo

Setor de Aplicação

Seção Todas

Divisão Todas

Filtro para Formação acadêmica

Formação acadêmica Todas

- Titulação máxima do pesquisador do grupo
- Nível de treinamento de estudante no grupo
- Formação acadêmica de técnico do grupo
- Formação acadêmica de colaborador estrangeiro

Filtro para bolsistas CNPq ou docentes

Produtividade em IA IB IC ID II

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp> (2018)

Os filtros utilizados nesta busca pelos grupos foram: todas as Regiões, todas as Instituições, todos os anos, as Ciências humanas como grande área de conhecimento e a Psicologia como área específica.

Quadro 07. Instituições e Regiões do Brasil representadas nos grupos de pesquisa

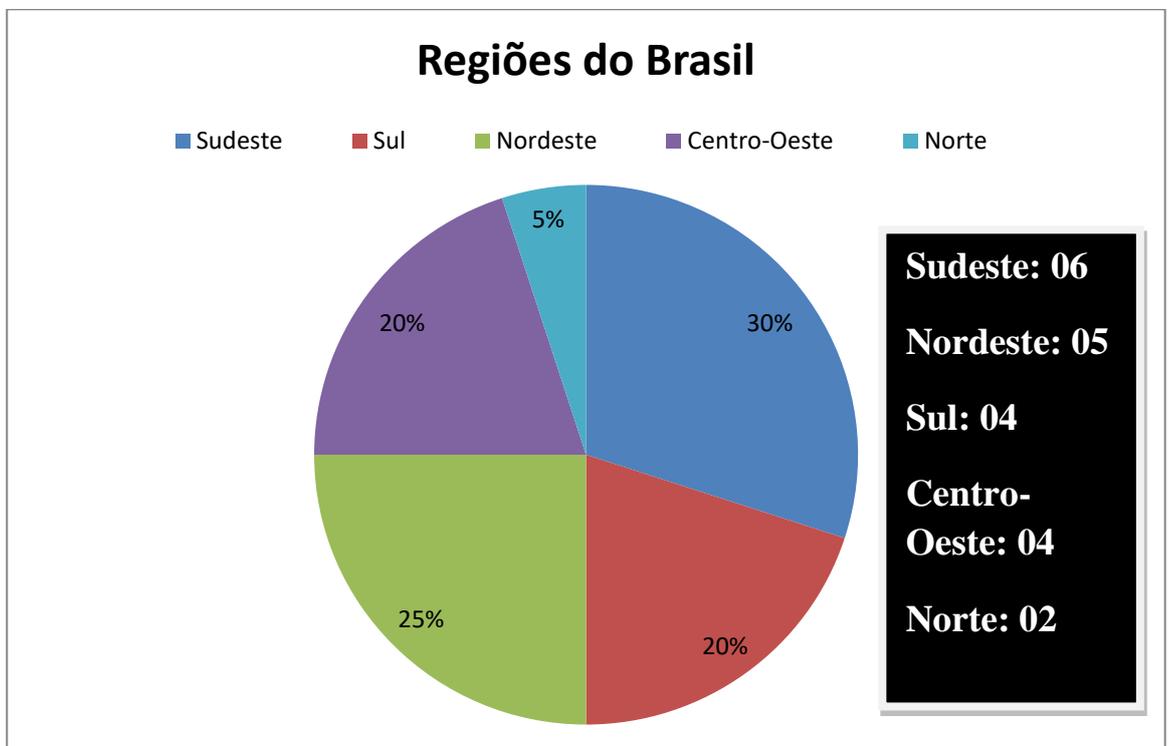
<i>INSTITUIÇÃO</i>	
<i>Universidade Federal Fluminense (02 grupos)</i>	Pública (Sudeste)
<i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (02 grupos)</i>	Pública (Sudeste)
<i>Universidade Federal de Sergipe</i>	Pública (Nordeste)
<i>Universidade Estadual da Região Tocantina do MA (UEMASUL)</i>	Pública (Nordeste)
<i>Universidade Estadual do Centro-Oeste</i>	Pública (Centro-Oeste)
<i>Universidade Federal de Mato Grosso (02 grupos)</i>	Pública (Centro-Oeste)

<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	Pública (Nordeste)
<i>Universidade Federal do Paraná</i>	Pública (Sul)
<i>Universidade Federal de São Carlos</i>	Pública (Sudeste)
<i>Universidade Federal do Pará – UFPA (02 grupos)</i>	Pública (Norte)
<i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (02 grupos)</i>	Pública (Sul)
<i>Universidade Federal da Bahia</i>	Pública (Nordeste)
<i>Universidade Federal da Paraíba</i>	Pública (Nordeste)
<i>Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS</i>	Comunitária (Centro-Oeste)
<i>Pontifícia Universidade Católica de Campinas</i>	Comunitária (Sudeste)
<i>Faculdade Meridional - IMED</i>	Comunitária (Sul)

Fonte: Autora (2018)

Podemos ver no quadro acima que os vinte e um grupos de pesquisa estão representados da seguinte forma: São seis na Região Sudeste, cinco no Nordeste, quatro no Sul e Centro-Oeste, e dois grupos no Norte do Brasil. São dezoito instituições públicas e três instituições comunitárias. No gráfico, a seguir, podemos visualizar melhor essas informações.

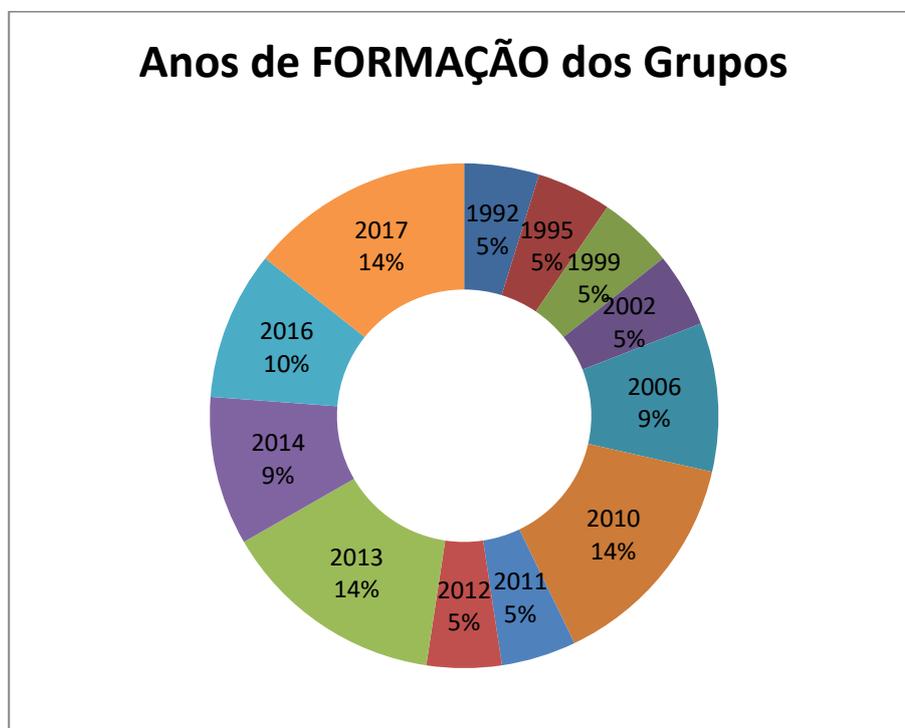
Gráfico 02. Divisão das instituições por região do país.



Fonte: Autora (2018)

São 18 instituições públicas e 03 comunitárias. A Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Pará, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul aparecem em dois grupos cada, ou seja, são instituições cadastradas em dois grupos diferentes.

Gráfico 03. Demonstrativo dos anos de formação dos 21 grupos de pesquisa:



Fonte: Autora (2018)

O grupo mais antigo foi formado em 1992 e o mais recente foi formado em 2017. Em 2010, 2013 e 2017 foram formados três grupos de pesquisa, sendo esse o maior quantitativo de grupos criado por ano.

Quadro 08. Quantitativo de artigos por descritores

DESCRITORES	ARTIGOS
CRIANÇAS	48
INFANTIL	10
INFÂNCIA	08
CRIANÇA	07
TOTAL DE ARTIGOS	73

Fonte: Autora (2018)

O quantitativo geral de artigos encontrados com o uso dos quatro descritores foi de 79 artigos, porém, quatro artigos não foram encontrados *online* e dois artigos se repetiram, por

isso ficaram fora do quantitativo final e, conseqüentemente, da fase de análise. Como podemos observar acima o termo crianças foi o que mais apareceu nos artigos.

4 QUEM SÃO OS PESQUISADORES LÍDERES DOS GRUPOS DE PESQUISA?

Neste capítulo são apresentados os pesquisadores líderes de cada grupo de pesquisa, seus grupos e linhas de pesquisa. Os pesquisadores foram agrupados seguindo o uso de descritor no grupo de pesquisa.

São vinte e um pesquisadores líderes. Possuem doutorado ou pós-doutorado. A seguir serão apresentados e agrupados, segundo aparecem no banco de dados pela busca por descritor.

➤ Infância:

- Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Grupo de pesquisa:	Balbucios: gaguejar uma infância
Instituição:	UFS
Líder(es):	Michele de Freitas Faria de Vasconcelos
Área:	Psicologia

(Print capturado em 25.05.2018)

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos é professora do Departamento de Educação/DEDI, Campus Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe. Atua e realiza pesquisas no campo da Educação, Psicologia, Saúde Coletiva/Saúde Mental/Álcool e outras Drogas. Suas pesquisas têm articulado os temas: dispositivos clínico-institucionais no campo da saúde mental; clínica e corpo; corpo, relações de gênero e sexualidade; produção de saúde e subjetividade; educação em saúde; infâncias. Concluiu doutorado em educação em 2013. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem vinte e cinco artigos publicados em periódicos, (um artigo com o descritor: crianças); um livro publicado; e cinco capítulos de livros publicados.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

- Grupo de pesquisa:** Balbucios: gaguejar uma infância - UFS
- Grupo de pesquisa:** Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - GEERGE - UFRGS
- Grupo de pesquisa:** Produção de subjetividade, saúde e autonomia individual e coletiva - UFS
- Grupo de pesquisa:** Rede Interinstitucional de Pesquisas HumanizaSUS - UFRGS
- Grupo de pesquisa:** Relicário (Redes de leituras inscritas: cultura letrada, apropriações, representações e operações do ato de ler) - UFS

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/2614753897693732>

Última atualização do currículo em 19/04/2018

- Francisco de Assis Carvalho de Almada

Grupo de pesquisa:	Educação, Infância e desenvolvimento humano na perspectiva da teoria histórico-cultural (GEITHC)
Instituição:	UEMASUL
Líder(es):	Francisco de Assis Carvalho de Almada Ilma Maria de Oliveira Silva
Área:	Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1990), Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano Y Caribeño - Havana Cuba (1999), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (2005) e Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (2011). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e professor Adjunto I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Campus de Imperatriz. Tem experiência na área de Didática, Fundamentos Educacionais e Pesquisa Educacional. Seu vínculo profissional atual é com a Universidade Estadual da Região Tocantina do MA, UEMASUL, Brasil. Publicações: 01 artigo completo, 02 livros publicados e 07 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

- Grupo de pesquisa:** Cultura escolar, práticas curriculares e história da disseminação dos saberes escolares - CEPCHSAE - UFMA
- Grupo de pesquisa:** Educação, Infância e desenvolvimento humano na perspectiva da teoria histórico-cultural (GEITHC) - UEMASUL
- Grupo de pesquisa:** GRUPO DE PESQUISAS INTERDISCIPLINARES: Educação, Saúde e Sociedade - UEMA

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1054483633358225>

Última atualização do currículo em 09/03/2018

- Ana Priscila Batista

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, especialização em Terapia Comportamental e Cognitiva: teoria e aplicação pela Universidade de São Paulo - USP, mestrado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo - USP e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. É professora efetiva do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, campus de Irati, PR. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Infância e Adolescência (LEIA) na UNICENTRO. Vínculo institucional atual com a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO, Brasil. Publicações: 14 artigos completos (03 artigos com os descritores), 01 livro publicado, 06 capítulo de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Estudos sobre Infância e Adolescência - UNICENTRO

Grupo de pesquisa: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E SOCIEDADE - UFPR

Grupo de pesquisa: Psicologia da Saúde - UNICENTRO

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/3063604155925029>

Última atualização do currículo em 10/05/2018

- Daniela Barros da Silva Freire Andrade

Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância

Instituição: UFMT

Líder(es): Daniela Barros da Silva Freire Andrade

Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Psicóloga com doutorado em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, onde atua no Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Coordena o Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN). Tem experiência na área da Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento e da Psicologia Social com ênfase na Teoria das Representações Sociais. Desenvolve pesquisas sobre infâncias e com crianças no contexto da cidade, educação e atenção à saúde. É pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade- Educação

(CIERS-Ed), desde 2006 e membro do GT Representações Sociais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil. Publicações: 23 artigos publicados (07 artigos com os descritores), 07 livros publicados, 17 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Educação Infantil e Desenvolvimento Humano - UFAL
Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa Centro de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade Educação - CIERS-ed - FCC
Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância - UFMT

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/5846054833569905>

Última atualização do currículo em 04/03/2018

- Lídia Natalia Dobrianskyj Weber

Grupo de pesquisa: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E SOCIEDADE
Instituição: UFPR
Líder(es): Lidia Natalia Dobrianskyj Weber
 Josafá Moreira da Cunha
Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Lídia Natalia Dobrianskyj Weber é psicóloga (CRP08/0774), especialista em Antropologia Filosófica e em Origens Científicas e Filosóficas da Psicologia, mestre e doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo com Pós-doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde na Universidade de Brasília. Atualmente é professora sênior e orientadora de Mestrado e Doutorado em Educação da UFPR e professora aposentada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Atual membro do Conselho Científico da Association Francophone de Psychologie et Psychopathologie de l'enfant et l'adolescente (Paris, 2012); Membro da diretoria do Conselho Regional de Psicologia (1986-1992); Representante latino-americana da Society of Research in Community Psychology da American Psychological Association (1999-2005); Correspondente internacional da revista Journal de Psychologues de Paris (1998-2006); Editora da revista Interação em Psicologia (2000-2006); Parecerista de revistas e agências nacionais e internacionais; recebeu convites para proferir palestras em diferentes congressos nacionais e

internacionais (França, Bélgica, Marrocos, Portugal, Itália, Espanha, Holanda, Rússia, Alemanha); recebeu diferentes travel awards integrais dos congressos para apresentar seus trabalhos de pesquisa em eventos internacionais. Atua na área de Psicologia, como pesquisadora, palestrante e ministra capacitação do seu Programa de Qualidade na Interação Familiar (PQIF), com ênfase em Estilos e Práticas Educativas Parentais, Abandono e Adoção, Psicologia Positiva e Relacionamento Amoroso. Seu atual vínculo institucional é com a Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Publicações: 90 artigos publicados (05 artigos dentro dos critérios de análise), 27 livros publicados, 42 capítulo de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano - UFPR

Grupo de pesquisa: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E SOCIEDADE - UFPR

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/3774116496575393>

Última atualização do currículo em 23/05/2018

- Sônia Margarida Gomes Sousa

Grupo de pesquisa: Infância, família e sociedade

Instituição: PUC GOIÁS

Líder(es): Sônia Margarida Gomes Sousa

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Psicóloga (bacharel, licenciada e psicóloga) pela UCG, (1985), mestre e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP (1994 e 2001). É professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Programa de Pós Graduação em Psicologia e Curso de Psicologia). Foi Diretora do Instituto Dom Fernando - Especializado nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX/PUC Goiás) no período de 2005 a 2008. Foi Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás no período de 2008 a 2010. Atualmente é Pró-Reitora de Graduação (a partir de 2010). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: aspectos psicossociais da infância, adolescência, juventude e família; psicologia social crítica;

educação infantil; dialética exclusão/inclusão social e teoria sócio-histórica. Desenvolve estudos e pesquisas que buscam compreender os aspectos psicossociais da infância, adolescência e juventude contemporânea, tais como: trabalho infantil, violência física, psicológica e sexual, abandono, exploração sexual comercial, subjetividade e vínculos familiares. Também desenvolve estudos e pesquisas a partir da temática da violência e suas interfaces com a saúde, educação e direitos sociais. Últimas publicações: organizou juntamente com a Profa. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães o livro "Jovens, espaços de sociabilidade e processos de formação" (Editora da PUC Goiás/ Câneone, 2010) e com a Profa. Maria Ignez Costa Moreira o livro "Quebrando o silêncio: Disque 100". Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (Ed. Câneone, 2013). Seu vínculo institucional atual é com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Publicações: 19 artigos publicados, 19 livros publicados, 40 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

- Grupo de pesquisa:** Infância, família e sociedade - PUC GOIÁS
- Grupo de pesquisa:** Infância, Juventude e Participação Cidadã - PUC-Rio
- Grupo de pesquisa:** Núcleo de Estudo Psicossocial da Dialética Exclusão/Inclusão - PUC/SP
- Grupo de pesquisa:** Núcleo de Pesquisa e Intervenção Família e Infância - PUC Minas

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1511889781304921>

Última atualização do currículo em 09/05/2018

- Raquel Gonçalves Salgado

Grupo de pesquisa: INFÂNCIA, JUVENTUDE E CULTURA CONTEMPORÂNEA - GEIJC
Instituição: UFMT
Líder(es): Raquel Gonçalves Salgado
 Carmem Lúcia Sussel Mariano
Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005). Realizou, também, doutorado sanduíche, durante seis meses, no Centre for the Study of Children, Youth and the Media, do Institute of Education, da

Universidade de Londres. É Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, no Campus de Rondonópolis, e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e no Curso de Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: infância, mídia, cultura lúdica, educação infantil e educação. Mais recentemente, tem se dedicado a pesquisas sobre infância, discursos do corpo, relações de gênero e sexualidade na cultura contemporânea. Seu atual vínculo institucional é com a Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil. Publicações: 18 artigos publicados (06 artigos dentro dos critérios de análise), 03 livros publicados, 15 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Infância e Cultura Contemporânea - UERJ

Grupo de pesquisa: INFÂNCIA, JUVENTUDE E CULTURA CONTEMPORÂNEA - GEJC - UFMT

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1165554868380123>

Última atualização do currículo em 25/05/2018

- Antônio Augusto Pinto Junior

Grupo de pesquisa: LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (LEPIA)

Instituição: UFF

Líder(es): Antonio Augusto Pinto Junior

Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena/SP (1989), doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2003) e pós-doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (2018). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF), Polo de Volta Redonda, coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Adolescência (LEPIA) e pesquisador colaborador da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: violência doméstica, violência contra a criança, saúde mental na infância e adolescência, Psicodiagnóstico infantil e Psicanálise de Winnicott. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Publicações: 18 artigos publicados (03 artigos dentro dos critérios de análise), 03 livros publicados, 08 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

- Grupo de pesquisa:** AUTOMUTILAÇÃO EM PRÉ ADOLESCENTES E ADOLESCENTES- ESTUDO E INTERVENÇÃO - USP
- Grupo de pesquisa:** Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde LEPPSI - UFGD
- Grupo de pesquisa:** LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (LEPIA) - UFF
- Grupo de pesquisa:** Laboratório de Investigação das Psicopatologias Contemporâneas - LAPSICON (Pesquisa e Extensão) - UFF
- Grupo de pesquisa:** Manifestações do sofrimento humano avaliação, compreensão, e formas de intervenção - USP
- Grupo de pesquisa:** O DESENHO DA CASA-ÁRVORE-PESSOA NO CONTEXTO BRASILEIRO - USP
- Grupo de pesquisa:** O teste do desenho da pessoa na chuva: estudos de validação em crianças vítimas de violência doméstica no contexto brasileiro - USP

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/4137608617042010>

Última atualização do currículo em 11/05/2018

- Roselene Ricachenevsky Gurski

Grupo de pesquisa: NEPEIA - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência
Instituição: UFRGS
Líder(es): Roselene Ricachenevsky Gurski
 Andrea Gabriela Ferrari
Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Psicóloga e Psicanalista. Orientadora de Mestrado no PPG Psicanálise: clínica e cultura (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: clínica e cultura (UFRGS). Vice- coordenadora do PPG de Psicanálise: clínica e cultura (UFRGS) entre 2014-2016 e 2016-2018. Coordenadora do Curso de Especialização Intervenção Psicanalítica na Clínica da Infância e Adolescência (UFRGS), edição 2015-2017. Pesquisadora associada ao GT Psicanálise e Educação da ANPEPP e vice-coordenadora do GT (2016-2018). Membro da Red Interuniversitária Internacional de Estudos e Investigações psicanalíticas e interdisciplinares em Infância e Instituições? INFEIES, desde 2015. Foi Membro da Comissão de Psicologia INEP entre 2012 e 2014. Possui Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento UFRGS (1997) e Doutorado em Educação UFRGS (2008). Líder do NEPEIA (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Infância e Adolescência (CNPq/UFRGS) e Co-coordenadora do NUPPEC (Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura CNPq/UFRGS). Pesquisadora associada do NIPIAC/UFRJ (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para Infância e

Adolescência Contemporâneas). Pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa Além da Tela (UFMG). Especialista em problemas do desenvolvimento na infância e adolescência pelo Centro Lydia Coriat de Porto Alegre. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Foi membro fundador e diretora da Clínica Maud Mannoni - tratamento, ensino e pesquisa dos problemas de desenvolvimento na infância e adolescência, de 1998 a 2010, na cidade de Porto Alegre. Autora do livro *Três Ensaios sobre Juventude e Violência* (Escuta, 2012) e organizadora/autora dos livros *Cenas da Infância Atual: a família, a escola e a clínica* (Unijui, 2006), *Educação e Função Paterna* (Ed. UFRGS, 2008) e *Debates sobre Adolescência Contemporânea* (Juruá, 2012), além de outros capítulos de livros e artigos publicados no campo da infância, adolescência, psicanálise e educação. Desenvolve pesquisas e intervenções nas áreas de Psicologia, Psicanálise e Educação, tanto no âmbito clínico, quanto educacional, com ênfase nos seguintes segmentos: interface psicanálise e educação; clínica da infância, adolescência e juventude, socioeducação, mídia, cinema e cultura contemporânea com financiamento do CNPq (Universal, 2011, 2014). Desde 2018, é pesquisadora colaboradora do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política do Programa de Pós-graduação em Psicologia do IPUSP. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Publicações: 32 artigos publicados (02 artigos dentro dos critérios de análise), 04 livros publicados, 13 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: NEPEIA - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência - UFRGS

Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos de Mídia, Educação e Subjetividade (NEMES) - UFRGS

Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura - NUPPEC - UFRGS

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/4276058366255199>

Última atualização do currículo em 15/05/2018

- Patrícia Martins de Freitas

Grupo de pesquisa: Núcleo de Investigações Neuropsicológicas da Infância e Adolescência (NEURÔNIA)

Instituição: UFBA

Líder(es): Patrícia Martins de Freitas

Leandro Martins de Freitas

Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Doutora em Ciências da Saúde, área de concentração Saúde da Criança e do Adolescente, pela Faculdade de Medicina da UFMG, em 2009. Mestre em Psicologia, área de concentração Psicologia do Desenvolvimento, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG em 2004 e graduação em Psicologia pela mesma instituição em 2003. Professora Associada da Universidade Federal da Bahia e Professora do Programa de Mestrado em Ensino da Universidade do Sudoeste da Bahia. Linhas de pesquisa: Transtornos do Desenvolvimento e da aprendizagem, Neurogenética, Cognição matemática, Desempenho escolar. Experiência na área de Psicologia do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: neuropsicologia, transtornos do desenvolvimento, psicometria, adaptação psicossocial, avaliação e reabilitação neuropsicológica pediátrica e paralisia cerebral. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Publicações: 25 artigos publicados (05 artigos dentro dos critérios), 09 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Neuroclíc - Laboratório Pesquisa em Neuropsicologia Clínica e Cognitiva - UFBA
Grupo de pesquisa: Neuropsicologia & Desenvolvimento Humano - UFMG
Grupo de pesquisa: Núcleo de Investigações Neuropsicológicas da Infância e Adolescência (NEURÔNIA) - UFBA

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1256586899421231>

Última atualização do currículo em 02/05/2018

- Angela Maria Dias Fernandes

Pesquisador: Angela Maria Dias Fernandes
Formação acadêmica: Pós-Doutorado
Grupo de pesquisa: Psicologia Educacional, Formação e Infância - estudos sobre classes populares e educação pública - UFPB

(Print capturado em 29.05.2018)

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977), mestrado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1983), doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1996) e Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Professora Aposentada Colaboradora (Associada IV) do Departamento de Psicologia, docente credenciada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência nas áreas de Políticas

Públicas em Educação e Psicologia Educacional investigando, principalmente, os seguintes temas: avaliação institucional, formação profissional; psicologia educacional, fracasso escolar; investigação e intervenção Institucional; educação infantil; arte e criação. No PPGE/UFPB desenvolve investigações em Políticas Educacionais voltadas para temas relacionados com avaliação em larga escala, formação docente, alfabetização e inclusão. Coordena o Grupo de Pesquisa - Psicologia Educacional, formação e infância - estudos sobre classes populares e educação pública - PEFI (UFPB/PPGE). Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. Publicações: 16 artigos publicados, 02 livros publicados, 12 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Psicologia Educacional, Formação e Infância - estudos sobre classes populares e educação pública - UFPB

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1744082874190395>

Última atualização do currículo em 14/04/2018

- Jean Von Hohendorff

Grupo de pesquisa: VIA-Redes (Violência, Infância, Adolescência e Redes de proteção e de atendimento)
Instituição: IMED
Líder(es): Jean Von Hohendorff
Área: Psicologia

(Print capturado em 29.05.2018)

Psicólogo graduado pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Bolsista CNPq), com estágio de Pós-Doutorado Júnior (Psicologia, Bolsista CNPq) na UFRGS. Atualmente é professor do mestrado em Psicologia da IMED (Passo Fundo), onde coordena o grupo de pesquisa VIA-Redes (Violência, Infância, Adolescência e Atuação das Redes de proteção e de atendimento). É pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas (GPEVVIC), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É editor-chefe da Revista de Psicologia da IMED (Qualis B3) e editor associado da revista Psicologia: Teoria e Pesquisa (Qualis A1). É associado da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e da International Society for Research on Aggression (ISRA), tendo sido selecionado para o programa de jovens pesquisadores da ISRA em 2018. Desenvolve atividades de pesquisa e

extensão com foco em situações de violência contra crianças e adolescentes e na atuação das redes de proteção e de atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco. Principais contribuições do seu trabalho acadêmico são: a) adaptação e avaliação de um protocolo cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual; b) produção de um documentário para uso com meninos vítimas de violências sexuais, e profissionais da rede; c) caracterização de situações de violência sexual, meninos vítimas e seus agressores; d) proposição de um modelo integrativo conceitual para o entendimento da dinâmica da violência sexual contra crianças e adolescentes; e e) análise das redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco. Seu vínculo institucional atual é com a Faculdade Meridional, IMED, Brasil. Publicações: 19 artigos publicados (04 artigos dentro dos critérios de análise), 02 livros publicados, 12 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: VIA-Redes (Violência, Infância, Adolescência e Redes de proteção e de atendimento) - IMED

Grupo de pesquisa: Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas (GPEVVIC) - PUCRS

(Print capturado em 29.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/0149260568216826>

Última atualização do currículo em 10/05/2018

➤ Infantil:

- Andrea Soutto Mayor

Grupo de pesquisa: Abuso sexual infantil: reflexões contemporâneas

Instituição: UFF

Lider(es): Andrea Soutto Mayor

Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Departamento de Psicologia - Campos dos Goytacazes). Possui Doutorado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo - USP (2007), Mestrado em Sexologia pela Universidade Gama Filho (2001), Especialização em Educação Especial: Deficiência Mental pela Universidade Federal Fluminense (1996) e graduação e bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Tem experiência na área de Pesquisa em Psicologia, Psicologia Clínica e Sexualidade Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: psicopatologia, processos cognitivos básicos, Terapia Cognitiva Comportamental,

relacionamento amoroso e conjugal, família e sexualidade. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Publicações: 05 artigos publicados, 01 capítulo de livro.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Abuso sexual infantil: reflexões contemporâneas - UFF
Grupo de pesquisa: Grupo de pesquisa em Crimes Passionais - UFF
Grupo de pesquisa: Laboratório de estudos e pesquisa em gênero, educação e saúde - UFF

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/6129863558242126>

Última atualização do currículo em 27/03/2018

- Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues

Grupo de pesquisa: Ações preventivas e processos de intervenção em desenvolvimento infantil
Instituição: UNESP
Líder(es): Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues
 Veronica Aparecida Pereira
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Possui graduação em Psicologia pela Fundação Educacional de Bauru, mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, doutorado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (IP/SP) e livre-docência em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Faculdade de Ciências, campus de Bauru, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Tem vários livros publicados (Psicologia da saúde: perspectivas interdisciplinares; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem: investigações e análises), capítulos de livros e artigos publicados em periódicos com referee. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano, especificamente desenvolvimento infantil e as variáveis que o influenciam. Entre as temáticas de desenvolvimento infantil estão: avaliação de desenvolvimento, interação mãe-bebê, prematuridade, impacto de más formações e síndromes e, também, a influência de variáveis maternas como escolaridade, saúde emocional materna e práticas educativas. É bolsista Produtividade em Pesquisa, do CNPq (Pq-2). Seu vínculo institucional é com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,

UNESP, Brasil. Publicações: 70 artigos publicados (10 artigos dentro dos critérios de análise), 20 livros, 39 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: A inclusão da pessoa com deficiência, TGD/TEA ou superdotação e os contextos de aprendizagem e desenvolvimento - UNESP
Grupo de pesquisa: Ações preventivas e processos de intervenção em desenvolvimento infantil - UNESP
Grupo de pesquisa: Psicologia da Saúde e Psicossomática - UNESP

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/8149650593877042>

Última atualização do currículo em 27/04/2018

- Jorge Pereira Oliveira

Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Fundamental 1 - GEPEIF
Instituição: UNEB
Líder(es): Jorge Pereira Oliveira
 Selma Maria Campos Santos
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1978), mestrado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (2002) e doutorado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (2009). Atualmente é professora adjunta e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (CAMPUS III - Juazeiro - BA) nos cursos de Graduação (Pedagogia), Especialização em Educação Contextualizada e no Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia da Educação (Ensino e Aprendizagem) atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, educação, interação verbal e argumentação em sala de aula. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil. Publicações: 02 artigos publicados, 04 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Fundamental 1 - GEPEIF - UNEB
Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Pedagogia da Pesquisa - GEPHEPP - UNEB

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/2373547735498148>

Última atualização do currículo em 21/04/2017

- Luiz Carlos Souza Bezerra

Grupo de pesquisa: Linguagem, Corpo & Infantil / LinCI - UFPA
Instituição: UFPA
Líder(es): Luiz Carlos Souza Bezerra
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Luiz Carlos Bezerra concluiu Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Possui Graduação em Fonoaudiologia e Formação em Psicanálise. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Altamira. É líder do Grupo de Pesquisa? Linguagem, Corpo e Infantil? ? LinCI, cadastrado no CNPq/UFPA. Áreas de atuação: Linguagem e Educação; Educação Especial e Inclusiva: escolarização e processos terapêuticos; Fonoaudiologia e; Psicanálise. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Publicações: 01 artigo publicado, 01 livro publicado, 07 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem - PUC/SP
Grupo de pesquisa: Linguagem, Corpo & Infantil / LinCI - UFPA - UFPA

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1988042003612886>

Última atualização do currículo em 21/02/2018

➤ Criança:

- Raul Aragão Martins

Grupo de pesquisa: Desenvolvimento sociomoral de crianças e adolescentes
Instituição: UNESP
Líder(es): Raul Aragão Martins
 Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL (Campus de Lorena) (1977), Mestre (1986) e Doutor (1991) em Psicologia pela Fundação

Getúlio Vargas - RJ. Livre-Docente em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2006). Atualmente é professor adjunto do Dep. Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (IBILCE/UNESP). Credenciado como orientador e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP e do Programa de Pós-Graduação Ensino e Processos Formativos do IBILCE, FEIS e FCAV da UNESP. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Desenvolvimento Social e da Personalidade, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento sociomoral, uso de álcool e outras drogas por adolescentes, desenvolvimento infantil, educação infantil e crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Produções: 62 artigos publicados (04 artigos dentro dos critérios de análise), 04 livros publicados, 34 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Desenvolvimento sociomoral de crianças e adolescentes - UNESP
Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Moral e Educação - UNESP

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/8498347239701559>

Última atualização do currículo em 28/05/2018

- Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil

Grupo de pesquisa: INTERAÇÃO SOCIAL, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PEQUENA
Instituição: UFSCAR
Líder(es): Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Licenciada e Psicóloga pelo Curso de Psicologia da PUC-Camp, com estágio de pós-doutorado no E.K. Shriver Center for Mental Retardation/UMASSMED; doutorou-se em Psicologia (Psicologia Experimental), na Universidade de São Paulo e é mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professora Associada do Departamento de Psicologia, CECH/UFSCar, docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Coordena o Pró-infância: II Programa de Promoção do Desenvolvimento. É membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia- Estudos sobre Comportamento, Cognição e Ensino; associada plena da Sociedade Brasileira de Psicologia; sócia fundadora da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento e

associada à ABPMC. Realiza investigações dirigidas à população de crianças pequenas, com ou sem deficiência, nas áreas de Psicologia e Educação Especial, com destaque para os processos interativos educacionais; procedimentos de ensino da fala e de seus requisitos e processos básicos no desenvolvimento da função simbólica. Seu vínculo institucional atual é com a Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. Publicações: 35 artigos publicados (01 artigo dentro dos critérios de análise), 05 livros publicados, 18 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: INTERAÇÃO SOCIAL, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PEQUENA - UFSCAR
Grupo de pesquisa: NÚCLEO DE ESTUDOS DE COMPORTAMENTO, COGNIÇÃO E ENSINO (ECCE) - UFSCAR

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1673770301699940>

Última atualização do currículo em 21/05/2018

- Sônia Regina Fiorim Enumo

Grupo de pesquisa: PSICOLOGIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Instituição: PUC Campinas
Líder(es): Sônia Regina Fiorim Enumo
 Helena Bazanelli Prebianchi
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Tem licenciatura e bacharelado em Psicologia (PUC-Campinas, 1978, 1979), Mestrado em Educação Especial (UFSCar, 1985), Doutorado em Psicologia Experimental (USP, 1993) e pós-doutorado em avaliação assistida de crianças com deficiência visual (CEPRE/FCM/UNICAMP, 1998). Foi docente do Curso de Psicologia da PUC-Campinas (1981-1985). É Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (desde 2012) e do Mestrado em Ciências da Saúde (2015) da PUC-Campinas. Aposentou-se pela Universidade Federal do Espírito Santo [UFES] (1986-2011), recebendo o título de Professora Emérita em 2014. Orientou no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES (PPGP/UFES) entre 1992-2016. Foi Chefe do Depto. Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES (1999-2000), Coordenadora do PPGP/UFES (2000-2002) e Tutora do Grupo PET/CAPES da Psicologia/UFES (1994-1997). Foi Primeira-Secretária da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental - ABPMC (1998-1999), e da Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento - ABPD (2006-2007). Foi representante da UFES no Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Vitória, ES?

CMCT/FACITEC (2008-2012). Foi bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq entre 2001-2018. É líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Saúde e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (PUC-Campinas) e pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Psicologia Pediátrica (USP-RP) do CNPq; é Coordenadora do GT- Psicologia da Saúde da Criança e do Adolescente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) desde 2012. É Editora Associada da Revista Estudos de Psicologia (PUC-Campinas) desde 2012. Coordena pesquisas nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Pediátrica sobre avaliação, intervenção e prevenção de problemas de desenvolvimento, com temas como processos de estresse-coping e Avaliação Assistida. Seu vínculo institucional atual é com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC Campinas, Brasil e a Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil. Publicações: 93 artigos publicados (08 artigos dentro dos critérios de análise), 09 livros publicados, 56 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: PESQUISAS EM PSICOLOGIA PEDIÁTRICA - USP
Grupo de pesquisa: PSICOLOGIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - PUC Campinas

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/6611875189543103>

Última atualização do currículo em 26/05/2018

- Carlos Barbosa Alves de Souza

Grupo de pesquisa: Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem atraso no desenvolvimento
Instituição: UFPA
Líder(es): Carlos Barbosa Alves de Souza
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Graduação (1994) e Mestrado (1997) em Psicologia na Universidade de Brasília, Doutorado em Ciencias Del Comportamiento (2001) no Centro de Estudios e Investigaciones en Comportamiento, Universidad de Guadalajara e Pós-Doutorado (2003) no Nova Institute of Philosophy, Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é Professor Associado 4 da Universidade Federal do Pará, professor permanente do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC), coordenador do Grupo de Pesquisa Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem atraso no desenvolvimento, membro do comitê de avaliação da área de Psicologia na Capes, Editor Associado da revista Acta Comportamentalia e pesquisador do Instituto

Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino do CNPq. Atuou como Editor da revista *Acta Comportamentalia* (2007-2009), Vice-Coordenador (2013-2015) e Coordenador (2015-2017) do PPGTPC, e membro da comissão da área da Psicologia do Prêmio Capes de Tese 2016. Tem experiência na área de Psicologia Experimental, atuando principalmente nos seguintes temas: Aquisição de repertórios simbólicos, Análise Comportamental Aplicada e Análise conceitual em psicologia. Seu vínculo atual é com a Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil, e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (CAPES), Brasil. Publicações: 48 artigos publicados (04 artigos dentro dos critérios de análise), 04 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO COMPORTAMENTO COMPLEXO - UFPA
Grupo de pesquisa: Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem atraso no desenvolvimento - UFPA

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/1264063598919201>

Última atualização do currículo em 11/05/2018

- Débora Dalbosco Dell'aglio

Grupo de pesquisa: Sistema de proteção a crianças e adolescentes: Pesquisas e aplicações
Instituição: UFRGS
Líder(es): Débora Dalbosco Dell'aglio
 Aline Cardoso Siqueira
Área: Psicologia

(Print capturado em 30.05.2018)

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1983), mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Atualmente é professora pesquisadora do PPG Educação Unilasalle e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, orientadora de mestrado e doutorado e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFRGS no período 2008-2010, editora associada na área de desenvolvimento na Revista *Psicologia Reflexão e Crítica/psychology* no período 2011-2013 e Editora Geral no período 2013-2015. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescentes, institucionalização, abuso sexual, rede de apoio, bem-estar, resiliência,

violência, desenvolvimento em situação de risco pessoal e social, políticas públicas de proteção à infância e adolescência. Vínculo institucional atual: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil e Universidade La Salle - Canoas, UNILASALLE, Brasil. Publicações: 138 artigos publicados (10 artigos dentro dos critérios de análise), 06 livros publicados, 51 capítulos de livros.

Grupos de Pesquisa aos quais faz parte:

Grupo de pesquisa: Desenvolvimento Humano em Situações de Risco Social e Pessoal - UFRGS

Grupo de pesquisa: Sistema de proteção a crianças e adolescentes: Pesquisas e aplicações - UFRGS

(Print capturado em 30.05.2018)

Endereço para acessar seu CV: <http://lattes.cnpq.br/6343989319484265>

Última atualização do currículo em 28/05/2018

➤ Crianças:

Foram encontrados três grupos com este descritor, porém os mesmos se mostraram repetições. E conseqüentemente se repetiram os seus líderes. Tais grupos são: *Desenvolvimento sociomoral de crianças e adolescentes* (Raul Aragão Martins), *Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem atraso no desenvolvimento* (Carlos Barbosa Alves Souza), *Sistema de proteção a crianças e adolescentes: Pesquisas e aplicações* (Débora Dalbosco Dell'aglio).

5 O QUE OS PESQUISADORES LÍDERES SIGNIFICAM SOBRE A INFÂNCIA E A CRIANÇA EM SEUS ARTIGOS:

Nas fases anteriores, em que realizamos a exploração, os cruzamentos, o refinamento e a descrição, constatamos que diante dos vinte e quatro grupos de pesquisa analisados, doze apresentaram no título o termo infância, quatro utilizam o termo infantil, cinco o termo criança e três, o termo crianças. Já diante da análise dos artigos percebemos que o termo que mais apareceu no título foi o termo crianças (48 artigos), criança (07 artigos), infantil (10 artigos) e infância (08 artigos).

Neste momento apresentaremos as sínteses interpretativas realizadas a partir dos artigos, com as proposições conceituais acerca da infância e criança presentes nos mesmos, chegando assim à fase final da metassíntese pretendida.

5.1 Autores que apresentam o descritor criança/as no título de seus artigos.

5.1.1. Aqueles que explicitam pressuposto teórico.

1. “Quando eu penso em Cuiabá...: significações da Cidade por crianças em escolas particulares”. (ANDRADE, 2016).
2. “Representações sociais de Cuiabá: estudo comparativo entre Mapas cognitivos de crianças em escolas públicas e Particulares”. (ANDRADE, 2016).
3. “Intervenção em práticas de cuidado à criança no contexto hospitalar: representações sociais da equipe de saúde”. (ANDRADE, 2017).
4. “Cidade como metáfora de si: representação socioespacial de Cuiabá-MT segundo a criança”. (ANDRADE, 2014).
5. “Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias”. (DELL’AGLIO, 2017).
6. “Relação entre autoconceito de crianças e estilos de liderança de professores”. (BATISTA, 2017).
7. “Crenças de crianças e professoras sobre a boa professora”. (BATISTA, 2016).
8. “Relações funcionais entre estímulos condicionais sociais, atenção conjunta, tato e mando em crianças com autismo”. (SOUZA, 2017).

9. “Ensino de Nomeação com Objetos e Figuras para Crianças com Autismo”. (SOUZA, 2016).
10. “Intervenções Comportamentais no Ensino de Atenção Conjunta para Crianças com Autismo: Uma revisão de literatura”. (SOUZA, 2014).
11. “Ensino de linguagem receptiva para crianças com autismo: Comparando dois procedimentos”. (SOUZA, 2015).
12. “Desempenho de Crianças Com e Sem Necessidades Especiais em Provas Assistidas e Psicométricas.” (ENUMO, 2013).
13. “Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização”. (DELL’AGLIO, 2016).
14. “Percepção do estresse pelas crianças do primeiro ano do ensino fundamental.” (WEBBER, 2013).
15. “Habilidades Sociais, Competência Acadêmica e Problemas de Comportamento em Crianças com Diferentes Níveis de Plumbemia”. (RODRIGUES, 2015).
16. “Histórias e dilemas morais com crianças: instrumento para pesquisadores e educadores”. (MARTINS, 2015).
17. “Intervenção cognitivo-comportamental para crianças com dificuldades psicolinguísticas: reabilitação neuropsicológica”. (FREITAS, 2013).
18. “Adaptações curriculares para crianças com deficiência intelectual moderada: contribuições da neuropsicologia do desenvolvimento”. (FREITAS, 2016).
19. “A escuta de pais nas entrevistas preliminares com crianças: algumas questões iniciais.” (GURSKI, 2017).

5.1.1.1. Abordagem Histórico-culturais/Psicossociais:

Andrade (2016) apresenta um recorte da pesquisa de mestrado intitulada *Representações Sociais da cidade de Cuiabá: estudo com crianças em contexto de escolas particulares*. “Objetiva a identificação e análise das significações da cidade de Cuiabá, segundo crianças em contexto de escolas particulares. Adota como aporte teórico a Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009; 2010). Os dados foram gerados com 40 crianças, em quatro escolas particulares, divididas entre as regiões: Leste, Oeste e Sul. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas individuais, que foram processadas pelo software Analyse Lexicale par Contexte d’un Esemble de Segments

de Texte (ALCESTE). Os dados anunciam que aspectos da cidade, como as ruas, bairros e praças, são identificados como cenários observados pelas crianças durante os trajetos que percorrem, geralmente realizando a ligação entre lugares de família, consumo e a escola. A cidade aparece nas entrevistas como lugares fragmentados, e a ausência dos elementos históricos sugere uma postura de distanciamento em relação a um enraizamento cultural. Tais constatações desvelam o potencial transformador dos processos formativos, ao mesmo tempo em que evidenciam seu poder de conservação”.

Como já mencionado, a autora adota como aporte teórico a Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009; 2010) e o método apresentado é um estudo empírico, em que foram ouvidas 40 crianças, alunas de escolas particulares, através de entrevistas semiestruturadas. O *corpus* foi analisado pelo *software* Alceste que, após o processamento, dividiu o corpus em 748 Unidades de Contextos Elementares (UCE) que continham 646 palavras, formas ou vocábulos diferentes.

Os resultados apresentaram que ao analisar o discurso das crianças, em contexto de escolas particulares, identificam-se significações da cidade de Cuiabá marcadas por trajetos, vias públicas esvaziadas de vivências e significados, como cenários que se apresentam ao longo do percurso que liga predominantemente espaços privados. Contudo, os trajetos são identificados também como fontes de informações, a partir das quais crianças elaboram suas hipóteses a respeito da cidade. Os lugares nomeados pelas crianças indicam a alta recorrência e consenso de um perfil de espaços privados, voltados para o consumo ou enquanto lugares de convivência familiar, como a casa. Esses dados fortalecem a compreensão das possibilidades que a cidade tem ofertado, ou que tem sido possibilitado pelos adultos, para as crianças.

O conceito aqui utilizado é o de criança, como sujeito social que constrói representações acerca do meio ao qual está inserida. As crianças construindo sentidos a partir dos elementos do meio, tendo como referência os adultos, os objetos, a mídia e as normas que regulam os espaços.

Andrade (2016) analisa dados de estudos sobre representações sociais da cidade, segundo crianças de escolas públicas (SILVA, 2014) e particulares (POUBEL, 2016). “O aporte teórico partiu da abordagem ontogenética das representações sociais e da Teoria Histórico Cultural em diálogo com os estudos de Bourdieu (2004) e Sennett (1988). Como metodologia adotou-se mapas cognitivos (ALBA, 2011) produzidos por 80 crianças (40 de escolas públicas e 40 de escolas particulares),

analisados conforme a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977)”. Os resultados indicaram um campo representacional marcado por informações sobre a cidade atrelada à rotina das crianças, esta orientada pelos adultos que regulam estruturas de oportunidade para sua aprendizagem e desenvolvimento. Observou-se maior repertório nos mapas coletados na escola pública, cujos trajetos infantis são realizados por meio de transporte público ou a pé. As crianças das escolas particulares anunciam a cidade vista pela janela do carro com destaque para grandes avenidas, vias públicas e logomarcas. Em ambos os grupos, destaca-se a recorrência de espaços privatizados como shoppings, lojas e lugares de família. Assim, conteúdos representacionais identificados sobre Cuiabá indicam a influência das diferentes posições sociais dos grupos, em acordo com os espaços que vivenciam e com a mediação exercida pelo adulto.

As crianças das escolas particulares anunciam a cidade vista pela janela do carro com destaque para grandes avenidas, vias públicas e logomarcas. Apesar da distinção é possível identificar aproximações e distanciamentos ora delineados pela infância, ora pela posição social. A criança é participante da pesquisa onde se busca identificar e problematizar a significação da cidade pela criança, em diferentes grupos de pertencimento – alunos de escola pública e de escola privada.

O estudo de Andrade (2017) objetivou compreender e identificar redes de significações sobre práticas do cuidado à criança no contexto hospitalar, segundo profissionais que trabalham em uma enfermaria pediátrica. Para tanto, se fundamenta na Teoria das representações sociais, elencando pontos possíveis de articulação com os estudos de Bruner sobre a narrativa, buscando a compreensão sobre as imbricações em relação a um projeto de intervenção e o compartilhamento de significados. “Foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com profissionais de diferentes áreas de atuação que trabalham em uma enfermaria pediátrica de um hospital universitário. O corpus foi processado pelo programa computacional IRAMUTEQ que permitiu a realização da análise de Classificação Hierárquica Descendente, favorecendo a identificação de diferentes classes nas narrativas apresentadas. Para efeito deste trabalho, foi analisada a classe 1 intitulada “*A prática de sentar e contar história*” que indicou a presença de diferentes significações sobre o cuidado de crianças no contexto hospitalar junto aos profissionais entrevistados. Elas remetem historicamente tanto ao paradigma da medicina flexneriana quanto ao da Política Nacional de Humanização, e

se apresentaram como matéria prima para a elaboração de novas narrativas, retratando diferentes contextos de interação nas práticas de cuidado abordadas”.

A perspectiva teórica é a Teoria das representações sociais, o método é apresentado como estudo empírico com projeto de intervenção. Os procedimentos adotados caracterizam um estudo de campo de orientação etnográfica, constituído de observação participante e entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com 11 profissionais da enfermagem pediátrica. No total foram entrevistadas: 1 médica, 1 enfermeira, 2 técnicas em enfermagem, 2 psicólogas, 3 pedagogas, 1 assistente social e 1 nutricionista. De modo geral, é possível caracterizar esse grupo como formado por mulheres, predominantemente entre 30 a 59 anos, com pós-graduação e que trabalham na instituição há seis anos ou mais. O material produzido pela transcrição das entrevistas foi processado no programa computacional IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) que permitiu a realização da análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Como resultados, neste exercício de identificação e diferenciação, “foi possível destacar elementos em torno dos quais se estruturam narrativas dos profissionais sobre o cuidado em saúde de crianças. Destaca-se a noção de tempo instituído pela rotina hospitalar, da preponderância dos aspectos biológicos em detrimento aos demais e da abordagem disciplinar, organizando o trabalho de assistência à saúde, por meio de especialidades. De forma geral, por meio das práticas de cuidado propostas pelo projeto de intervenção, foi possível reconhecer a existência, no cenário da enfermagem pediátrica investigada, redes distintas de significações sobre o cuidado de crianças no contexto hospitalar que se fazem presentes junto aos profissionais entrevistados. Elas remetem historicamente tanto ao paradigma da medicina flexneriana, quanto ao da Política Nacional de Humanização (PNH), e se apresentaram como matéria prima para a elaboração de narrativas frente à entrevista, retratando diferentes contextos de interação, nas quais as práticas de cuidado à criança podem acontecer no hospital”.

Evidencia-se a utilização do conceito de criança atrelado ao processo de adoecimento e as narrativas de profissionais sobre o cuidado às crianças no contexto hospitalar.

Andrade (2014) propõe neste estudo uma discussão sobre a relação da criança com a cidade, mediante análise compreensiva do discurso associado ao mapa da cidade construído pela criança participante, com o objetivo de refletir sobre aspectos

de sua constituição identitária nessa relação. A análise das significações se orienta pela articulação entre a Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009, 2010) e a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003), esta última no diálogo com os estudos de Jodelet (1982, 2001). “Os estudos de Tuan (1980, 1983) sobre a noção de lugar, topofilia e topofobia também integram o referencial teórico, que, em seu conjunto, possibilita compreender a relação entre criança e cidade como aspecto importante para o desenvolvimento infantil”. O procedimento metodológico adotado para a apreensão da representação socioespacial deu-se pelo recolhimento do desenho da cidade, inspirado na proposta dos mapas cognitivos (ALBA, 2011), acompanhado de entrevista semiestruturada com uma criança de uma escola municipal de Educação Básica de Cuiabá, MT. A análise da entrevista e do mapa da cidade orientou-se pela perspectiva compreensiva do discurso, e revelou que a representação socioespacial da cidade de Cuiabá, é influenciada por valores, vivências e afetos da criança, estando presentes elementos de suas particularidades, mas que também são frutos de relações estabelecidas socialmente. Além disso, nota-se que os lugares do afeto permeiam o processo de formação identitária da criança, aspecto que permite anunciar que, em alguma medida, a cidade é tomada como metáfora de si.

O estudo em questão se orienta pela articulação entre a Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009, 2010) e a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003), esta última no diálogo com os estudos de Jodelet (1982, 2001). Os estudos de Tuan (1980, 1983) sobre a noção de lugar, topofilia e topofobia também integram o referencial teórico, que, em seu conjunto, possibilita compreender a relação entre criança e cidade como aspecto importante para o desenvolvimento infantil.

Trata-se de um estudo de carácter experimental, onde foi feita uma representação socioespacial por meio da recolhida do desenho da cidade, (ALBA, 2011). Foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma criança de uma escola municipal de Educação Básica de Cuiabá, MT.

“Os critérios para a seleção da participante foi que a mesma tivesse idade entre 09 e 12 anos, estudante do quinto ano do Ensino Fundamental, desejo de participar da pesquisa e ter autorização do responsável mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. A análise da entrevista e do mapa da cidade orientou-se pela perspectiva compreensiva do discurso e seguiu o roteiro de entrevista organizado em três etapas: Contextualização; Nomeação, classificação e significação dos lugares; Informação, análise e crítica”.

Percebe-se com os resultados que os lugares do afeto permeiam o processo de formação identitária da criança e representam a base que lhe permite compensar seus problemas e dificuldades. A identificação da criança com tais lugares permite não somente pensar a cidade como lugar de pertencimento, mas também pensar a si mesma, nutrindo por Cuiabá a valorização que gostaria que seus pais tivessem por ela. “Nesse exercício, a criança recorre à memória social e resgata princípios éticos e valores sociais que revelam a Cuiabá como lugar de pertencimento orientado pelo bem comum, refletindo a importância da valorização das pessoas e da cidade no processo de construção identitária, ou seja, evidenciando que a construção da identidade pessoal está intimamente associada à identidade dos lugares”.

Como vimos no estudo relatado acima, a criança se apresenta como participante da pesquisa. O estudo permite destacar a constituição subjetiva das crianças acontece mediante suas vivências, que carregam significações e interpretações pessoais, mas também são permeadas pelo arcabouço simbólico construído no e pelo meio sociocultural.

Dell’aglio (2017) em seu estudo apresenta uma reflexão teórica acerca das imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. Parte-se de uma perspectiva histórica acerca das instituições no Brasil até os dias atuais, em que a política de atendimento é regida pela Doutrina da Proteção Integral, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando-se os prejuízos das imagens sociais negativas relativas a crianças e adolescentes em acolhimento e suas famílias. São discutidos alguns trabalhos que enfocam as imagens construídas acerca dessa população e suas consequências, tanto para os sujeitos em situação de institucionalização quanto para os profissionais que com eles trabalham.

“Parte-se de uma perspectiva histórica acerca das instituições no Brasil até os dias atuais, em que a política de atendimento é regida pela Doutrina da Proteção Integral, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destacando-se os prejuízos das imagens sociais negativas relativas a crianças e adolescentes em acolhimento e suas famílias. Imagem social corresponde a uma forma de classificar indivíduos a partir da construção de teorias implícitas sobre eles ou sobre por que se comportam de determinada forma, por exemplo. Essas teorias implícitas guiam o comportamento e interações com esses indivíduos que são classificados, buscando confirmar essas classificações e imagens que são criadas em torno desse público alvo (DOMINGUES, 2013). As imagens sociais construídas sobre os grupos alvo

dependem da formação e do status do próprio grupo alvo, bem como do status e do interesse dos grupos que as percebem (TAJFEL, 1974). É um estudo teórico, onde são discutidos alguns trabalhos que enfocam as imagens construídas acerca dessa população e suas consequências”.

Os resultados demonstraram que as imagens sociais que os indivíduos constroem sobre outros estão vinculadas à história desses indivíduos e dos grupos sociais a que eles pertencem. As imagens sociais associadas a um determinado grupo estão relacionadas tanto ao que é esperado desse grupo quanto às potencialidades atribuídas aos seus membros. “Os estudos demonstraram que a história da institucionalização apresenta forte influência na construção do que se pensa sobre a criança. Dessa forma, modificar as crenças e imagens sociais das crianças e adolescentes institucionalizados, especialmente daqueles que trabalham diretamente com esses indivíduos, é tarefa fundamental daqueles que refletem, discutem e constroem políticas públicas voltadas a esse grupo social”.

É enfocada a questão da institucionalização de crianças propondo uma visão de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento. “Compreendendo que a infância, assim como a adolescência ou a família, é o que cada sociedade, em cada momento histórico, conhece e fala sobre ela (CASAS, 2006)”.

Em suma, Dell’aglio (2017) propõe uma visão da criança e do adolescente como sujeitos detentores de direitos e pessoas em desenvolvimento. Ou seja, a infância, a adolescência e a família são tomadas como construções do processo histórico em cada sociedade.

5.1.1.2. O pressuposto Cognitivo-comportamental:

Conforme estudo de Batista (2017) observa-se que a interação professor-aluno é essencial para o desenvolvimento das crianças. Essa interação influencia diversos aspectos do comportamento infantil, dentre estes, o autoconceito. Este trabalho teve por objetivo verificar a relação entre o autoconceito em crianças e os estilos de liderança de professores. “Participaram dessa pesquisa 124 alunos com idade média de 9,5 (DP=1,29), de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, de escolas públicas. Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos, a Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil (EAC-IJ) e o Inventário de Estilos de Liderança de Professores (IELP). Os resultados mostraram três correlações, uma positiva e duas negativas, além da

classificação quanto aos estilos de liderança de professores e a classificação dos autoconceitos das crianças. O estudo aponta para a necessidade de se considerar as relações sociais estabelecidas na escola e promove uma reflexão sobre a importância dessas relações para o desenvolvimento infantil. Seus resultados apontam que o autoconceito e os estilos de liderança de professores na amostra estudada. Outro resultado apresentado é com relação aos estilos de liderança de professores, em que a maioria dos alunos responde que seus professores pertencem ao estilo autoritativo. Assim, considerado o melhor estilo de liderança. Quanto ao autoconceito, a maioria dos participantes (49,3%) se classificou como possuindo um bom autoconceito geral, ou seja, se percebem como inteligentes, com boas relações e acreditam que possuem muitas capacidades”.

A perspectiva teórica utilizada por Batista (2017) é da análise do comportamento (ROCHA, INGBERMAN, & BREUS, 2011), o autoconceito, segundo esta abordagem, pode ser visto como uma forma de autoconhecimento. O método se caracteriza por estudo empírico- As crianças como participantes, e também os professores. Foram quatro turmas do 4º ano e quatro turmas do 5º ano do Ensino Fundamental de três escolas públicas do interior do Paraná. Os instrumentos usados foram: A Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil (EAC-IJ): Criada por Sisto e Martinelli (2004) e aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem por objetivo avaliar, com maior precisão, os diferentes níveis de autoconceito: autoconceito pessoal, autoconceito social, autoconceito familiar e autoconceito escolar; e o Inventário de Estilos de Liderança de Professores (IELP): Desenvolvido por Batista (2013) e publicado por Batista e Weber (2015) tem por finalidade identificar os estilos de liderança de professores, o qual se constitui por 56 itens como, por exemplo, “*Minha professora é alegre*”, que devem ser respondidos com uma das opções “*nunca ou quase nunca*”, “*às vezes*” ou “*sempre ou quase sempre*”, configurando-se em uma escala Likert de três pontos. O estudo aponta para a necessidade de se considerar as relações sociais estabelecidas na escola e promove uma reflexão sobre a importância dessas relações para o desenvolvimento infantil.

Em síntese, o conceito de criança (s) se apresenta relacionado ao desenvolvimento da criança e como ocorre o processo de autoconceito em meio às interações em sala de aula.

Batista (2016) em seu estudo aborda as crenças de crianças e professoras sobre a “*boa professora*”. A escola é um dos locais onde as crianças passam grande parte do

seu tempo, sendo um dos principais contextos de socialização na infância. Assim, observa-se a relevância de investigar as relações que ocorrem nesse ambiente, tais como a interação professor-aluno, visto que o professor é o adulto que fica a maior parte do tempo com a criança, organiza e estrutura as atividades diárias e faz a mediação entre pares. “O presente estudo buscou investigar crenças de crianças e professoras sobre “o que é ser uma boa professora”. Participaram do estudo 83 crianças e cinco professoras do quinto ano do ensino fundamental de uma escola pública de uma cidade no interior do Paraná. Os alunos responderam em uma folha essa questão, enquanto as professoras participaram de entrevista semiestruturada. Os resultados mostram que características relacionadas à responsividade, incluindo, afeto, apoio, participação e qualidade na comunicação, são mais citadas tanto por alunos quanto por professoras, seguido da importância de limites e regras”.

Em relação à perspectiva teórica o artigo apresenta o modelo teórico de Estilos de lideranças de professores, que segundo Batista e Weber (2015), se caracterizam por um conjunto de atitudes direcionadas aos alunos e que, tomadas em conjunto, criam um clima emocional no qual os comportamentos são expressos, moderando a efetividade de uma prática particular e alterando a receptividade da criança à relação de ensino-aprendizagem. O método refere-se a um estudo empírico – As crianças como participantes da pesquisa. Participantes: 83 crianças (9-11 anos) e cinco professoras do quinto ano do ensino fundamental de uma escola pública de uma cidade no interior do Paraná. Com as professoras, foi realizada uma entrevista semi-estruturada, na qual foram apresentadas perguntas referentes ao que é ser uma boa professora, quais objetivos devem atingir com as crianças de quinto ano do ensino fundamental e o que acreditam que influencia o desempenho escolar dos alunos, além de perguntas voltadas para o seu perfil profissional, como questões que abordem sua rotina na escola, há quanto tempo estão na profissão, quanto tempo dedicam ao trabalho e o quão satisfeitas estão em sua profissão. Com as crianças, os dados foram levantados a partir de uma folha, contendo uma questão para responderem abertamente o que acreditavam ser uma boa professora.

Os resultados apontaram que em relação às crenças das professoras existem dois pontos importantes que se destacam em suas falas: “para ser uma boa professora, necessariamente tem que se passar e se fazer compreender os devidos conteúdos acadêmicos e o segundo ponto apresenta que, algumas dessas professoras acreditam ser uma boa professora corresponde, além de passar os conteúdos acadêmicos é

importante também criar vínculos afetivos com os alunos que possam suprir as deficiências familiares e sociais no contexto de cada aluno. Já os alunos trazem em suas respostas que uma boa professora deve priorizar a relação em sala com o aluno, estando sempre atentas as necessidades dos mesmos”. Esses alunos trazem a responsividade das professoras como algo mais importante em detrimento do poder coercitivo no favorecimento do processo de ensino aprendizagem. Em conclusão o texto traz que a presença somente da responsividade pode criar um ambiente permissivo, sendo que o equilíbrio com as os limites e regras é importante para um clima mais positivo em sala de aula.

Crianças é o conceito apresentado. As crianças dentro deste estudo “ganham voz”, as perspectivas/crenças destas crianças ganham foco, juntamente às crenças das próprias profissionais no que se refere à imagem da ‘boa professora’.

Em Souza (2017) temos a discussão sobre relações funcionais entre estímulos condicionais sociais, atenção conjunta, tato e mando em crianças com autismo. Déficits na atenção conjunta (AC), caracterizada como resposta de atenção conjunta (RAC) e iniciação de atenção conjunta (IAC), têm sido relacionadas com os problemas de linguagem observados em pessoas com autismo. “O estabelecimento do comportamento de outras pessoas como estímulos discriminativo-reforçadores condicionais pode ser importante para AC. Este estudo investigou, em três crianças com autismo, as relações funcionais que podem ocorrer entre o estabelecimento do comportamento de outras pessoas como estímulos discriminativo-reforçadores condicionais e os repertórios de RAC, IAC, tato e mando. Foram realizados treinos de repertórios de sessão e pré-testes da efetividade reforçador-discriminativa de estímulos condicionais sociais, de RAC, IAC, mando e tato. Com base nos prétestes, foram definidas diferentes linhas de base entre os participantes para iniciar os treinos dos repertórios inexistentes e poder avaliar os efeitos de um ou mais repertórios sobre os demais. Os resultados sugerem uma independência funcional entre a aquisição de RAC, mando e tato e o estabelecimento de respostas a estímulos sociais”.

Esse estudo se utilizou dos conceitos de (AC) Atenção conjunta. (RAC) resposta de atenção conjunta e iniciação de atenção conjunta (IAC) (WHALEN & SCHEIBMAN, 2003). A RAC tem sido determinada como o comportamento da criança de entrar em contato com estímulos que lhe são apresentados pelos adultos ou pares, e a IAC como respostas da criança em direção a adultos ou pares a fim de mostrar um objeto ou evento de interesse durante uma interação social (MEINDL &

CANNELLA-MALONE, 2011). O método utilizado se refere a um estudo empírico. Participaram do estudo três crianças com diagnóstico de TEA (transtorno do espectro autista) integradas ao projeto de Atendimento e Pesquisa sobre Aprendizagem e Desenvolvimento (Aprende) da Universidade Federal do Pará.

“De maneira geral, os dados sugerem que os programas comportamentais desenvolvidos no Aprende facilitaram o processo de aquisição de repertórios propostos nos treinos dos participantes. Observou-se que os programas para desenvolver comportamentos de sessão permitiram a execução geral do estudo e podem ter favorecido o desempenho dos participantes nas avaliações de linha de base de RAC, mando e tato (percentuais de acerto de 79 % 100%)”. Crianças foi o termo/conceito empregado no estudo.

Souza (2016) comparou a utilização de estímulos bidimensionais e tridimensionais em um procedimento de instrução com múltiplos exemplares para instalar nomeação (integração dos repertórios de falante e ouvinte) em quatro crianças com autismo. “Após uma linha de base de nomeação (Fase 01), treinou-se discriminação condicional por identidade com o experimentador tateando os estímulos modelo, discriminação condicional auditivo-visual e tato com novos estímulos (Fase2). Atingido o critério na Fase 02, a Fase 01 foi replicada (Fase 03). Observada nomeação na Fase 03, a Fase 01 foi replicada com novos estímulos (Fase 04). Dois participantes demonstraram nomeação. Discutiu-se a efetividade do procedimento de instrução com múltiplos exemplares, o papel da modalidade de estímulos e a interação entre os repertórios de falante e ouvinte”.

A perspectiva teórica foi a caracterização do repertório comportamental definido como nomeação por Horne e Lowe (1996). Eles caracterizam nomeação como uma relação comportamental bidirecional que integra funções de falante e ouvinte tal que a presença de uma pressupõe a outra. O método: é um estudo experimental. Participaram do estudo quatro crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista, com atraso no desenvolvimento verbal, sem comorbidades e com baixa frequência de comportamentos auto e heterolesivos. Foi utilizado um procedimento adaptado de ICME (instrução com múltiplos estímulos) para ensino de nomeação, como proposto por Greer e colaboradores (e.g. GREER & LONGANO, 2010; GREER & ROSS, 2008), constituído de quatro fases.

“Os resultados de Max e Dan (nomes fictícios) sugerem uma maior facilidade em produzir nomeação com estímulos bidimensionais. No caso de Max, embora a

diferença no número de sessões de ICME para atingir o critério de aprendizagem com as formas geométricas como estímulos 2D e 3D tenha sido mínima, apenas houve demonstração de nomeação na Fase 3 com os estímulos 2D. Além disso, na replicação do procedimento com brinquedos como estímulos, Max demonstrou nomeação com os estímulos 2D já na Fase 1, precisando de duas sessões de ICME para alcançar o critério de aprendizagem com os estímulos 3D. Esses resultados sugerem ainda uma maior facilidade de aprendizado de nomeação com estímulos naturais/convencionais (e.g., brinquedos) em comparação com estímulos não convencionais (e.g., formas geométricas não representacionais) que precisa ser mais bem investigada. Embora alguns estudos demonstrem a efetividade da ICME na aquisição de nomeação (FIORILE & GREER, 2007; GREER et al., 2005; GREER et al., 2007; GILIC & GREER, 2011), apenas dois dos quatro participantes do presente estudo adquiriram nomeação após serem expostos ao referido treino. Isso sugere uma efetividade limitada, ao menos para os participantes deste estudo”.

De forma geral, os dados do presente estudo confirmam a efetividade do procedimento de ICME na instalação de nomeação em crianças diagnosticadas com autismo e sugerem que o uso de estímulos 2D pode facilitar a emergência desse repertório. Neste estudo o conceito que aparece é criança, como sujeito e participante da pesquisa. A pesquisa propõe uma avaliação do desenvolvimento das crianças com autismo.

Souza (2014) neste estudo continua seus estudos sobre a temática do autismo em crianças. Ele revisou estudos baseados na metodologia e procedimentos da Análise do Comportamento que investigaram o ensino da atenção conjunta (AC) para crianças com autismo, procurando descrever e analisar as variáveis envolvidas no ensino de resposta de atenção conjunta (RAC) e de iniciação de atenção conjunta (IAC). “Foram avaliados: componentes da AC e classes de respostas de RAC e IAC treinados; procedimentos utilizados; estímulos discriminativos e reforçadores usados; participação de familiares; e resultados de aquisição e generalização. Os resultados da revisão mostraram o sucesso em estabelecer RAC e IAC através de procedimentos comportamentais e apontam quais estratégias podem favorecer a manutenção e generalização desses repertórios”.

A perspectiva teórica utilizada foi a perspectiva analítico-comportamental. As estratégias analítico-comportamentais são: (e.g. hierarquia de dicas, variação de reforçamento, uso de múltiplos exemplares de estímulos, testes de preferências,

modelação e randomização de tarefas). Realizaram uma revisão de literatura com a busca sistemática nas bases de dados Pubmed Central e Education Resources Information Center (ERIC), sem restrição de período, utilizando as palavras-chave “joint attention”, “autism” e “training” como termos livres. “Esse procedimento resultou em 324 artigos. A partir da leitura dos títulos e/ou resumos de cada artigo localizado, foram selecionados para análise aqueles que cumpriam os seguintes critérios: 1. Ser um relato de pesquisa publicado em uma revista com revisão por pares; 2. Treinar pelo menos um dos componentes da AC; 3. Ter como participantes crianças diagnosticadas com autismo; 4. Utilizar procedimentos da Análise do Comportamento (e.g. dicas; reforçamento); e 5. Exibir controle experimental (i.e. demonstrar o efeito do treino no repertório do participante)”.

Os resultados apresentaram que dezoito artigos preencheram os critérios de inclusão para análise. “Dos 18 estudos analisados, nove ensinaram diretamente apenas um dos repertórios: quatro ensinaram RAC (KLEIN et al., 2009; KRSTOVSKA-GUERRERO & JONES, 2013; MARTINS & HARRIS, 2006; ROCHA, SCHEIBMAN, & STAHLER, 2007) e cinco IAC (JONES, 2009; KAALE, SMITH, & SPOHEIM, 2012; MACDUFF, LEDO, MCCLANAHAN, & KRANTZ, 2007; NAOI, TSUCHIYA, YAMAMOTO, & NAKAMURA, 2008; POLLARD, BETZ, & HIGBEE, 2012). Os nove estudos que buscaram ensinar ambos os repertórios apresentaram resultados díspares: aprendizagem apenas de RAC (KASARI, GULSRUD, WONG, KWON, & LOCKE, 2010; TAYLOR & HOCH, 2008; WHALEN & SCHREIBMAN, 2003; WARREYN & ROYERS, 2013; WONG, 2013) ou de ambos os repertórios (GULSRUD, KASARI, FREEMAN, & PAPARELLA, 2007; ISAKSEN & HOLTH, 2009; JONES, CARR, & FEELEY, 2006; KASARI, FREEMAN, & PAPARELLA, 2006)”. Considerados conjuntamente, os 18 estudos analisados mostraram que a AC pode ser ensinada para pessoas com autismo por meio de intervenções comportamentais, mas que a RAC, replicando os dados da literatura sobre AC, é mais facilmente instalada do que a IAC (MACDONALD et al., 2006; MEINDL & CANNELLA-MALONE, 2011; WHITE et al., 2011).

O conceito utilizado é o de crianças. O estudo se tratou de uma revisão de literatura, buscando identificar em artigos a análise comportamental de como se desenvolve a AC (atenção conjunta) em crianças com autismo.

Ainda, sobre o autismo em crianças, Souza (2015) comparou a eficiência de um treino de Discriminação Simples-Condiciona (DSC), que empregou blocos de

tentativas e três estímulos desde o seu início, com a do treino de Discriminação Condicional (DC), no ensino de linguagem receptiva para três crianças com autismo. Com cada criança foram treinadas nove relações palavra falada-figura em cada tipo de treino. “O treino DSC consistiu na redução gradual de tentativas por bloco (de seis blocos de três tentativas, na Fase 1 para nove blocos de duas tentativas, na Fase 2), até sua randomização total, na Fase 3. O treino DC foi idêntico à Fase 3 de DSC, porém com outros estímulos. O treino DC se mostrou mais eficiente para o estabelecimento da linguagem receptiva, mas o treino DSC foi mais efetivo para a manutenção do repertório”.

O estudo se pautou na intervenção comportamental intensiva precoce (Early intensive behavioral intervention – EIBI) (ELDEVIK et al., 2010). Um dos repertórios ensinados na EIBI é a chamada linguagem receptiva, ou seja, respostas discriminadas condicionais a estímulos verbais antecedentes, geralmente discriminações áudio visuais. “Este repertório é importante porque pode constituir a base para a aprendizagem de habilidades verbais, sociais e acadêmicas relevantes na vida de pessoas com autismo (GREER & ROSS, 2008; LOVE, CARR, ALMASON, & PETURSDOTTIR, 2009). Caracteriza-se como um estudo empírico, com participação de três crianças do sexo masculino (P1 – 10 anos; P2 – 7 anos; e P3- 5 anos), diagnosticadas com autismo, sem comorbidades e com baixa frequência de comportamentos hetero e autolesivos, inseridas no projeto APRENDE (Atendimento e Pesquisa sobre Aprendizagem e Desenvolvimento – BARROS, SOUZA, & ASSIS, 2012) da UFPA, onde recebiam intervenção analítico-comportamental três vezes por semana”.

Os resultados apontaram que todos os participantes alcançaram o critério de aprendizagem nos treinos de DSC (discriminação simples-condicionada) e DC (discriminação condicionada) com os três conjuntos de estímulos aos quais foram expostos. “Os resultados do presente estudo se somam aos achados recentes (GROW et al., 2011; GROW et al., 2014; GUTIERREZ et al., 2009; VEDORA & GRANDELSKI, 2015) que indicam que os procedimentos de treino DSC e DC são eficazes para ensinar linguagem receptiva para crianças com autismo (ou seja, ambos os procedimentos levam à aquisição do repertório)”. As crianças são participantes da pesquisa. As crianças com autismo são avaliadas, segundo seu desenvolvimento na linguagem, por meio de procedimentos aplicados.

Enumo (2013) analisou neste estudo relações entre o desempenho de crianças, com e sem necessidades de educação especial (NEE), em três provas assistidas e duas psicométricas, entre o perfil de desempenho nas provas assistidas e variáveis de status (gênero, escolaridade e NEE). “Foram analisados 256 resultados de provas assistidas e 228 psicométricas, obtidos em seis pesquisas, com 228 crianças (125 meninas), com 5-12 anos (M = 08 anos e 06 meses), cursando da Educação Infantil ao Ensino Fundamental (três em classe especial) e apresentando: dificuldade de aprendizagem (63), deficiência visual (6), nascidas prematuras e com baixo peso (38), prematuras e com muito baixo peso (30) e sem NEE (91); nas provas psicométricas, as classificações no Columbia-EMC (69 aplicações) concentraram-se em Média-Inferior (40,5%) e Média (33,3%) e no Raven-MPC (159 aplicações), nas faixas Intelectualmente na Média (45,2%) e Definidamente Acima da Média (23,9%). Quanto às provas assistidas (256 aplicações) - Jogos de Perguntas de Busca com Figuras Geométricas (154 aplicações) e com Figuras Diversas (34 aplicações) e Children’s Analogical Thinking Modifiability Test (68 aplicações) predominou o perfil Ganhador (55,8%), seguido do perfil Ganhador Dependente da Assistência (16,8%), Não Mantenedor (14%) e Alto Escore (13,3%)”. Não houve associações significativas entre o desempenho nas provas assistidas e psicométricas, confirmando-se a proposição de complementaridade dessas metodologias avaliativas, especialmente para crianças com problemas no desenvolvimento.

A perspectiva teórica abordada foi a teoria da Modificabilidade Cognitiva. Trata-se de um estudo teórico.

Como resultados “a amostra de 228 crianças produziu 256 classificações de perfil de desempenho cognitivo, isso porque 28 delas responderam a mais de uma prova cognitiva assistida (PBFG e CATM). Encontrou-se uma maior concentração do perfil Ganhador (143 aplicações = 55,8%), seguido pelo perfil Ganhador Dependente de Assistência (43 aplicações = 16,8%), Não Mantenedor (36 aplicações = 14%) e Alto Escore (34 aplicações = 13,3%). Quanto à escolaridade, destaca-se o fato de seis crianças que não frequentavam a escola ou a classe especial terem sido classificadas como Ganhadoras ou Ganhadoras Dependentes de Assistência. De outro lado, considerando os desempenhos de 49 crianças que frequentavam a antiga pré-escola (atual 1º Ano), vê-se que 42,9% foram classificadas como Não Mantenedoras, diferentemente daquelas que cursavam o Ensino Fundamental a partir do 2º ano (n = 210 aplicações), que se classificaram como Ganhadoras (58,2%) e Alto Escore (16%).

Na prova assistida CATM (relações analógicas), a maioria das 68 crianças obteve o perfil Ganhador (G = 52,9%), seguido de Não Mantenedor (NM = 42,6%), Alto Escore (AE = 3%) e Ganhador Dependente de Assistência (GDA = 1,5%). Quanto aos resultados da EMC, a maior parte das crianças recebeu classificação Médio-Inferior (41,2%), acompanhada de Médio (32,4%), Inferior (19%), Médio-Superior (5,9%) e Superior (1,5%). Observou-se que as 36 crianças classificadas como Ganhadoras no CATM pontuaram na EMC (mede habilidades de raciocínio geral e por classificações), com maior frequência, em duas faixas: Médio-Inferior (MINF = 38,9%) e Médio (MD = 33,3%). Nessa subamostra de Ganhadores, 22 crianças (61,1%) eram do sexo masculino. Para as 29 crianças com perfil Não Mantenedor (NM) no CATM, as faixas se repetiram na ECM, com as seguintes classificações—Médio-Inferior (MIFN = 41,3%) e Médio (MD = 31%). De outro lado, destaca-se o fato de duas meninas Não Mantedoras no CATM serem classificadas como Superior e Médio- Superior na ECM”.

Não foram observados coeficientes de correlação estatisticamente significativos, isto é, não se deve considerar existência de associação entre o desempenho das crianças nas provas assistidas e psicométricas avaliadas. OBS.: DA= dificuldade de aprendizagem; PT-BP- 1500-2500g (prematurado); PT-MBP- 1500g (prematurado); S/NEE = sem deficiência.

“O tipo de deficiência aparentemente não diferenciou o perfil de desempenho do examinando, uma vez que ambos os tipos de crianças - com e sem NEE - obtiveram bons resultados nas provas assistidas. Nesse contexto, uma população com NEE pode se beneficiar (TZURIEL, 2001). Chama atenção o fato de que, nas provas assistidas, mais da metade das crianças, independentemente do tipo de problemas de desenvolvimento estudado, foram classificadas como Ganhador ou Alto Escore, com exceção dos casos de DV, que não tiveram nenhuma criança classificada como Alto Escore. Neste último caso, a necessidade de mais mediação por parte do examinador ficou evidente, mas deve-se considerar também o pequeno tamanho da amostra”.

O estudo realizou a identificação e análise das relações entre o desempenho de crianças com e sem necessidades educativas especiais.

5.1.1.3. Psicologia do Desenvolvimento:

Dell’Aglío (2016) investigou as imagens sociais associadas às famílias com crianças e adolescentes institucionalizados, comparando-as com as imagens de famílias com crianças e adolescentes não institucionalizados e de diferentes status socioeconômicos. “Participaram do estudo 202 leigos e profissionais residentes no Rio Grande do Sul, com idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$). Os dados foram analisados a partir de análises de conteúdo e estatísticas descritivas. Identificou-se que imagens sociais negativas são mais frequentemente associadas às famílias com crianças e adolescentes institucionalizados e às famílias de baixo status socioeconômico. Salienta-se a necessidade de discutir e reelaborar estas concepções negativas sobre famílias, uma vez que as mesmas podem comprometer decisões sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e ao desenvolvimento saudável em comunidade”.

A autora trabalhou com a perspectiva bioecológica (BRONFENBRENNER, 1979/1996). A estrutura ecológica de uma criança/adolescente institucionalizados pode ser compreendida da seguinte maneira: “a instituição de acolhimento é o microsistema central e o mesossistema inclui as interações entre a instituição e os vários outros microsistemas tais como, a família de origem, a escola ou um programa social no qual a família participe. O macrosistema incluirá as crenças e os estigmas sociais que se formam a partir da ideia da institucionalização, sendo muitos de caráter pejorativo e depreciativo. Isso quer dizer que estes elementos do macrocontexto podem transcender e se materializar nas múltiplas relações que a criança e adolescente institucionalizados estabelece com profissionais e outras crianças/adolescentes, tanto no ambiente interno da instituição, como no ambiente externo”. Estudo Experimental participaram do estudo 202 pessoas (117 leigos e 85 profissionais de instituições de acolhimento institucional) residentes em três municípios do Rio Grande do Sul: 44 de Porto Alegre, 52 de Rio Grande e 106 de Santa Maria. Os participantes tinham idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$), sendo a maioria do sexo feminino (79,2%), solteiro (51%), com ensino médio (48%) ou curso superior (37,6%), 55% conhecia alguma criança ou jovem acolhido institucionalmente e 42,9% trabalhavam na área de crianças e adolescentes em risco e perigo.

“Foi utilizado um questionário aberto elaborado especificamente para este estudo e adaptado do instrumento utilizado por Domingues (2013), em Portugal, num

estudo semelhante. O questionário possui três partes e tem por objetivo investigar as imagens de famílias com filhos em acolhimento institucional, famílias de status socioeconômicos baixo e médio, além de coletar os dados sociodemográficos dos participantes. Para análise dos dados, foi realizada análise de conteúdo (Bardin, 1994) das palavras levantadas pelo questionário (n= 1799), tendo sido criadas oito categorias que agruparam as diferentes características descritas pelos participantes para as situações apresentadas. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de reduzir o número de características, agrupando-as conforme o seu significado. As categorias foram criadas a posteriori, a partir dos dados coletados”.

Os resultados não apresentaram associações significativas entre as categorias de características e as variáveis sociodemográficas dos participantes. No entanto, a análise das frequências das categorias de características atribuídas às diferentes famílias permitiu identificar a presença de imagens sociais diversificadas principalmente em função do status socioeconômico das famílias, tanto no caso do alvo ser criança ou jovem. “A análise das categorias mais utilizadas para descrever cada tipo de família demonstra que as imagens sociais de famílias de status socioeconômico médio diferem claramente dos outros dois tipos de famílias investigados, os quais parecem possuir imagens sociais mais semelhantes e mais negativas, pois compartilham as categorias “Recursos-valência negativa” e “Habilidades Protetoras valência negativa” entre as mais utilizadas”.

O presente estudo identificou que famílias pobres e famílias com filhos institucionalizados compartilham características relacionadas à falta de habilidades protetoras, à ausência de recursos e à presença de afetos negativos ou falta de afeto, salientando a relação entre pobreza e institucionalização. Partindo disso, “considera-se a permanência, no imaginário social, de uma concepção implícita que liga linearmente a pobreza à incapacidade das famílias de cuidar dos filhos em função do desamparo, desorganização e desunião, aspectos que seriam precursores da institucionalização de crianças e adolescentes”.

“A institucionalização, como medida protetiva, está prevista em caráter excepcional e transitório visto que o afastamento do convívio familiar prolongado pode oferecer riscos ao desenvolvimento na infância e adolescência, especialmente se a instituição não oferecer um ambiente protetivo e com funcionamento adequado à promoção do desenvolvimento integral e saudável (YUNES, MIRANDA & CUELLO, 2004)”.

Em seu estudo Weber (2013) verificou a intensidade de estresse escolar percebido pelas crianças e suas possíveis relações com, domínios da vida escolar, comportamentos das crianças, e variáveis do contexto familiar. “Participaram 39 crianças (média de 5,9 anos), de duas turmas do primeiro ano do ensino fundamental, de uma escola particular de Ponta Grossa (PR), duas professoras, 39 mães e 25 pais. Nos resultados encontrados muitas crianças relataram diversas situações estressoras no ambiente escolar”. Os domínios mais estressantes foram relação com os companheiros e adaptação a demandas não acadêmicas. Ressalta-se a importância da qualidade de interação familiar no desenvolvimento infantil e as possibilidades de sucesso na trajetória escolar das crianças.

A perspectiva teórica utilizada encontra-se vinculada ao desenvolvimento, Marturano (2008) propõe um esquema conceitual que considera provisório, cuja finalidade é gerar hipóteses e integrar resultados de pesquisas sobre o estresse da transição em uma perspectiva de desenvolvimento. Nesse esquema conceitual, o estresse da transição ao primeiro ano do ensino fundamental é uma configuração de microsituações com as quais a criança defronta-se no dia a dia e que pode afetar a resolução das tarefas adaptativas com que a criança se depara nesse período. “As tarefas adaptativas são: (1) ajustar-se às mudanças nas definições de papéis; (2) situar-se na rede social ampliada; e (3) adequar-se às normas e regras do novo contexto. Como vimos, este é um estudo empírico”.

Os resultados obtidos por meio do instrumento Inventário de Estressores Escolares (IEE) apontaram que 23 situações estressoras do ambiente escolar de um total de 30 situações foram referidas por mais de 20% das crianças. “As situações estressoras referidas com alta frequência atingiram 76,9% (“precisava sempre de ajuda para conseguir fazer as tarefas escolares”); 79,5% (“meus pais queriam que eu tirasse ‘estrelinhas’ nas tarefas”) e; 97,4% (“meus colegas fizeram bagunça na classe”). Dessas situações, referidas pela maioria absoluta dos participantes, as duas primeiras apresentadas tiveram o efeito perturbador (“o quanto a situação ocorrida o deixou chateado”) considerado baixo (“só um pouco chateado”). Ou seja, pode-se pensar que o suporte na realização das tarefas é inerente ao início da escolarização, bem como o fato de a idade da criança exigir ajuda na maior parte do tempo em todas as suas atividades. “Muitas crianças relataram ter vivenciado diversas situações estressoras na escola, sendo que as situações mais estressantes percebidos pelas crianças foram nos domínios “relação com os companheiros” e “adaptação a demandas não acadêmicas”,

entre elas “as crianças mais velhas tiraram sarro de mim”, “alguns colegas me provocaram, falaram palavrão ou colocaram apelido”, “a professora me mandou para diretoria”, “já fui roubado na escola” e “um adulto da escola me deu bronca com gritos, palavrões ou beliscões”. Os resultados deste estudo revelaram que é necessária uma postura educacional preventiva e positiva ao desenvolvimento infantil e à qualidade de interação familiar”. Desta maneira poderá ocorrer o aumento das possibilidades de sucesso na trajetória escolar de crianças, pois uma parceria entre família e escola contribui para que as crianças desenvolvam repertórios de enfrentamento e de relacionamento interpessoal adequado à vida.

A criança neste estudo está relacionada ao conceito de estresse. São discutidas questões referentes à percepção da própria criança em relação às tensões cotidianas no primeiro ano de escolarização formal.

Rodrigues (2015) teve como objetivo neste estudo verificar a relação entre diferentes níveis de plumbemia e o repertório de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças e adolescentes. “Participaram 155 crianças e adolescentes, com idade média entre 13 e 10 anos, pertencentes a três grupos: alta plumbemia (superior a $10\mu\text{g}/\text{dl}$), baixa plumbemia (inferior a $5\mu\text{g}/\text{dl}$) e que viviam em ambiente similar, mas livre da contaminação por chumbo (grupo de comparação). Foram utilizados os instrumentos SSRS-BR e o IHS-DEL-Prete, respondidos pelos participantes e seus professores. Identificou-se comprometimento no repertório comportamental, acadêmico e social, associado ao nível de plumbemia. Esses resultados evidenciam os riscos associados à exposição ao chumbo. São discutidas explicações para alguns resultados contraditórios, levantando-se hipóteses e questões para novos estudos”.

A perspectiva teórica abordada vincula-se à Psicologia do desenvolvimento com especificidades das habilidades sociais, onde os déficits nas mesmas podem ocorrer quando as condições ambientais são restritivas ou inadequadas à aprendizagem ou ao desempenho de comportamentos socialmente competentes e, adicionalmente, se existem condições favoráveis ao desempenho de comportamentos indesejáveis (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2009). Este é um estudo experimental. Efetuou-se uma Análise Multivariada de Variância (MANOVA) para verificar o efeito da plumbemia (grupo alta plumbemia vs. grupo baixa plumbemia vs. Grupo comparação), sobre as variáveis dependentes (habilidades sociais e suas subescalas, problemas de comportamento e competência acadêmica). Foram realizadas diferentes Manovas de

acordo com a escala utilizada, considerando o critério de colinearidade entre as variáveis dependentes (MARÔCO, 2010).

Os resultados apontam que nos dois grupos de crianças e adolescentes que viviam em um ambiente contaminado por chumbo, o tempo de residência era muito similar e para muitos foi seu único local de moradia, desde o nascimento. “Para as crianças não foram encontradas diferenças para nenhuma das classes de habilidades sociais. Em linhas gerais, identificou-se prejuízo no repertório comportamental, acadêmico e social, associado ao nível de plumbemia, quando esses aspectos foram avaliados pelo professor. Porém, na condição de autoinforme, os adolescentes com alta plumbemia se autoavaliaram mais positivamente do que aqueles com plumbemia baixa ou nula. Em relação às habilidades sociais autoavaliadas pelas crianças, observou-se que aquelas do grupo de comparação (sem exposição ao chumbo no seu local de residência) apresentaram melhor repertório nas habilidades sociais da classe expressão de sentimento positivo do que aquelas crianças que foram intoxicadas por chumbo (GAP). Espera-se que crianças com mais habilidades sociais tenham menor probabilidade de desenvolver problemas de comportamento ou de apresentar baixo rendimento acadêmico (GRESHAM, 2009)”.

Foi feita, no estudo, a correlação entre diferentes níveis de plumbemia (intoxicação infantil por chumbo), e o repertório de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças e adolescentes.

Martins (2015) objetivou com este estudo discutir o uso de histórias-estímulo e dilemas morais como instrumentos de coleta de dados sobre o tema do desenvolvimento do juízo moral. Em estudos com o enfoque teórico da Psicologia do Desenvolvimento Moral, apoiado nos estudos de Jean Piaget e de Lawrence Kohlberg, as histórias-estímulo têm sido o instrumento mais utilizado com crianças pequenas e os dilemas morais têm sido mais empregados com adolescentes e adultos. Diante disso, discute-se o histórico do método clínico criado por Jean Piaget (no intuito de apreender o curso do pensamento da criança), o debate de dilemas morais proposto por Lawrence Kohlberg, a construção de histórias-estímulo e a estrutura interna dos dilemas morais, assim como parâmetros para educadores utilizarem histórias e dilemas morais no intuito de aprimorar as discussões morais existentes no ambiente escolar.

Foi realizada uma investigação sistemática, onde foram analisadas as propostas de Piaget e Kohlberg no desenvolvimento de seus métodos.

Como resultados pode-se observar que “as pesquisas em Psicologia Moral têm utilizado frequentemente as histórias-estímulo e dilemas morais para a coleta de dados com crianças, adolescentes e adultos. Estes instrumentos não somente contribuíram solidamente para que pesquisadores da área avaliassem o juízo moral dos sujeitos, mas também podem ser de grande valia para professores que desejam utilizar esse procedimento, inclusive na Educação Infantil, pois o quanto antes as crianças tomarem consciência dos problemas morais e refletirem sobre eles estarão aptas a entender e a emitir juízos sobre eles. Diante deste instrumento, os adultos podem avaliar o juízo moral da criança e ajudá-la a avançar para novos estágios do desenvolvimento”.

Portanto, considera-se que, com a ajuda de seus professores, as crianças podem se tornar, o quanto antes, indivíduos capazes de refletir sobre os acontecimentos em sua volta e tomar decisões sabiamente. Discute-se o uso de histórias-estímulo e dilemas morais com crianças.

5.1.1.4. Psicanálise:

Gurski (2017) neste estudo discute os efeitos da escuta de pais nas Entrevistas Preliminares da criança para o início do tratamento. Foram analisadas as entrevistas realizadas com uma mãe que pede atendimento psicológico para seu filho por queixa de hiperatividade. Parte-se do pressuposto de que, algumas vezes, o sintoma apresentado pela criança revela aspectos mal elaborados do processo de recalçamento da história infantil dos pais. “Pensa-se que o trabalho com quem demanda atendimento para a criança permite recompor o que de seu infantil ficou fraturado, e, a partir de uma operação de elaboração permitida pela rememoração, este possibilita que os pais autorizem a criança a demandar tratamento em nome próprio. Consideram-se as Entrevistas Preliminares realizadas com os pais um dispositivo potente que permite o reposicionamento das funções parentais frente à demanda de atendimento para o filho”.

A psicanálise é a abordagem adotada no estudo. Trata-se de um estudo empírico. Foram analisadas as entrevistas realizadas com uma mãe que pede atendimento psicológico para seu filho (06 anos) por queixa de hiperatividade. Depois de ter entrevistado a mãe e a criança conjuntamente, optou-se por escutar somente a mãe, a fim de trabalhar a queixa trazida, circunscrita a uma reclamação da professora, e a possível transformação em demanda de atendimento. “Apesar de também ter-se

conversado com o pai, trouxe somente as entrevistas realizadas com a mãe, de modo a pensar como, às vezes, o trabalho de reminiscências parentais se faz necessário para que a função sinto-mal (QUINET, 1991) surja nos pais e permita, a partir disso, o acesso da criança a seu tratamento”.

Como resultados considera-se que considerando que, “na chegada de um filho, há uma atualização do momento constitutivo da castração parental e, em havendo fraturas no recalçamento, podemos supor que o filho pode ser utilizado como palco onde se atuam as tragédias de sua própria filiação (FERRARI, 2012)”. Sem o dispositivo da escuta pacienciosa e atenta da história da mãe, é possível que o enigma do sintoma do filho não tivesse emergido, impedindo a construção e sustentação de uma demanda na direção de um sujeito suposto saber acerca do sofrimento que estava em questão no sintoma do mesmo.

“Pensa-se que a escuta dos pais em Entrevistas Preliminares pode ser um dispositivo potente, especialmente no que se refere a possibilitar uma operação de elaboração do recalçamento infantil fraturado dos pais que pode ter se precipitado quando da chegada de um filho. No momento em que as lembranças parentais encontram outra guarida, abre-se o espaço necessário para que a criança possa despojar-se do que não lhe pertence e passar a assumir os próprios dramas constitutivos”. Acreditamos ainda que, quando a sintomatologia da criança está tão contaminada pela história infantil parental, a escuta dos pais possibilita que o trabalho com a criança de fato aconteça. Assim, o enigma do sintoma trazido pela criança pode ser enlaçado à história infantil daquele que se queixa precipitando a função sinto-mal e a consequente implicação dos pais no sofrimento da criança. Discutem-se os efeitos da escuta de pais nas Entrevistas Preliminares da criança para o início do tratamento.

5.1.1.5. A Neuropsicologia:

Freitas (2013) objetivou com este estudo elaborar e oferecer um programa de intervenção cognitivo-comportamental para alterações do processamento lexical em crianças, verificando sua eficácia na redução dos déficits. “Cinco crianças, com idade entre seis a 10 anos e apresentando desempenho abaixo do esperado para sua idade em algumas tarefas da bateria, foram inseridas no programa de estimulação. Essas crianças foram convocadas a participar de uma intervenção, que consistiu na segunda etapa do projeto. Na intervenção, as crianças foram submetidas ao programa de

estimulação psicolinguística, constituído de tarefas que visam a estimular funções ligadas principalmente ao desempenho da leitura e escrita das crianças. Os dados quantitativos foram analisados a partir do Statistical Package for Social Sciences. No primeiro momento, realizou-se a análise estatística descritiva, que identificou as crianças que ficaram abaixo do primeiro desvio padrão em tarefas da bateria utilizada na avaliação, posteriormente, após as atividades de intervenção, as crianças foram reavaliadas. Os resultados estatísticos comparativos demonstram o efeito do programa no desempenho psicolinguístico. Ganhos referentes ao interesse e à participação das crianças nas atividades escolares foram observados também pelos professores”.

Utilizou-se o referencial teórico da neuropsicologia, “campo do conhecimento interessado em estabelecer as relações existentes entre o funcionamento do sistema nervoso central (SNC) e as funções cognitivas e comportamentais, tanto nas condições normais quanto nas deficitárias (CAMARGO, et al., 2007)”. Estudo empírico. A pesquisa está associada a ações de extensão. Portanto, a elaboração da casuística contou com duas etapas. A primeira constituiu-se na avaliação individual, em que foram identificadas as necessidades das crianças selecionadas para a segunda etapa. A segunda etapa refere-se ao processo de estimulação das funções psicolinguísticas, sendo esta o principal foco do presente estudo. “A avaliação contou com 40 crianças. Desse total, cinco apresentaram desempenho abaixo do esperado em algumas tarefas da BANBLE e foram convocadas a participar do processo de reabilitação. Os referidos participantes tinham idade entre seis e 10 anos (média = 8,5 anos; $dp=1,87$), sendo uma do sexo feminino e quatro do masculino. No que diz respeito à escolaridade, uma criança cursava o 4º ano, duas eram do 2º ano e outras duas cursavam o 6º ano”.

Os resultados descritivos mostraram que “as crianças no pós-teste apresentaram média de desempenho maior em todas as tarefas em relação ao pré-teste, com exceção da Tarefa de Nomeação de Figuras. Além disso, com o teste de Wilcoxon foi possível identificar diferenças significativas, com $p<0,05$, nas tarefas de Associação Semântica Palavra-Figura e Julgamento de Rimas. A partir dos resultados qualitativos, observados por meio dos aplicadores do programa, foi possível notar um aumento significativo do desempenho das crianças em relação às atividades realizadas durante o processo de estimulação, uma vez que, inicialmente, as crianças apresentavam dificuldade em acompanhar os níveis graduais de complexidade das tarefas e, posteriormente, a partir de treinos, passaram a acompanhar com maior

facilidade o avanço dos níveis das atividades (tarefas simples para as mais complexas)”.

O conceito de criança está vinculado a sua participação no estudo. Realizou-se a avaliação neuropsicológica do processamento lexical em crianças. “Crianças com atraso de desenvolvimento das funções linguísticas podem futuramente apresentar dificuldades de leitura e escrita. Os problemas sociais podem agravar ainda mais as situações de fracasso, considerando que o acesso aos serviços especializados na redução ou eliminação de tais dificuldades é restrito, sendo de alto custo para famílias de baixa renda”.

Segundo Freitas (2016), a educação de crianças com deficiência intelectual enfrenta dificuldades de ser implementada, tanto em escolas inclusivas quanto especializadas. “A deficiência intelectual é erroneamente reconhecida como uma condição estática e, portanto, com poucas possibilidades para aprendizagem e desenvolvimento. As lacunas na formação dos professores estão relacionadas com o pouco conhecimento do desenvolvimento neuropsicológico e das técnicas de ensino baseadas na análise experimental do comportamento”. Diante disto o autor propõe com este estudo apresentar as características clínicas e funcionais da deficiência intelectual, assim como recursos e ferramentas para a promoção da adaptação curricular. A aplicação de avaliações funcionais e individualizadas, do planejamento de currículos direcionados para as necessidades de cada criança e do ensino baseado em técnicas comportamentais demonstram melhores resultados, tanto para aprendizagem de comportamentos de vida diária quanto para habilidades escolares como leitura, escrita e cálculos.

Seguindo a perspectiva da neuropsicologia, é realizado um estudo teórico, onde foram apresentados modelos inclusivos de educação e propostas de adaptações curriculares.

Observam-se com os resultados obtidos que as lacunas ainda existentes no processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência intelectual são importantes eixos de intervenção política e social. “Há necessidade de tornar os direitos já estabelecidos em ações efetivas, que garantam uma educação capaz de promover mais qualidade de vida e a inserção social dos indivíduos com deficiência intelectual. Dentre essas lacunas, as que restringem a aplicação das adaptações curriculares e o uso de técnicas e de estratégias de ensino consistentes com evidências científicas de êxito deve ser foco de mudanças, no âmbito da educação de crianças

com deficiência intelectual”. Foram discutidas as dificuldades e os desafios na educação inclusiva de crianças com deficiência intelectual.

5.1.2. Aqueles que não explicitam pressuposto teórico.

1. PINTO JUNIOR, 2015;
2. DELL’AGLIO, 2013, 2014, 2015, 2016;
3. VON HOHENDORFF, 2015, 2017;
4. WEBER, 2013;
5. GIL, 2016;
6. RODRIGUES, 2014, 2015;
7. FREITAS, 2013, 2014;
8. ENUMO, 2013, 2014, 2015.

Dos autores que não especificam a perspectiva teórica abordada em seus artigos, Pinto Junior (2015) aborda em seu estudo a problemática do abuso sexual contra crianças. Discute os resultados de um projeto de extensão universitária desenvolvido no período de 2012-2013, visando à prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA) por meio de encontros de sensibilização e conscientização junto à população atendida pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Volta Redonda/RJ. “Após a apresentação de um vídeo instrucional, discutiram-se as modalidades de violência doméstica, consequências, indicadores comportamentais, formas de denúncia e notificação, e modelos “não violentos” de educação familiar. Ao término dos encontros, os participantes responderam a um questionário de avaliação, em que deveriam descrever os pontos positivos e os pontos negativos do trabalho realizado, além de propor sugestões para os futuros encontros. A análise desses questionários aponta que a maioria avaliou positivamente o trabalho, destacando a melhor compreensão sobre o fenômeno, a orientação de como proceder com os casos, e a identificação de outras formas de pedagogia familiar e da criança sem o emprego da violência ou força física. Poucos foram os pontos negativos elencados, e a maioria versa sobre os horários e a duração das reuniões”.

Como sugestões, a população atendida destacou a necessidade de estender esse tipo de trabalho para a comunidade escolar e outras instituições sociais. Os resultados mostraram que, por meio da proposta do projeto de extensão, muitos participantes

mudaram conceitos e representações acerca da violência doméstica contra criança e adolescente, favorecendo, assim, a sua prevenção a partir do engajamento no combate a esse tipo de problema social que aflige a vida de crianças e adolescentes brasileiros.

A abordagem teórica utilizada não está explícita e se trata de um projeto de extensão universitária. Os sete alunos extensionistas participantes do projeto estavam vinculados ao grupo de pesquisa do CNPq “Laboratório de Estudos e Pesquisas na área da Infância e Adolescência (LEPIA)” e foram capacitados a partir de leituras e discussões de textos científicos na área da violência doméstica contra criança e adolescente. “Foram realizados encontros nas unidades dos CRAS que teve em média a duração de duas horas, e como estratégias foram utilizadas a exposição dialogada e recursos audiovisuais (projeto multimídia e DVD). O público alvo foram os usuários dos CRAS (pais e responsáveis dos menores). Os resultados obtidos foram transferidos para um banco de dados, elaborado no aplicativo Microsoft Excel 2007 e analisados através do programa Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 (SPSS®), com análise descritiva dos dados de levantamento de frequência simples e relativa”.

Os resultados demonstraram que, ao longo de 2012-2013, realizaram-se encontros em 33 unidades de CRAS, chegando-se ao total de 482 usuários participantes. Do total dos participantes do projeto de extensão, 444 eram do sexo feminino e apenas 38 do sexo masculino. Destes, 362 usuários responderam ao questionário sobre a temática. O artigo ressalta ainda que o combate da violência doméstica contra criança e adolescente não deve ser uma ação pontual e isolada, mas configurada como um programa contínuo, que favoreça a articulação com outras instituições de assistência à infância e adolescência, a fim de que se crie uma rede que ofereça suporte, principalmente para a população exposta às situações de risco.

O conceito que aparece são crianças relacionadas à temática da prevenção à violência doméstica contra as crianças e adolescentes, com um cunho voltado à assistência social. As unidades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) figuram como locus privilegiado para as práticas de prevenção.

Pinto Junior (2015) em um estudo sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes objetivou caracterizar os tipos de violência doméstica infantil e as estratégias de intervenção no município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2008 a 2012, por meio da análise dos prontuários de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

“Foram identificados 210 prontuários, e todas as informações neles contidas foram consideradas para traçar o perfil dos envolvidos, a caracterização da violência e as intervenções adotadas. Foram realizadas análises descritivas de frequência dos dados levantados. Os resultados apontaram que a violência sexual, a violência física e a negligência foram as mais reportadas, representando 29,0% do total de prontuários analisados. Os agressores, em sua maioria, eram do sexo masculino e na faixa etária de 31 a 40 anos, e as vítimas, majoritariamente do sexo feminino e na faixa dos 14 aos 18 anos. As condições socioeconômicas das famílias eram precárias, sendo que muitas (24,3%) viviam com renda de até um salário mínimo. Como medidas de intervenção, as vítimas foram encaminhadas para psicoterapia individual (23,3%), e o agressor, para atendimento psicossocial (28,7%)”.

Não há especificação da perspectiva teórica abordada. O método trata-se de um estudo exploratório-descritivo documental, com abordagem quantitativa.

A possibilidade da criança vitimizada na infância se transformar em um agressor na vida adulta, faz da violência doméstica um fenômeno de amplo alcance, podendo envolver de forma cíclica várias gerações em sua reprodução. Embora as condições socioeconômicas estejam associadas à predisposição para a prática da violência doméstica, esses dados devem ser interpretados com certa cautela, pois estudos na área indicam que a vitimização infantil não é prerrogativa de uma determinada classe social.

O autor utiliza o mesmo conceito em relação ao estudo anterior. É abordada a temática da prevenção à violência doméstica contra as crianças e adolescentes, com um cunho voltado à assistência social.

Dell’Aglia (2015) neste estudo objetivou caracterizar os padrões de revelação/descoberta do abuso sexual, verificando a associação com fatores individuais das vítimas e dos agressores (idade, sexo) e fatores relacionais (familiaridade entre vítimas e agressores, e receptor da revelação). “Foram analisados 232 prontuários de abuso sexual, registrados em três serviços especializados, sendo um localizado no estado brasileiro do Pará (PA) e dois no estado do Rio Grande do Sul (RS). Os padrões de revelação/descoberta foram significativamente associados à idade e sexo das vítimas, e ao local da amostra. A revelação intencional foi mais frequente entre vítimas do sexo feminino (33.5%) e a detecção acidental foi mais frequente entre meninos (44.7%). Na amostra do PA, predominou a detecção acidental (46.9%), enquanto entre as vítimas do RS houve a prevalência da revelação

intencional (31.1%)”. Discute-se a importância de questões como gênero, etapa de desenvolvimento e influência dos fatores culturais e estruturais nas políticas públicas de prevenção do abuso sexual.

Não há especificação da perspectiva teórica. É um estudo documental de amostragem não probabilística. A amostra final deste estudo foi constituída por 232 prontuários referentes a casos de abuso sexual. Não foi observada associação significativa entre os padrões de revelação/descoberta e a familiaridade das vítimas com o agressor tanto no Pará quanto no Rio Grande do Sul. “Quando o abuso sexual é perpetrado por um membro familiar, a revelação poderá resultar na desestabilização deste sistema, tornando ainda mais instável a situação de vítimas que vivem em contextos que reforçam a preservação familiar (ALAGGIA, 2001; PAINE & HANSEN, 2002). Além disso, fatores estruturais tais como a discriminação, migração e a pobreza são apontadas como barreiras à revelação (FONTES, 1993), pois as vítimas que são marginalizadas em decorrência da discriminação associada à raça, etnia ou pobreza, poderão sentir-se menos encorajadas para revelar o abuso sexual (ALAGGIA, 2005)”. Os aspectos associados ao modo como ocorreu à revelação da violência sexual têm implicações para a prática de entrevistas com crianças e adolescentes vítimas que são encaminhadas aos profissionais da rede sócio assistencial e do sistema de justiça.

Como conceito trabalhado tem-se a criança vítima de abuso sexual. São discutidas as dificuldades no processo de identificação/revelação do agressor, dificultando assim os meios de assistência às vítimas.

Dell’Aglia (2013) buscou discutir com este estudo a perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. São apresentados diversos modos de realização desse tipo de perícia, em diferentes contextos no cenário mundial, e é identificada a existência de alguns pontos relativamente consensuais entre os autores. Dentre esses pontos, a avaliação do impacto psíquico na suposta vítima e a avaliação da credibilidade do relato, ganham especial ênfase, devido às dificuldades de suas aplicações práticas no contexto pericial. Este estudo demonstra uma variedade de estratégias utilizadas nas avaliações psicológicas investigativas em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, indicando uma tentativa, por parte dos profissionais, de lidarem com a complexidade inerentemente envolvida nestas situações. Não especifica a teoria. É um estudo documental, onde foi feita a análise de pesquisas nacionais e internacionais acerca da

perícia psicológica na avaliação da credibilidade de supostas vítimas de abusos sexuais.

Como resultados “observa-se que nas perícias psicológicas em casos de abuso sexual infanto-juvenil, embora o conjunto de procedimentos técnicos seja específico a uma mesma área, a Psicologia, não parece haver ainda uma uniformidade, em nível mundial, sobre o modo como esse tipo de perícia deve ser realizado. Para os casos de avaliação da credibilidade em alegações de abuso sexual infanto-juvenil, pode-se concluir, portanto, que o resultado fornecido mediante o uso da técnica SVA não deve ser considerado como uma prova inconteste da ocorrência do delito. Os próprios autores apontam que o resultado do SVA consiste numa estimativa da credibilidade (STELLER & BOYCHUK, 1992), o que é diferente de uma comprovação da verdade. Atualmente, o Statement Validity Assessment (SVA), um método compreensivo para a avaliação dos relatos de testemunhos (JUÁREZ LÓPEZ, 2004), é reconhecido como a técnica mais popular no mundo para medir a veracidade de uma declaração verbal (VRIJ, 2000, 2005)”. Identificou-se que a utilização indireta do conceito é de crianças vítimas de abuso sexual diante da perícia psicológica

Dell’Aglío (2016) investigou o perfil sócio familiar de pretendentes à adoção, a partir do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). “As amostras foram compostas aleatoriamente por 418 registros de pretendentes à adoção de crianças com desenvolvimento típico e 380 que aceitavam crianças com deficiência e/ou doença crônica. A partir dos dados do cadastro, foi observado que a maioria dos pretendentes é casada, com cor da pele branca e baixo nível socioeconômico. Foi observada diferença significativa entre os grupos, sendo que os pretendentes à adoção de crianças com deficiência e/ou doença crônica apresentavam renda e escolaridade mais baixas do que o outro grupo. Esses resultados podem refletir questões culturais presentes no perfil observado, tornando-se necessários novos estudos para investigar as motivações da adoção”.

Teoria não especificada. Refere-se a um estudo documental de caráter descritivo, baseado na análise de registros que compõem o Cadastro Nacional de Adoção. A população deste estudo é constituída pelos registros de pretendentes que constam do Cadastro Nacional de Adoção, desde a sua criação no Brasil, em abril de 2008, até a realização da coleta de dados desta pesquisa, em 2012. “Foram identificados 29.303 registros, sendo que 22.898 (78%) referiam-se aos pretendentes que desejavam adotar crianças com desenvolvimento típico e os 6.405 restantes (22%)

representavam os que aceitavam adotar criança ou adolescente com deficiência e/ou com doença crônica. A amostragem foi do tipo probabilística sistemática, a qual se caracteriza pela escolha casual do primeiro elemento e depois de um intervalo fixo, e assim realiza-se, sucessivamente, a coleta dos demais participantes até que a quantidade indicada pelo cálculo amostral esteja completa. Os dados foram coletados através da consulta direta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Adoção, utilizando-se para anotação das informações previstas no Formulário de Caracterização Sociofamiliar (FCS)”.

Como resultados as análises efetuadas em relação à amostra de pessoas disponíveis para adotar crianças, entre 0 e 18 anos incompletos, com deficiências/doenças crônicas (n=380) “apontaram que as médias de idade dos pretendentes do sexo masculino e feminino foram respectivamente: 43,12 anos (DP= 8,96) e 40,73 anos (DP= 8,39). Quanto à situação conjugal, a amostra era formada exclusivamente por casais, sendo que 99,5% deles heterossexuais e 0,5% homossexuais. Quanto ao perfil da criança desejada, a maior parte esperava adotar uma criança (87,10%), com idade entre zero e três anos (70%), sem preferência quanto ao sexo do adotando (56,5%) e à cor da pele (60,5%). Todos os pretendentes desta amostra aceitavam adotar crianças com necessidades especiais, seja doença não tratável, deficiência física, deficiência mental e vírus HIV. Verifica-se que a maioria dos pretendentes das duas amostras apresenta estado civil casado, cor da pele branca, é proveniente de família de baixa renda e não possui filhos (seja biológicos ou adotivos). Em relação às características das crianças que os pretendentes inscritos no CNA no ano de 2012, este estudo encontrou semelhanças entre aqueles que aceitavam adotar crianças com deficiência/sem deficiência e os que não tinham a mesma disposição”.

De modo geral, verificou-se que a maioria dos pretendentes pertencia a famílias formadas por casais heterossexuais, com pessoas cuja média de idade situava-se em torno dos 40 anos, cor de pele branca, escolaridade correspondente ao ensino médio completo, provenientes de famílias de baixa renda e que não possuíam filhos biológicos, nem adotivos. “Estes dados corroboram os achados de outros estudos já realizados sobre o perfil desta população tanto internacionalmente (TAN et al., 2007) quanto em estados brasileiros ou no país como um todo (PEREIRA, 2012; PEREIRA & OLIVEIRA, 2010; SILVA et al., 2010; SOUZA, 2012)”.

O conceito utilizado diz respeito indiretamente às crianças em situação de adoção com e sem deficiência ou doença crônica.

Dell’Aglia (2013) aponta em seu estudo que a revelação do abuso sexual pode garantir as intervenções psicossociais e legais às vítimas, aos (as) agressores (as), e aos familiares. “Este estudo objetivou caracterizar a revelação, negação e retratação do abuso sexual por meio de trinta e um prontuários de casos de abuso sexual registrados contra crianças e adolescentes atendidos em um serviço especializado na cidade de Belém-Pará. Os seguintes fatores foram explorados: idade e sexo (vítimas/agressores), relação entre as vítimas e os (as) agressores (as) (intrafamiliar/extrafamiliar), indivíduo que fez a notificação. Os resultados indicam a predominância de vítimas entre oito e 11 anos de idade, sexo feminino, e agressores entre 14 e 32 anos, sexo masculino. Houve maior ocorrência de abuso sexual intrafamiliar. A mãe biológica realizou as notificações na maioria dos casos (n=14). O abuso sexual foi revelado pelas vítimas em 87% dos casos, e a não revelação envolveu abuso intrafamiliar. A negação predominou entre os meninos e crianças de cinco a sete anos. Os dois únicos casos de retratação ocorreram na amostra de meninos”. Segundo a autora a revelação, negação e retratação devem ser utilizadas como indicadores importantes na avaliação e compreensão dos casos de abuso sexual infantil.

Teoria não especificada. Este estudo documental de amostragem não probabilística. “A amostra foi composta de 31 prontuários referentes a casos de abuso sexuais registrados entre os anos de 2006 e 2008, em um centro de referência para atendimento de crianças e adolescentes (com idades até 18 anos incompletos), na região metropolitana de Belém-Pará. Os prontuários continham: fichas de entrevista inicial, relatórios das entrevistas psicológicas, laudos/pareceres e/ou relatórios psicológicos referentes a cada um dos casos. A ficha de entrevista inicial consiste em um documento próprio do serviço de atendimento, no qual são anotados os seguintes dados acerca das vítimas e dos (as) agressores (as): idade, sexo, se houve ou não notificação, quem fez a notificação, quem é o indivíduo acusado de abuso sexual, qual a relação entre as vítimas e o s(as) agressores (as). Os relatórios apresentam a evolução individual dos casos e contêm o registro das principais ocorrências das sessões psicológicas com as vítimas. Os dados foram analisados por meio do software SPSS, aplicando-se a estatística descritiva (frequência, média e desvio padrão)”. A ocorrência de negação e/ou retratação foi identificada a partir da leitura dos registros das sessões psicológicas constantes nos relatórios.

Como resultados, “na amostra estudada foram identificadas vítimas com idades entre dois a 16 anos, observando-se as seguintes taxas de abuso sexual de acordo com a faixa etária: dois a quatro anos; cinco a sete anos; oito a 11 anos e 12-16 anos. Foram registrados 80,6% de vítimas do sexo feminino e do sexo masculino, sendo todos os agressores do sexo masculino, com idades entre 13 a 76 anos, contabilizando-se seis casos sem esta informação. O abuso sexual foi caracterizado como intrafamiliar em 57,7% dos prontuários analisados, e como extrafamiliares em 43,3% , havendo um caso sem esta identificação”. Nos abusos intrafamiliares os agressores eram na maioria dos casos e/ou padrasto, seguido de outros familiares. Foram tratadas neste estudo questões relacionadas à revelação, negação e retratação do abuso contra crianças.

Segundo Dell’Aglia (2014) a nova metodologia de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual pelo Poder Judiciário, denominada Depoimento Especial têm sido discutidas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Dessas discussões, resultaram opiniões divergentes sobre o assunto. Esse artigo visa apresentar historicamente a metodologia do Depoimento Especial, primeiramente denominado Depoimento Sem Dano, e discutir as necessidades de a Justiça dialogar com outros saberes para um melhor direcionamento da realização deste ato processual – a ouvida da criança. “Conclui-se, a partir da revisão de literatura e da interlocução entre Psicologia e Direito, que as discordâncias e debates legais não têm contribuído para a proteção das vítimas”. O Poder Judiciário e outras áreas do conhecimento precisam fortalecer suas habilidades para trabalhar em conjunto numa interlocução respeitosa e equânime troca de conhecimentos. Teoria não especificada. Estudo teórico. Foi feita uma revisão de literatura com a análise e discussão de pesquisas estrangeiras e brasileiras na área do depoimento especial com crianças e adolescentes.

Os resultados apontam que “testemunhar em situações de abuso sexual, por certo, é uma tarefa estressante, especialmente se a criança tiver que repetir inúmeras vezes seu testemunho ou não tiver a presença de uma pessoa de sua confiança (GOODMAN et al., 1992). Entretanto, depor num tribunal pode ser uma experiência positiva, se alguns fatores estiverem favoráveis, como por exemplo: (a) se a criança estiver emocionalmente preparada; (b) se ela teve um tratamento respeitoso e adequado à sua idade; (c) obtiver apoio; (d) receber serviços e proteção que se façam necessários após o julgamento; (e) for incentivada a depor; (f) se a família e os profissionais que lidam com a vítima o façam adequadamente e de forma a lidar com suas necessidades emocionais (GOODMAN, OGLE, TROXEL, LAWLER, &

CORDON, 2009). Estando estas condições asseguradas, o estresse característico de um depoimento pode ser atenuado, tornando-se menos traumático e revitimizador, e até mesmo, obtendo mais veracidade (GOODMAN et al., 2009). Psicologia cognitiva e Psicologia forense, portanto, são áreas orientadas à busca da verdade dos fatos e se aproximam da verdade buscada pelo sistema de justiça”. Dessa forma, os psicólogos que se identificam com essas áreas podem atuar eticamente nessa questão sem interferir em valores pessoais ou identificações teóricas divergentes. As crianças em situação de violência sexual.

Von Hohendorff (2015) em seu estudo descreve que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que é direito de toda criança e de todo adolescente se desenvolver sem experienciar qualquer forma de violência. No entanto, diariamente, ocorrem casos de violência contra crianças e adolescentes, seja física, psicológica, sexual, ou casos de negligência. “Desta forma, é necessário que as redes de proteção e de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência intervenham de forma coordenada e efetiva. Opiniões de usuários destas redes indicam algumas fragilidades, tais como a sua fragmentação e a falta de acolhimento das vítimas e familiares. Diante disto, estratégias para o aprimoramento das redes são necessárias. O estudo objetiva apresentar o modelo americano de rede de proteção e de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência do Children’s Advocacy Center (CAC)”. Propõe-se, a partir da apresentação do modelo americano, discutir possíveis mudanças no modelo de redes de proteção e de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência no Brasil.

Não especifica a teoria aborda, o autor se utiliza do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) para discutir a temática. Refere-se a um estudo teórico com comparação entre o Children’s Advocacy Center (CAC) Centro de Proteção da Criança dos Estados Unidos, trazendo possibilidades de mudança para as redes de atendimentos no contexto brasileiro.

Como resultados observa-se que “a desarticulação das redes de proteção e de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência é uma realidade constatada tanto por usuários (SANTOS et al., 2011), quanto por profissionais (DESLANDES e CAMPOS, 2015). Diante disto, é necessário reavaliar a adequação do atual modelo de redes, que vem se mostrando pouco efetivo devido, principalmente, à desarticulação dos serviços. Crianças e adolescentes vítimas de violência são expostas a, no mínimo, seis diferentes serviços, nos quais costumam

ocorrer intervenções repetidas e desarticuladas”. Pode-se considerar, assim, que as redes de proteção e de atendimento, ao invés de proteger as vítimas e atender às suas necessidades, acabam por revitimizá-las. Crianças e adolescentes vítimas de violência que receberem intervenções efetivas terão mais chances de se tornarem adultos saudáveis. Eles possivelmente não reproduzirão as situações de violência às quais foram expostos, contribuindo para o cessamento de ciclos transgeracionais de violência. Além disto, terão menos chances de apresentarem consequências de longo prazo, tais como envolvimento com drogas e transtornos de ansiedade e de humor, que elevam os gastos de saúde pública e diminuem a mão de obra do país. Ao se investir no aprimoramento das redes de proteção e de atendimento se está investindo na qualidade de vida das crianças, dos adolescentes e dos seus familiares, bem como em um país mais próspero. O conceito abordado se trata das crianças, crianças vítimas de violência.

Ainda sobre a temática da violência contra crianças, Von Hohendorff (2017) pontua que, a Violência Sexual contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública que costuma produzir consequências na vida das vítimas. Embora a violência sexual afete milhões de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, ela ainda é subnotificada. “Neste cenário, os profissionais que possuem contato com essa população têm papel fundamental na identificação e na escuta das revelações de violência sexual. No entanto, nem sempre os profissionais possuem informações suficientes para agir diante destes casos”. O artigo descreve o(s) conceito(s) de violência sexual, suas consequências e indicações de manejo.

Teoria que subsidia o estudo não está especificada. É um estudo teórico. Foi feita uma apresentação da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, e suas consequências.

Com os resultados se percebe que há uma diversidade teórica na compreensão do que é violência sexual contra crianças e adolescentes e a dinâmica envolvida. No entanto, “os autores concordam que a violência sexual deve ser conceituada de forma ampla, considerando todos os atos que são infringidos às vítimas e dos quais elas não são capazes de entender e dar seu consentimento. Embora subnotificada, a violência sexual atinge muitas crianças e adolescentes. Geralmente, os agressores são pessoas com as quais as crianças e adolescentes convivem. Assim, o papel dos profissionais que, de alguma forma, têm contato com a criança ou adolescente, é de extrema relevância. Esses profissionais devem estar atentos a possíveis sinais de ocorrência da

violência sexual, disponíveis para escutar a suposta vítima e estar preparados para a realização da notificação”. Para tal, o conhecimento sobre o conceito de violência sexual, sua dinâmica e procedimentos de notificação são essenciais. Foram feitas discussões em torno das concepções acerca da violência sexual contra crianças.

Von Hohendorff (2015) neste estudo abordou a questão da garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelo sistema público, tendo em vista que o desenvolvimento de psicopatologias em curto e em longo prazo está associado à experiência de violência sexual. “As principais leis e diretrizes sobre a organização dos serviços públicos de assistência social e de saúde para vítimas de violência sexual foram revisadas, bem como estudos sobre os encaminhamentos adotados nesses casos. Constatou-se que o serviço público de assistência deve oferecer atendimento psicossocial, enquanto o serviço público de saúde deve oferecer psicoterapia. No entanto, os estudos sobre encaminhamentos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes indicam baixos índices de encaminhamento para serviços que oferecem psicoterapia. Tal panorama é discutido a partir das diretrizes quanto ao público atendido pelo serviço público de saúde no que tange à saúde mental, bem como a partir da quantidade desses serviços em nosso país. Alternativas para a garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelo sistema público de saúde são discutidas”.

A perspectiva teórica não está especificada. O estudo trata-se de um estudo teórico, onde foi realizada análise de pesquisas nacionais e internacionais sobre o processo psicoterápico para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Quanto aos resultados “identifica-se uma lacuna referente ao atendimento contínuo de saúde mental para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que apresentam psicopatologias, embora esse seja um direito previsto em lei em nosso país (BRASIL, 2001)”. São tratadas, no estudo, as questões acerca do tratamento psicoterápico as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

O estudo de Weber (2013) teve como objetivo identificar o perfil dos envolvidos nas denúncias feitas ao Serviço de Atendimento ao Vitimizado em Domicílio (SAV) na cidade de Curitiba (Brasil) entre os meses de janeiro e outubro de 2009. “Foi realizado um estudo de corte transversal de 155 formulários de denúncia confirmadas de maus-tratos contra crianças e adolescentes (entre 0 e 16 anos). As denúncias envolveram 70 de casos de violência física, 48 de negligência, 10 de

violência psicológica e 09 casos de violência sexual; os outros 18 casos envolveram mais de um tipo de violência associada. A análise estatística revelou que os maus-tratos ocorrem com mais frequência em famílias de pais separados (60 casos), e são em sua totalidade perpetrados por pessoas que fazem parte do círculo familiar, sendo que a mãe (83 casos) e pai (33 casos) se configuram como os principais agressores. Das vítimas, 75 eram do sexo masculino e 80 do sexo feminino, sendo que a maioria delas se concentrou na faixa etária de 4 a 11 anos”. O estudo conclui que a situação dos maus-tratos é de urgência e necessita de mais estudos científicos e medidas sociais eficazes para combatê-lo.

O estudo não especifica a perspectiva teórica abordada. Refere-se a um estudo documental. Foi realizado um estudo de corte transversal de 155 formulários de registro de dados dos arquivos do SAV de Curitiba (Brasil). As denúncias eram relativas às crianças e adolescentes de zero a 16 anos que tinham sofrido qualquer tipo de maus-tratos no período de janeiro a outubro de 2009. Como instrumento para a coleta de dados, foi elaborado um questionário para recuperação sistemática e objetiva dos dados que constavam em cada prontuário.

Os resultados apontam que das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, 48,4% são do sexo masculino e 51,6% do sexo feminino. “Outros autores encontraram também em suas pesquisas esta sutil diferença entre os sexos, não representando este, em si, portanto, um fator associado à perpetração dos maus-tratos. (DESLANDES, 1994; CARVALHO e cols. 2009; COSTA e cols., 2007; WEBER e cols., 2002). Em relação à idade das vítimas, a maior parte delas (63,3%) tem entre 4 e 11 anos, sendo que a maior proporção está na faixa de 8 a 11 anos (33,6%). Em relação à configuração familiar da vítima de maus-tratos evidenciou-se que a maioria dos casos de violência acontece em famílias de pais separados (38,7%). Os casos de violência em famílias onde os pais moram juntos representaram 29,7%, os casos onde a mãe era solteira 15,5% e os casos onde pai ou mãe eram falecidos 8,4%. A violência relatada com maior frequência foi a violência física (45,2% dos casos), a segunda violência mais relatada foi a negligência, e a menos relatada foi a violência sexual (5,8% dos casos)”.

Conceito discutido nesse estudo diz respeito à criança em situação de violência doméstica. Deslandes (1994) define o abuso ou maus-tratos como sendo todo dano físico, psicológico ou sexual cometido por um sujeito em condições superiores (de idade, força, posição social ou econômica, inteligência ou autoridade), contrariamente

à vontade da vítima ou por consentimento obtido a partir de indução ou sedução enganosa. Os maus-tratos são classificados como: violência física, violência psicológica, negligência e abuso sexual. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA e cols., 2001; ABRAPIA 1997).

Gil (2016) infere em seu estudo que o responder por exclusão é um fenômeno robusto da aprendizagem de vocabulário. A aprendizagem de relações emergentes por exclusão em crianças menores de 36 meses de idade, entretanto, ainda requer comprovação. Este estudo teve como objetivo verificar a aprendizagem das relações nome-objeto, após uma única tentativa de exclusão e após repetições de tentativas similares à tentativa de exclusão. “Em uma creche, foi solicitada a oito participantes, com 27 a 36 meses de idade, a seleção de objetos condicionalmente a palavras faladas, em tarefas de emparelhamento com o modelo auditivo visual. O procedimento geral incluiu: ensino de relações de linha de base (LB); sondas de exclusão, de aprendizagem e de controle; teste de nomeação de estímulos e avaliação do repertório verbal. Caso o critério de acerto nas sondas de aprendizagem não fosse obtido, era conduzida a reexposição ao procedimento geral. Se não fosse atingido o critério de aprendizagem de relações de LB, era conduzido um procedimento adicional de ensino, envolvendo aumento progressivo do número de comparações e diminuição do número de tentativas. Cada participante foi reexposto ao procedimento geral, e quatro participantes ao ensino adicional da LB. Três de oito participantes aprenderam a relação nome-objeto e tiveram desempenho acurado na sonda controle. Observou-se que o maior número de exposições a tentativas similares à tentativa de exclusão aumentou a probabilidade de ocorrência da aprendizagem da relação nome-objeto”. A abordagem teórica utilizada não foi especificada.

Foram realizadas análises do desempenho do grupo de participantes sem destacar o desempenho individual. “Os oito participantes engajaram-se nas tarefas de ensino de linha de base e das sondas. Nenhum participante atingiu critério para o término do experimento, de acerto nas três sondas de aprendizagem após uma única tentativa de exclusão, e na sonda controle; todos os participantes foram reexpostos ao procedimento. Na ocasião da reexposição, três participantes responderam a tentativas similares à de exclusão, aprenderam as relações que emergiram da exclusão (respostas corretas em S1, S2 e S3), e responderam à sonda controle. O número de tentativas similares à tentativa de exclusão necessária para que ocorresse a aprendizagem da

relação emergente nas três sondas (S1, S2 e S3) variaram entre oito e 11 exposições. Todos os participantes aprenderam as relações auditivo-visuais da LB (linha de base)”.

Neste estudo, observou-se que “o maior número de exposições aos pares auditivo-visuais (exposição e reexposição ao procedimento) aumentou a probabilidade de ocorrência da aprendizagem com base no responder por exclusão”. Como se vê o conceito de crianças está relacionado ao processo de desenvolvimento na linguagem verbal em crianças pequenas.

Rodrigues (2014) avaliou neste estudo o desempenho acadêmico de 102 crianças do Ensino Fundamental. “Os participantes foram divididos em dois grupos: um com 34 crianças não contaminadas ou com nível inferior a 05 µg/dl e o outro, de 68 crianças, estava com nível de contaminação por chumbo no sangue entre 10 and 40 µg/dl. Para avaliação foram utilizados o Teste de Desempenho Escolar (TDE) e anamnese. Os resultados indicaram melhor desempenho acadêmico para o segundo grupo, com diferenças significantes em aritmética, leitura e desempenho geral”. A comparação entre os sexos indicou melhor desempenho para meninas, dado coerente com a percepção dos pais na anamnese. Embora outras variáveis estejam presentes, os dados apontam prejuízos acadêmicos maiores para crianças com índices de chumbo mais altos. A perspectiva teórica não foi especificada.

Este é um estudo empírico. Tendo as crianças como participantes. “Como as comparações entre os grupos 01 e 02 indicaram resultados inferiores em todas as áreas para o grupo 02 (com maior índice de contaminação), os dados confirmam os apontamentos sobre prejuízos à saúde e desenvolvimento infantil, indicando relações entre a contaminação por chumbo e dificuldades de aprendizagem. Acredita-se que o desempenho inferior dos meninos pode estar relacionado a questões socioculturais tanto no modo de se relacionar com os conteúdos acadêmicos (serem menos incentivados a estudar que as meninas) quanto na maior contaminação por chumbo (brincar mais fora de casa, contato com solo e ambientes contaminados)”.

O estudo em questão avalia o desempenho escolar em crianças contaminadas por chumbo. “Bellinger (1995, 2008) afirmou que mesmo quantidades relativamente pequenas de chumbo podem causar rebaixamento permanente da inteligência em crianças, resultando em prejuízos acadêmicos e distúrbios psicológicos”.

Rodrigues (2014) analisou a significância clínica e mudanças confiáveis no repertório de habilidades sociais de uma criança com Síndrome de Down, a partir de intervenções na clínica, em casa e na escola. Participou deste estudo uma menina de

sete anos com Síndrome de Down, que frequentava o primeiro ano do ensino regular, seus pais e sua professora. “Eles eram atendidos em um Centro de Psicologia Aplicada, de uma universidade pública do interior paulista. Antes e depois da intervenção, pais e professora responderam ao Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais (SSRS). A intervenção com a criança foi realizada durante seis meses, por meio de atividades lúdicas em reuniões semanais. Com os pais e professora, em encontros quinzenais e mensais, foram discutidos diversos temas relacionados às habilidades sociais. Os resultados obtidos foram analisados utilizando o método JT. Com os pais, comparando as duas avaliações conduzidas, os dados apontaram para mudança positiva confiável para quatro das seis habilidades avaliadas. Das cinco habilidades avaliadas pela professora, uma delas não estava no nível clínico desde a primeira aplicação. Das demais, duas passaram de nível clínico para não clínico, caracterizando uma mudança positiva confiável”. O estudo mostrou a importância de avaliações pré e pós em estudo de caso, possibilitando a avaliação dos efeitos da intervenção realizada sobre os diversos fatores das habilidades sociais. A perspectiva teórica não foi especificada.

Este é um estudo empírico. Como resultados observa-se que analisando o repertório social relatado por pais e professora na primeira avaliação, para os pais, todos os fatores foram avaliados com nível de significância clínica. “Para a professora, quatro dos cinco fatores avaliados estavam nesta condição. Os resultados obtidos estão condizentes com os encontrados por Pereira (2007) e Anhão, Pfeifer e Santos (2010) que apontaram para defasagens importantes no repertório social de crianças com síndrome de Down. De maneira geral à intervenção trouxe resultados positivos para a criança, segundo a análise de mudança positiva e significância clínica. Os resultados obtidos com as intervenções ressaltam a importância de intervenções pontuais em todos os ambientes que a criança frequenta tendo em vista a melhoria do seu repertório de habilidades sociais”. O estudo mostrou, também, a eficácia de uma intervenção baseada em princípios do treinamento de habilidades sociais com a criança, pais e professores. Podemos entender que o conceito de criança abordado é o de participante na pesquisa (habilidades sociais de uma criança com síndrome de down).

O estudo de Rodrigues (2014) avaliou o repertório de habilidades sociais de 60 crianças com fissura labiopalatina, que responderam o SMHSC Del Prette relacionando-as a dados sociodemográficos e dificuldade escolar, problemas de comportamento e presença/ausência de chacotas, coletados em entrevista com os pais.

Observou-se a presença de chacotas em crianças que estudam em escolas públicas e com fissura transforame. “Os resultados do SMHSC mostraram a presença de comportamentos internalizantes entre as meninas e de comportamentos externalizantes entre os meninos. Análises comparativas entre variáveis coletadas com os pais e os resultados obtidos no SMHSC apontaram para diferenças significativas considerando o sexo, com maior frequência em habilidade passiva entre as meninas, coerente com a diferença observada na dificuldade habilidosa. Os dados obtidos sugerem intervenções preventivas em crianças com fissura, uma vez que tantos comportamentos internalizantes como externalizantes reduzem as oportunidades de interações adequadas com seus pares e, conseqüentemente, de desenvolvimento social”. Não foi especificada a abordagem teórica utilizada.

Este é um estudo empírico. Com os resultados observou-se que a maioria das crianças não apresentou dificuldades escolares, , segundo o relato dos pais, com pouca diferença entre meninos e meninas e entre os anos escolares. “Todavia 23,3% das crianças de escola pública apresentaram dificuldades escolares. Notou-se também que as dificuldades escolares são maiores em crianças com o tipo de fissura transforame (11,6%). O estudo também verificou os tipos de dificuldade escolar, conforme o relato dos pais. Das 15 crianças cujos pais relataram dificuldade, 16,7% referiram à Língua Portuguesa. Tal fato pode estar associado à disciplina escolar, a aquisição e expressão da fala, bem como, ao déficit na atenção auditiva sustentada. Observou-se uma maior necessidade dos meninos serem acompanhados em sua aquisição de habilidades sociais, visando à prevenção de comportamentos problemáticos (externalizantes) e uma maior atenção ao repertório de habilidades sociais das meninas, que apresentaram mais comportamentos internalizantes”. Ambos são considerados indicativos de problemas de comportamento, principalmente pelo fato de reduzir as oportunidades de interação e de desenvolvimento de repertórios imprescindíveis ao desempenho social das crianças. Foram avaliadas neste estudo as habilidades sociais de crianças com fissura labiopalatina.

Neste estudo de Rodrigues (2015) foram verificadas as estratégias de enfrentamento de crianças, com idade entre 07 e 12 anos, em situação pré-cirúrgica, e sua relação com variáveis sociodemográficas, presença de estresse na criança, no acompanhante e experiência prévia com cirurgia. Para tanto, “58 crianças internadas para realização de cirurgias eletivas responderam ao instrumento de avaliação das estratégias de enfrentamento da hospitalização e a um questionário de avaliação do

estresse. O acompanhante respondeu a um levantamento sociodemográfico e ao inventário de sintomas de estresse de Lipp. As estratégias mais utilizadas foram distração e solução do problema e as menos utilizadas foram afastamento social e oposição. Meninas e filhos de pais com estresse usaram significativamente mais estratégias de regulação da emoção. Observou-se maior uso de reestruturação cognitiva em crianças mais velhas e com experiência prévia em cirurgia”. Os resultados sinalizaram ainda a necessidade de considerar as variáveis estudadas quando da elaboração de programas de preparação cirúrgica.

O estudo não especifica a perspectiva teórica abordada. É um estudo empírico. “Das crianças avaliadas, 22 (37,9%) tinham idade entre 07 e 8 anos e 11 meses, 12 (20,7%) de 9 a 10 anos e 11 meses, e 24 (41,4%) de 11 a 12 anos e 11 meses. A maioria era meninos (53,4%), metade apresentou estresse e 58,6% não tinham experiência prévia com cirurgia. Os acompanhantes, em sua grande maioria, eram os cuidadores primários (97,0%), do sexo feminino (90,0%), sendo que 77,6% pontuaram para estresse, a maioria na fase de resistência (73,3%) e a sintomatologia prevalente foi psicológica (93,3%). O grupo de crianças com experiência anterior com procedimentos cirúrgicos teve, de forma significativa, média mais alta da estratégia de reestruturação cognitiva ($p = 0,002$), que crianças sem experiência cirúrgica. No tocante às diferenças entre sexos, as meninas relataram mais estratégias de regulação da emoção e ruminação do que os meninos, confirmando evidências na literatura sobre a utilização de comportamentos e estratégias de enfrentamento diversas, dependendo do sexo, em crianças e adolescentes (BRODERICK & KORTELAND, 2002; BORGES, MANSO, TOMÉ, & MATOS, 2008; HAMPEL & PETERMANN, 2005)”.

As crianças mais novas relataram significativamente menos uso da estratégia de reestruturação cognitiva, em comparação às crianças mais velhas, que possuem capacidades cognitivas e emocionais mais sofisticadas e, portanto, recorrem ao uso de regras mais abstratas e generalizáveis para controlar a ação.

O conceito de criança aparece como participante no estudo “para fazer face ao estresse da internação, a criança recorre a esforços adaptativos denominados estratégias de enfrentamento ou coping, determinados tanto pela sua maturação biológica quanto psicológica”.

Freitas (2013) objetivou com este estudo verificar a relação entre o funcionamento familiar e problemas de comportamento em crianças a partir da percepção das mães. “Participaram do estudo 21 mães de crianças entre 07 e 11 anos

que estudavam em escolas públicas. Os instrumentos foram o Child Behavior Check List (CBCL) Inventário do Clima Familiar (I C F) e o familiograma, todos foram preenchidos pelas mães. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e inferencial. Os resultados mostraram correlações fortes e significativas entre as variáveis que avaliam o ambiente familiar e a presença de problemas de comportamento das crianças, segundo o relato das mães. Os resultados mostram que existe relação entre essas variáveis, que quanto maior o nível de afetividade e coesão, menor é a presença de problemas de comportamento”.

Perspectiva teórica não especificada. É um estudo empírico. Pesquisa quantitativa com um caráter nomotético. Caracteriza-se como um estudo exploratório e correlacional. “Os resultados mostraram correlações fortes e significativas entre as variáveis que avaliam o ambiente familiar e a presença de problemas de comportamento das crianças, segundo o relato das mães”. Os resultados mostram ainda a existência de relação entre tais variáveis, e que quanto maior o nível de afetividade e coesão, menor é a presença de problemas de comportamento. A consistência desses resultados é uma evidência importante sobre o ambiente familiar como fonte de desenvolvimento emocional e psicossocial. Os conflitos familiares parecem influenciar diretamente o aumento dos problemas de comportamento infantil. Foi realizada uma análise da relação entre o funcionamento familiar e problemas de comportamento em crianças.

Em um estudo realizado por Freitas (2014), Foi identificado que “a sobrecarga física e emocional associada ao cuidado de crianças com patologias crônicas pode ocasionar prejuízos na vida cotidiana das mães e de outros membros da família. O sofrimento psicológico tem sido identificado e caracterizado, sendo ainda importante a investigação de variáveis preditoras desse fenômeno”. O estudo buscou identificar preditores do sofrimento psicológico das mães de crianças com paralisia cerebral considerando as características da mãe, sua idade e escolaridade, percepção sobre o próprio estado emocional e saúde geral das mães, e o perfil comportamental. “A análise baseou-se em análises descritivas, correlacionais e na análise de regressão múltipla. Participaram do estudo 122 mães de crianças com paralisia cerebral, em tratamento na Associação Mineira de Reabilitação, na cidade de Belo Horizonte. Os resultados demonstram que as variáveis preditoras do sofrimento psicológico foram: severidade dos comportamentos identificados como problemas; idade da criança e a

escolaridade das mães”. A saúde geral foi mais significativamente predita pelas variáveis, depressão, escolaridade e estresse relacionado ao cuidado da criança.

Perspectiva teórica não especificada. Estudo empírico. Os resultados encontrados demonstram que existe uma relação entre o estado emocional das mães, sua saúde geral e o comportamento das crianças com paralisia cerebral. “A análise de regressão múltipla demonstrou resultados que contribuem para a investigação de quais são as variáveis que podem prever o estresse de mãe de crianças com paralisia cerebral, assim como quais as variáveis preditivas do estado de saúde geral. Através desse estudo, demonstrou-se que o modelo que melhor explicou estresse associado à presença da criança com paralisia cerebral é composto pelas variáveis, sobrecarga emocional e escolaridade da mãe, a gravidade dos problemas de comportamento no ambiente doméstico e a idade da criança. Conceito/termo: crianças- com Paralisia Cerebral.

Enumo (2014) partindo do pressuposto de que o brincar no hospital traz benefícios à criança e ao tratamento, servindo como uma estratégia de enfrentamento da hospitalização objetivou com este estudo descrever as preferências lúdicas de crianças com câncer, na classe hospitalar. Participaram 18 crianças de 6 a 12 anos, avaliadas pelo instrumento computadorizado de avaliação do brincar no hospital (ABHcomp). “Os pais responderam à escala comportamental infantil A2 de Rutter (ECI). As brincadeiras preferidas no ABHcomp foram: desenhar, assistir à TV e ler gibi. As crianças apresentaram problemas comportamentais e emocionais (61,1%) na ECI, como dor de cabeça e medo. A alta frequência de problemas indica a importância da assistência psicológica, que pode ser realizada por meio da associação de recursos lúdicos às técnicas psicológicas adequadas às demandas do contexto da doença e da hospitalização. Além disso, o brincar aparece durante o período na classe hospitalar, indicando possíveis benefícios dessa para a brincadeira no hospital e o tratamento dessas crianças”.

A perspectiva teórica não foi especificada. Trata-se de um estudo empírico. Foi feita a análise de conteúdo. Onde os resultados demonstram que “as brincadeiras preferidas no ABHcomp foram: desenhar, assistir à TV e ler gibi. As crianças apresentaram problemas comportamentais e emocionais (61,1%) na ECI, como dor de cabeça e medo. Os resultados obtidos pela ECI que avaliam os aspectos comportamentais, segundo a percepção dos responsáveis, indicaram que 11 crianças (61,1%) apresentam escores na faixa clínica. Na escala de saúde, os itens com maior

frequência de respostas das crianças foram: dor de cabeça (30,6%), dor no estômago (20,4%) e mau humor (16,3%). Já na escala de hábitos, os comportamentos que apresentaram respostas mais frequentes foram: medo (37,2%), dificuldade de alimentação (27,9%) e dificuldade de sono (23,3%). Na escala de problemas de comportamento, os itens mais indicados foram: medo de situações novas (8,8%), estar muito preocupada e insegura e ser desobediente (7,2% para cada um dos itens), além de ser impaciente e agarrada à mãe (6,8% para cada item). A alta frequência de problemas indica a importância da assistência psicológica, que pode ser realizada por meio da associação de recursos lúdicos às técnicas psicológicas adequadas às demandas do contexto da doença e da hospitalização”

Além disso, o brincar apareceu durante o período na classe hospitalar, indicando possíveis benefícios dessa para a brincadeira no hospital e o tratamento dessas crianças. Realizou-se uma descrição das preferências lúdicas de crianças com câncer, na classe hospitalar.

Enumo (2015) ainda sobre a hospitalização de crianças e da classe hospitalar propõe com este estudo descrever as estratégias de enfrentamento de crianças com câncer para lidar com a hospitalização, analisando a importância da Classe Hospitalar. Participaram do estudo 18 crianças com câncer (06 a 12 anos), avaliadas pelo Instrumento Informatizado de Avaliação do Enfrentamento da Hospitalização. “Os pais responderam ao Child Behavior Checklist (06-18 anos). Os comportamentos mais referidos foram: brincar, conversar, assistir TV, tomar remédio, estudar, sentir raiva e fazer chantagem; e as famílias de coping mais identificadas foram ruminação e distração. As crianças destacaram a importância da Classe Hospitalar para a continuidade da aprendizagem e da escolaridade. O padrão de coping revelou comportamentos e estratégias favoráveis ao enfrentamento da hospitalização durante o período na Classe Hospitalar, indicando possíveis benefícios desta para a criança em tratamento contra o câncer”.

A perspectiva teórica não foi especificada. Trata-se de um estudo empírico. Para descrever a importância da Classe Hospitalar para a criança hospitalizada, utilizou-se a análise de conteúdo.

“Os comportamentos mais referidos foram: brincar, conversar, assistir TV, tomar remédio, estudar, sentir raiva e fazer chantagem; e as famílias de coping mais identificadas foram ruminação e distração. As crianças destacaram a importância da Classe Hospitalar para a continuidade da aprendizagem e da escolaridade. O padrão de

coping revelou comportamentos e estratégias favoráveis ao enfrentamento da hospitalização durante o período na Classe Hospitalar, indicando possíveis benefícios desta para a criança em tratamento contra o câncer. No Instrumento Informatizado de Avaliação do Enfrentamento da Hospitalização, as cenas brincar, conversar, assistir TV, tomar remédio e estudar foram escolhidas por todas as 18 crianças. A cena sentir raiva também foi mencionada por todas as crianças, e apenas uma não escolheu a cena fazer chantagem. As cenas menos escolhidas foram pensar em fugir e sentir culpa. Na Escala Orientada pelo DSM-IV, 15 crianças (83,3%) foram referidas como clínicas. Na subescala Problemas Somáticos, apresentaram problemas, como: “Tem problemas para dormir”, “Tem crises de raiva, temperamento exaltado”, “Anda sempre a choramingar”, “É infeliz, triste ou deprimido”. Nas demais escalas, a maioria das crianças foi considerada não clínica. Entre as famílias de coping ou estratégias de enfrentamento mais frequentes nesta amostra estão a distração e a ruminação, seguidas das estratégias de solução de problemas e busca de suporte. As crianças, inclusive as mais novas, costumam apresentar quatro dessas famílias de coping - busca por suporte, solução de problemas (e ação instrumental), esquiva e, quando esta não é possível, distração”.

Neste estudo realizou-se uma descrição das estratégias de enfrentamento de crianças com câncer para lidar com a hospitalização, e uma análise da importância da Classe Hospitalar.

“A doença falciforme (DF) apresenta um quadro clínico que compromete o desenvolvimento e o desempenho escolar da criança por complicações, como hemorragia cerebral e alterações cognitivas e comportamentais”. Enumo (2013) investigou o desempenho escolar e cognitivo de 14 crianças com DF com idade entre 08 e 12 anos. “Na prova de raciocínio, mais da metade das crianças obteve classificação na média. No desempenho escolar, metade da amostra apresentou histórico de reprovação escolar associado aos sintomas da doença. As implicações do quadro clínico da doença sobre a aprendizagem da criança merecem atenção da escola”.

A perspectiva teórica não foi especificada. Trata-se de um estudo empírico. “Para avaliar os aspectos cognitivos gerais e a flexibilidade na resolução de problemas das crianças, foram aplicados os seguintes instrumentos: a) Matrizes Progressivas Coloridas de Raven - Escala Especial [Raven-MCP] (ANGELINI et al., 1999) - este instrumento tem como objetivo avaliar a capacidade intelectual geral (fator G),

capacidade de extrair significados de uma situação confusa, de desenvolver novas compreensões, de ir além do que é dado para perceber o que não é imediatamente óbvio, de estabelecer constructos”.

Com os resultados observa-se que, no geral, “as crianças apresentam algum tipo de prejuízo na vida escolar, dificuldades de aprendizagem e/ou histórico de reprovação em função das recorrentes faltas à escola para tratamento (consultas, visitas ao hemocentro, internações), corroborando as evidências de Nunest et al. (2010) e Souza (2005), como também comprometendo o convívio social e familiar, segundo Vieira e Lima (2002)”. Em relação aos resultados obtidos através da aplicação do Raven-MPC, observou-se que a maioria das crianças foi classificada como intelectualmente média (N = 9), havendo 04 abaixo da média (03 com classificação abaixo da média e uma intelectualmente deficiente). Apenas uma criança obteve classificação intelectualmente superior.

As complicações decorrentes do quadro clínico da Doença Falciforme podem acarretar diversas dificuldades no âmbito das aquisições de habilidade intelectuais e dos processos cognitivos. Criança- criança com doença crônica. Em suma, infere-se que as crianças com uma doença crônica são mais prováveis de terem dificuldades acadêmicas, sociais e emocionais.

5.2 Autores que apresentam o conceito infância/infantil em seus artigos.

5.2.1 Aqueles que explicitam pressuposto teórico:

1. “A criança nas entrelinhas dos discursos de acadêmicos brasileiros sobre professor da educação infantil”. (ANDRADE, 2013).
2. “Movimento e aprendizagem: a significação do corpo pela criança na educação infantil”. (ANDRADE, 2016).
3. “O potencial narrativo dos lugares destinados às crianças: incursões do grupo de pesquisa em psicologia da infância GPPIN”. (ANDRADE, 2015).
4. “Infância em pesquisa: as crianças e os signos da mídia em contextos educativos”. (SALGADO, 2017).
5. “Infância e Escola: tempos e espaços de crianças.” (SALGADO, 2016).

6. “Infância, gerações e temporalidades: experiências de crianças e professoras em diálogo.” (SALGADO, 2014).
7. “Gêneros, sexualidades e infâncias: Cenas de crianças na contramão da inocência.” (SALGADO, 2017).
8. “Em busca do corpo perfeito: as crianças na cultura da beleza e da sedução.” (SALGADO, 2016).
9. “Tudo junto e misturado?”: a infância contemporânea no diálogo entre crianças e adultos. (SALGADO, 2013).
10. “Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental”. (WEBER, 2016).
11. “Relações entre a obesidade na infância e adolescência e a percepção de práticas de alimentação e estilos educativos parentais”. (WEBER, 2014).
12. “Habilidades Sociais, Competência Acadêmica e Problemas de Comportamento em Crianças com Diferentes Níveis de Plumbemia”. (RODRIGUES, 2015).
13. “Intoxicação infantil por chumbo: uma questão de saúde e de políticas públicas”. (RODRIGUES, 2016).
14. “O sujeito sindrômico e a infância eternizada: um modo de penhasco”? (GURSKI, 2013).

5.2.2.1. Abordagem Histórico-culturais/Psicossociais:

Andrade (2013) orientada pela teoria das representações sociais buscou neste estudo identificar significados sobre criança e representações identitárias da docência. Privilegiou análise dos significados atribuídos à criança, segundo 252 estudantes primeiroanistas do curso de Pedagogia de três universidades brasileiras. Os dados analisados se referem às associações de palavras para o termo criança (software EVOC) e análise de conteúdo em articulação com as questões abertas, submetidas a análise lexical. Os dados revelam a criança pequena e inocente cuja expressividade lúdica se articula à aprendizagem e ao desenvolvimento cognitivo. Criança foi associada ao não familiar e a possível ameaça identitária, aquilo que escapa e que deve ser modelada.

Na teoria das representações sociais, pode-se dizer que, de um lado, os conteúdos representacionais funcionam como orientações-guias para adultos no exercício de significação sobre a infância e conseqüente organização de universos de socialização destinados às crianças, em torno das quais constroem suas identidades sociais e anunciam referenciais

identitários para os pequenos; de outro, crianças criam hipóteses sobre o mundo com base nas representações sociais partilhadas no seu grupo de pertencimento podendo, no exercício de sua atividade criadora, propor novas formas de interpretação da realidade cujos sentidos evidenciam potencial gerador de representações sociais, bem como potencial de influência social. Utilizou o método experimental no estudo. “Apresenta a análise dos significados atribuídos à criança, segundo 252 acadêmicos primeiroanistas do curso de Pedagogia de três universidades brasileiras localizadas nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. A análise dos dados considerou as associações livres e as respostas para as questões abertas sobre bom professor de creche e pré-escola, além da questão sobre as principais dificuldades esperadas na profissão com relação a si própria. As associações livres foram processadas pelo software EVOC5 – análise prototípica e análise hierárquica. Todos os vocábulos que compuseram o corpus foram categorizados segundo o procedimento de análise de conteúdo. Já as respostas às questões abertas, foram submetidas a análise lexical com auxílio do software Alceste”.

Como resultados os dados revelam a criança pequena e inocente cuja expressividade lúdica se articula à aprendizagem e ao desenvolvimento cognitivo. Criança foi associada ao não familiar e a possível ameaça identitária, aquilo que escapa e que deve ser modelada. Embora a imagem da criança inocente, inserida no contexto familiar, ocupe a centralidade da representação social delineando o papel de filho, é forte a imagem do aluno. De forma geral, o termo criança foi analisado como tendo significado amplo, podendo ocupar o status de um ser previsível e controlado pela ação do adulto, seja como criança inocente, que precisa ser cuidada, ou como aluno, que precisa ser ensinado. Ainda, a criança foi significada como algo não familiar quando se refere a ausência de controle adulto, entidade que habita um outro mundo (CHOMBART DE LAUWE, 1991), podendo ser associada pelos acadêmicos ao não familiar e, portanto, como possível ameaça identitária. Constatou-se que a criança autêntica está mais próxima das cenas cotidianas que envolvem o exercício da docência, desafiando-a.

É possível afirmar, a partir do estudo apresentado acima, que a maneira de perceber e pensar o infantil não apenas influencia as condições de vida dos pequenos, mas também daqueles que com eles se relacionam e, no caso específico deste texto, chama-se atenção para os profissionais da Educação Infantil.

O estudo de Andrade (2016) trata-se de um relato de experiência de uma atividade de extensão realizada por meio do estágio em contextos sócio educativos do curso de Psicologia da UFMT articulado com o projeto “Rede de Apoio à Educação Infantil: interfaces com a Psicologia, Pedagogia e Arquitetura”. A experiência se insere no contexto da formação em serviço de profissionais da Educação Infantil em diálogo com os processos de

desenvolvimento infantil, identificados no fazer cotidiano das atividades propostas. A orientação teórica baseou-se na Teoria Histórico-Cultural, na Psicogênese da Pessoa Completa, nos estudos da Sociologia da Infância e na noção de espaço narrativo (SENNETT, 1990) com ênfase nas significações sobre criança como sujeito de direito e de cultura. O procedimento metodológico adotado foi a análise documental e a observação participante seguida de análise compreensiva sobre a relação adulto-criança. As considerações destacadas possibilitaram a elaboração de um projeto de intervenção sobre a significação do corpo pelas crianças no qual a narrativa e a ludicidade foram consideradas instrumentos psicológicos promotores da aprendizagem e do desenvolvimento. “O comportamento das crianças e suas narrativas foram comparados com o apresentado pelas mesmas no período inicial de observação. Foi possível destacar que as vivências promovidas pelo projeto ajudaram as crianças a reconhecer a imagem do seu próprio corpo por meio das interações sociais e das brincadeiras contribuindo para o processo de diferenciação. Em adição, considera-se que a atividade possibilitou desenvolver significativamente expressividades e narrativas infantis, além de gestos simbólicos e de imitação ligados ao faz-de-conta”.

Os resultados apontam que “ao considerar os indicadores do desenvolvimento pode-se destacar a emergência de novos modos de ser, de brincar e aprender das crianças envolvidas. A expressividade do grupo de crianças mostrou-se mais desenvolvida sendo possível notar a diminuição de ações imediatas tais como bater em outra criança para conseguir o que deseja. Tal fenômeno mostrou-se favorável a emergência das brincadeiras coletivas delineadas com ajuda da mediação do adulto e da atmosfera lúdica”. Destaca-se que as Técnicas de Desenvolvimento Infantil estabeleceram um bom diálogo com o subprojeto de intervenção no sentido de pensar categorias teórico-práticas que orientam o desenvolvimento das crianças tais como a narrativa como ferramenta do trabalho pedagógico considerando que, por meio dela, crianças compreendem a realidade e constroem redes de significação a seu respeito considerando a situação social de desenvolvimento que se encontram. Desta forma, foi possível avaliar que as intervenções realizadas evidenciaram o potencial dialógico entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Educação Infantil podendo ser útil tanto para o trabalho dedicado aos programas e projetos diretamente direcionados às crianças, quanto para a formação e capacitação dos seus educadores.

Como conceito o estudo traz a infância. Entendendo que crianças possuem narrativas próprias, veiculadas seja verbalmente, seja corporalmente, que também circulam no espaço em busca de contornos de lugares específicos influenciando comportamentos dos adultos e de outras crianças. Os estudos diferenciam os termos infância e criança tomando o primeiro

como a expectativa social que determinada sociedade possui sobre a criança, esta última, ser de certa idade. Assim, considera-se infância uma invenção cultural ou construções sócio históricas, porque se define pelas significações que lhes são atribuídas ao longo dos tempos nas diferentes culturas.

Andrade (2015) discute em seu estudo o potencial narrativo dos espaços da infância por meio de estudos sobre significações e práticas socioeducativas destinadas às crianças na Educação Infantil. Fundamentado na Teoria Histórico Cultural, na abordagem ontogenética da Teoria das Representações Sociais em diálogo com a noção de minorias ativas (MOSCOVICI, 2011) e espaço narrativo (SENETT, 1990), procura responder se crianças são capazes de influenciar processos de significação da realidade e exercer influência social. “Apresenta dois estudos que discutem o berçário como artefato cultural, cujas significações orientam profissões de educadoras e regulam estruturas de oportunidade para o desenvolvimento de bebês. Revela o ser e estar de bebês mediante nova organização espacial do berçário anunciando possibilidades de aprendizagem e inserção da educadora na cena lúdica pelo bebê. As análises dos estudos revelam novas significações sobre a criança no contexto das práticas educativas e de pesquisa destacando seu poder de criação”.

O método apresenta uma discussão teórica acerca dos resultados de dois estudos empíricos com profissionais da educação infantil. Entre os anos de 2011 e 2013, o Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN) desenvolveu dois subprojetos de pesquisa, que foram delineados em torno dos resultados das atividades de extensão conhecida como Rede de Apoio à Educação Infantil: interfaces com a Psicologia, Pedagogia e Arquitetura. “O procedimento metodológico adotado prevê entrevistas, observações, videografia e coleta de material iconográfico. O material coletado tem sido analisado com auxílio de análise compreensiva e microgenética, além do exercício de identificação de núcleos de significações (AGUIAR, OZELLA, 2006), às vezes com apoio de programa computacional. O berçário é o espaço observado”.

Como resultados as análises dos estudos revelam novas significações sobre a criança no contexto das práticas educativas e de pesquisa destacando seu poder de criação. “Com relação aos discursos decorrentes das diferentes organizações espaciais, destaca-se a evidência de que, ao falarem do espaço as profissionais também evidenciaram a dimensão identitária das representações sociais – valorização do profissional, melhor condição de trabalho e a ancoragem nos significados associados a babá e a profissional. Sobre esse aspecto, foi possível observar movimentos característicos daquilo que Bauer (1994) anunciou como função de resistência das representações sociais. As oportunidades de exploração do espaço

que emergem nas vivências infantis, observadas a partir da perspectiva ontogenética das representações sociais, evidenciam outro tipo de cenário favorável às transformações das práticas e das representações sociais. Sem contestar, o pressuposto da segurança física do bebê como principal organizador das representações sociais sobre o trabalho na educação infantil e orientador das práticas das profissionais do berçário, a vivência em torno da unidade bebê-brinquedo desafia o adulto a se colocar como aquele que apoia a ação do bebê ao mesmo tempo em que procura anular o potencial perigo daquela atividade. Nessa prática, mobilizada pela atenção ao cuidado, emerge o sentido, ainda que ao nível intuitivo, proposto pelo binômio cuidar-educar”.

A infância é definida e conceituada como construção sociocultural cujos significados regulam práticas sociais e educacionais frente às quais adultos e crianças interagem, incorporando-as, negando-as e mesmo reinterprestando-as.

Salgado (2017) neste estudo apresenta os resultados de uma pesquisa, à luz dos estudos culturais, que buscou compreender os significados que as crianças constroem sobre os discursos da mídia e como estes se expressam em seus modos de ser, agir e se relacionar com o outro em contextos educativos. A investigação, com caráter de intervenção, foi desenvolvida em dois contextos: na Brinquedoteca da Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis, com uma turma de crianças da educação infantil; e na escola, com as mesmas crianças e a professora da turma. O objetivo, foi discutir as experiências da infância com a cultura midiática a partir dos significados que as crianças constroem sobre os signos da mídia. Com este estudo foi possível compreender que as crianças se apropriam dos discursos midiáticos, constroem valores, significam, ressignificam e constituem identidades na sociedade contemporânea, marcada, visivelmente, pelas tecnologias e por produtos/objetos com que nos deparamos no cotidiano.

O autor se utiliza da perspectiva da construção social, fundamentada na sociologia da infância. É um estudo empírico, de natureza qualitativa, “os conceitos de dialogismo e alteridade são assumidos como referenciais de análise, como são compreendidos e definidos por Bakhtin (1992; 1998), tornam-se as bases fundamentais que sustentam a metodologia desta investigação, que tem como foco de averiguação as crianças, assim como os discursos produzidos a partir da relação com o outro – adulto ou outra criança. A pesquisa aconteceu com uma turma de crianças pequenas, composta por 16 sujeitos, sendo onze meninas e cinco meninos. Com eles desenvolvemos oficinas e contribuimos para a construção de algumas cenas, obtendo como tema os assuntos trazidos à tona pelas próprias crianças. Tais cenas, compreendidas, aqui, como episódios inusitados, surgidos no contexto da pesquisa, se tornam

pontos instigantes que trazemos para discussão. Durante meses, a observação permitiu enriquecer o diário de campo, construída no desenvolvimento da pesquisa. As observações e intervenção aconteceram em dois contextos distintos: na Brinquedoteca da Universidade Federal de Mato Grosso, município de Rondonópolis, com uma turma de crianças da educação infantil; e na escola municipal de Educação Infantil (EMEI), com as mesmas crianças e a professora regente da turma. Com a proposta de pesquisa intervenção, buscamos investigar as apropriações que as crianças fazem dos discursos midiáticos em suas brincadeiras e como estas emergem nos diálogos que elas estabelecem entre si e nas interações que estabelecem com os adultos (pesquisador e professora)”.

Como resultado deste estudo pode-se observar que, o consumo, fatores de ordem econômica e questões ligadas à beleza e estética, na infância, estão fortemente presente em seus modos de ser, em seus discursos e brincadeiras. Esses fenômenos são valorizados pelas crianças, elas os discutem e participam dos processos de constituição de suas identidades.

“Durante a pesquisa nos relacionamos o tempo todo, com crianças que conhecem as inovações lançadas pelo mercado e indústria tecnológica, para as quais o medo e o receio de manusear um objeto eletrônico estão longe de fazerem parte de suas vidas. Nesse sentido, não destacamos que a mídia e as tecnologias atuam como vilãs, mas como elementos protagonistas que se fazem presentes nas relações e subjetividades das crianças no contemporâneo”.

O conceito/termo abordado é Infância. É discutida a Construção de significados pelas crianças a partir de conteúdos midiáticos. (PROUT (2010), que utiliza o termo “nova sociologia da infância” em referência a um leque de trabalhos que conceituam as crianças como atores sociais e a infância como entidade/instituição construída socialmente). “A constituição da infância na contemporaneidade tem caráter histórico, em que as “identidades flutuam no ar”, conforme destaca Bauman (2005)”.

No estudo de Salgado (2016) a infância é abordada como viés para pôr em discussão o tempo cronológico, demarcado por uma linearidade ordenada pelo progresso e pela racionalidade. Conjugando escritos poéticos de Mario Quintana com os diálogos e os mapas vivenciais das crianças em uma escola, este estudo teve como objetivo discutir como tempos e espaços repercutem na construção da infância e nos processos educativos de crianças, no sentido de problematizar as dimensões calculadas e previsíveis que essas categorias assumem nesse contexto social. Buscou-se, assim, dar visibilidade ao tempo do inusitado nas experiências das crianças, na escola, ao destacar como, nesse espaço, elas operam rupturas com a temporalidade contínua, progressiva e linear.

“Entretecida com os sentidos dos espaços vividos por crianças na escola está a sensibilidade do poeta Mario Quintana, conjugada às reflexões de autores, como: Agamben (2005), sobre os embates entre khronos e kairos; Elias (1998), sobre o tempo em sua dimensão simbólica; Benjamin (1985), sobre o conceito de história como contrapartida à noção de progresso; Lloret (1998), sobre as idades da vida e como estas participam do processo de constituição identitária; e Arroyo (2008; 2009), sobre a relação entre tempo e escola”.

O autor também se baseia também em estudos da Geografia da Infância, ancorados numa perspectiva de infância como categoria social que se modifica nos diferentes espaços que ocupa, os quais, para além de meros arranjos físicos, são lugares dotados de sentidos, que surgem exatamente pelo vínculo que as crianças criam em suas relações de cooperação ou conflito tecidas nessas espacialidades.

Este é um estudo empírico- “São trazidos cenários de duas pesquisas, em nível de mestrado, com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que se desenvolveram em momentos distintos, mas na mesma escola da rede estadual de ensino da cidade de Rondonópolis, Mato Grosso. A primeira pesquisa ocorreu no ano letivo de 2012, em uma turma, com crianças de 8 a 9 anos e uma professora, do terceiro ano do Ensino Fundamental, e a segunda, no ano letivo de 2014, em uma turma do quinto ano dessa mesma etapa da Educação Básica, com crianças de 10 a 11 anos de idade. Em vez de pesquisar a criança com o propósito de melhor conhecê-la, passa-se a pesquisar com a criança as experiências socioculturais que ela compartilha com as pessoas de seu convívio. Além disso, as duas pesquisas têm em comum as observações participantes das crianças no cotidiano da escola. Entrevistas e questionários são, também, utilizados como estratégias metodológicas em ambas as pesquisas. A primeira pesquisa, realizada em 2012, além das crianças, conta com a participação da professora e das mães, posto que seu foco principal é compreender as experiências de crianças e adultos com o universo midiático-tecnológico contemporâneo, assumindo, assim, a perspectiva intergeracional como um importante eixo analítico e metodológico. Por essa razão, as entrevistas e os questionários não se restringem às crianças, sendo trabalhados, também, com a professora e com as mães. A segunda pesquisa, realizada em 2014, tem como objetivo principal compreender os sentidos que as crianças atribuem aos diversos espaços escolares, as apropriações e reconfigurações que fazem destes a partir de suas relações com as mídias e as novas tecnologias. Nessa perspectiva, os mapas vivenciais se apresentam como a mais importante estratégia metodológica. Esses mapas são procedimentos que conjugam recursos visuais, sob a forma de representações cartográficas, com narrativas”.

Resultados: “Quando o processo ensino-aprendizagem se faz significativo para a vivência das crianças, ele produz prazer e mobiliza transformações subjetivas, mas a rotina pautada e orientada pela lógica tradicional afasta o prazer e o desejo pelo conhecimento, assim como pelos lugares e tempos que representam o controle e a preparação para um futuro. É na coexistência de saberes que aprendemos sobre o tempo. Passado, presente e futuro. Infância, idade adulta, velhice. São conceitos e configurações que permeiam nossas experiências humanas, entretidas de instantes, memórias e encontros, construídos e reconstruídos em retornos e rupturas, que quebram os ciclos e desfazem os fios da linha reta. Cada experiência é única, ímpar, solitária e, ao mesmo tempo, coletiva. Buscamos dar visibilidade a esse tempo na vida das crianças pelo viés da perspectiva infantil ao percebermos que, nesse devir criança, há sempre rupturas com a temporalidade contínua, progressiva e linear. Essa ideia parte do princípio de que a criança se constitui como um sujeito que transcende ao que está posto e se liberta para o tempo do prazer, em uma fuga permanente da padronização que a sociedade lhe impõe”.

Conceito: Infância. “A infância é abordada como viés para pôr em discussão o tempo cronológico, demarcado por uma linearidade ordenada pelo progresso e pela racionalidade”.

Ainda na área dos estudos da infância Salgado (2014) objetivou com este estudo discutir como crianças e professoras significam mutuamente suas experiências de infância. A pesquisa situa-se no campo dos estudos da infância. “Grupos de discussão sobre diversas experiências de infância, entre crianças e professoras de turmas de educação infantil, realizados em uma brinquedoteca universitária, consistem em estratégias metodológicas. Entre as professoras, há uma tendência em valorar as experiências atuais da infância como dissonantes de um ideal que se perdeu no tempo. As crianças, por outro lado, trazem a tecnologia e o consumo como marcas de suas experiências, questões que precisam ser contempladas na agenda da educação contemporânea”.

Os estudos da infância se propõem a interrogar a sociedade a partir da infância, esta entendida como categoria geracional em oposição à ideia de estado transitório para a vida adulta e se pautam, no âmbito deste artigo, nas reflexões de Sarmiento (2008) e Qvortrup (2010). “Na esteira da sociologia da infância, campo de conhecimento no qual a criança é vista como agente social e produtora de cultura (QVORTRUP, 2010), não há como entendê-la como sujeito destituído de experiências”. É um estudo empírico. A pesquisa assume um caráter de intervenção. O contexto da pesquisa é uma brinquedoteca universitária, localizada no campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que vem atendendo, desde 2008, escolas de educação infantil da rede pública desse município. Sendo

assim, desta pesquisa “participaram três turmas do segundo agrupamento da educação infantil, compostas por crianças na faixa etária de 5 a 6 anos e suas respectivas professoras, com idades entre 40 e 50 anos, que atuam no magistério há entre 13 e 20 anos e na educação infantil entre 06 e 16 anos. Como uma das estratégias metodológicas, teve-se a realização de grupos de discussão com as crianças e as professoras, organizados sob a forma de oficinas, como forma de suscitar diálogos voltados para questões relacionadas a diversas experiências de infância”.

Como resultados observa-se que, as crianças, com suas experiências atravessadas pelas tecnologias e pelo consumo, têm desenhado imagens bem distintas da infância saudosa de suas professoras: “crianças que, com os pés fincados no mundo da economia globalizada, das relações sociais cada vez mais competitivas, não mais recorrem a entidades imaginárias para o cumprimento do que desejam – elas escolhem, exigem, compram –; crianças ávidas por informações e conhecimentos que rompem as fronteiras com o mundo adulto; crianças demandantes, que não se resignam facilmente diante da impossibilidade de ter. Em se tratando especificamente da educação infantil, já que a dimensão ética é um de seus eixos importantes, faz-se indispensável compreender e intervir nos modos como as crianças têm pautado suas relações com os outros, cada vez mais, inspiradas em valores regidos pela lógica do consumo e da competitividade, que acarretam, em algumas situações, práticas discriminatórias e excludentes”. Conceito/termo: Infância. O estudo discute como crianças e professoras significam mutuamente suas experiências de infância.

No estudo de Salgado (2017) é proposta uma problematização da produção discursiva da criança inocente, no campo da psicologia e da educação, pelo viés da crítica feminista e dos estudos da infância. Para tanto, assumiu-se como principais interrogantes o gênero e a sexualidade como possibilidades de construir outros olhares sobre a infância ao nos debruçarmos sobre as experiências, os conhecimentos e os sentidos que as crianças compartilham em suas produções culturais lúdicas. “As cenas que trazemos à baila como suportes de nossas reflexões advêm de pesquisas com crianças em instituições de Educação Infantil, da rede pública municipal de ensino de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil, desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa “infância, juventude e cultura contemporânea” (GEIJC). As principais questões que levantamos com os marcadores de gênero e sexualidade, quando os levamos para o contexto escolar, são: (1) o lugar das crianças no direito de expressarem seus gêneros e sexualidades nesse contexto; (2) a possibilidade de essas expressões serem reconhecidas e terem existências despatologizadas e viáveis em contextos de aprendizagem, bem como a sua desvinculação de valores moralistas e excludentes; e (3) a

possibilidade de reconhecimento, pela escola e pelas políticas cognitivas gestadas nesse contexto, de trajetórias distintas das expressões de gênero e sexuais de crianças. Em suma, nossas indagações vão ao sentido de problematizar a ideia de desenvolvimento como progresso a um “deve ser” orientado pela linearidade e universalidade das expressões de gênero e sexuais, que desemboca com força nos discursos pedagógicos por uma identidade falocêntrica, masculinista, heteronormativa, binária e burguesa”.

A Perspectiva utilizada no estudo foi a perspectiva feminista e dos estudos da infância, que assumem o gênero e a sexualidade como interrogantes que permitem construir outros olhares sobre a infância. É um estudo empírico, realizado com crianças de uma turma da Educação Infantil, entre cinco e seis anos de idade, de uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), da rede pública de ensino do município de Rondonópolis, que teve como foco principal analisar as experiências lúdicas das crianças, como forma de compreender os sentidos que elas constroem nas relações e nos grupos que compõem para brincar. A observação participante das experiências lúdicas das crianças e os registros em diário de campo consistiram nas principais estratégias metodológicas durante a pesquisa.

Os resultados expõem que, “a aproximação de crianças à sexualidade ainda é proibitiva, mesmo com as contribuições da psicanálise freudiana que, apesar das críticas binaristas e heteronormativa, inserem a sexualidade como algo que não deve ser negado na vida das crianças. Estes distanciamentos entre crianças e sexualidades estão presentes também nos feminismos, nos quais, em algumas perspectivas mais radicais, as discussões não contemplam a menina ou a mulher adolescente. De maneira geral, em grande parte das ciências humanas e sociais, sexo e gênero se distanciam dos marcadores etários em sua produção, permanecendo a ideia de inocência da criança e a disfuncionalidade da adolescência quando se trata destes temas. Em algumas de suas linhas, os feminismos são predominantemente adultocêntricos, ou seja, excluem o marcador etário como parte da interseccionalidade necessária para se pensar os gêneros e as sexualidades. A psicologia, lugar de nossa enunciação, do mesmo modo, quando se ocupa da educação, se vincula às considerações psicanalíticas – às trajetórias oral, anal, fálica e de latência -, que afirmam um telos da sexualidade e dos gêneros, advindo do modelo patriarcal e heteronormativo”.

A infância é abordada a partir de discussões a cerca da produção discursiva da criança inocente, no campo da psicologia e da educação, pelo viés da crítica feminista e dos estudos da infância. “A aura sagrada e secular da inocência em torno da infância mantém ainda, nos dias de hoje, sua força nos discursos sociais de proteção, cuidado e educação das crianças. Conjugado a essa aura de inocência está o discurso do desenvolvimento infantil, muito caro à

psicologia e à educação, que se esforça em descrever e caracterizar minuciosamente a infância como uma “etapa da vida”, como forma de afirmar “verdades” sobre os sujeitos que vivem e como “deve” vive-la”.

Salgado (2016) pontua que “o processo de produção do corpo busca uma perfeição que se consagra com base em conceitos de beleza, saúde e felicidade”. Na perspectiva dos estudos da infância, é analisado e discutido neste estudo como crianças entre 04 e 10 anos de idade, de turmas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, significam seu próprio corpo e o do outro em suas relações e nas experiências que constroem. A análise destaca como o corpo tem assumido relevância na produção cultural e lúdica das crianças ao se apresentar como produto que se põe à mostra, admirado, apreciado, avaliado, rejeitado, copiado e conquistado, alvo de artefatos e performances e, em algumas situações, de práticas discriminatórias.

Na perspectiva dos estudos da infância, o corpo da criança apresenta-se não apenas como um organismo ou “tábula rasa”, mas como entidade híbrida, atravessada por discursos, produtos e artefatos culturais, que, ao se conectarem ao substrato biológico, nele intervêm e transformam a natureza. Trata-se de um estudo empírico, O estudo traz cenários de pesquisas com crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, que estão sendo desenvolvidas desde 2005, no âmbito do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea (GEIJC), em contextos distintos “A observação participante foi a principal estratégia metodológica adotada, uma vez que investigamos as interações entre as crianças, a composição de seus grupos sociais e de suas culturas lúdicas. Entretanto, as observações não aconteceram distantes dos encontros e confrontos com as crianças, pois não nos privamos de estabelecer interações com elas e, até mesmo, de propor e realizar algumas intervenções, das quais crianças e professoras participaram”.

Como resultados se pontuam as seguintes inferências: “Imersas neste mercado cultural, em que bens de consumo passam a ser aspectos indispensáveis para a constituição identitária, estão, também, as crianças de nosso tempo, que, no fluxo acelerado de captura de referências simbólicas, vão compondo o seu mosaico de identidades. Desse universo, as crianças retiram os signos que as aproximam de ideais de beleza, sucesso, fama e poder, tão perseguidos na esfera midiática e na cultura do consumo. Barrigas, bundas, pele, cabelos, olhos vão deixando de ser partes de um corpo-carne para se transformarem em peças, disponíveis em vitrines do mundo midiático, de um corpo que apela para ser fabricado e modelado com o propósito de ser percebido, sentido e nomeado como belo. “As cenas das crianças presentes nos diversos cenários de pesquisa no estudo apresentados nos mobilizam a

compreender que pedagogias culturais em torno de seus corpos estão sendo levadas a cabo desde muito cedo em suas vidas”.

“Como nos alerta Giroux (1999), estamos diante de um forte desafio político e ético no campo da educação de crianças, que precisa assumir a cultura popular como um importante objeto de análise no currículo, de modo que crianças e jovens possam problematizar imagens que se apresentam como a única realidade possível diante de seus olhos”.

Conceito/termo abordado: Infância. O estudo buscou compreender como determinadas referências simbólicas, sobretudo as que circulam na mídia, são ressignificadas pelas crianças.

Finalizando os estudos sobre a sociologia da infância, Salgado (2013), discute as experiências da infância na contemporaneidade numa perspectiva intergeracional. Crianças e adultos participam de grupos de discussão voltados para questões relativas à infância em duas situações distintas. Evidencia-se a participação das crianças em situações sociais, das quais emergem outras experiências de infância. Porém, entre os adultos, aparece a perplexidade diante da quebra de uma imagem tradicional da infância quando confrontada com experiências e saberes manifestos pelas crianças.

Como principal fundamentação teórica, têm-se os estudos realizados no campo da sociologia da infância, que permitem compreender as crianças como atores sociais, capazes de interpretar e transformar a cultura com a qual interagem, bem como a infância como categoria geracional socialmente constituída.

É um estudo empírico, “caracterizando-se por dois vieses: a compreensão da infância a partir da alteridade estabelecida entre crianças e adultos – professoras e mães –; e a intervenção por meio da criação de espaços de discussão sobre a infância contemporânea junto às crianças e aos adultos. Para tanto, são realizados grupos de discussão, que se materializam sob a forma de oficinas voltadas para questões relativas à infância e realizadas em duas situações distintas. Uma delas é conduzida junto às professoras e às crianças, com idades entre cinco e seis anos, de três turmas do segundo agrupamento da educação infantil, de duas escolas da rede pública municipal de ensino de Rondonópolis, Mato Grosso, que frequentam o Laboratório de Ludicidade “Profª. Drª. Soraiha Miranda de Lima” (Brinquedoteca), da Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis. A outra situação transcorre em uma escola da rede pública estadual, na mesma cidade, em uma turma do 3º ano do ensino fundamental, com crianças de oito anos, as mães e a professora dessa turma. O principal objetivo dessas oficinas é suscitar uma discussão, entre as crianças e os adultos, sobre os objetos culturais que hoje são compartilhados por esses sujeitos e suas implicações nos modos como as experiências da infância contemporânea têm se configurado”.

Resultados: “Discutir a infância contemporânea, que dialoga, usa e domina os recursos midiáticos e tecnológicos com autonomia, sob uma perspectiva intergeracional, é uma tentativa de compreender os sentidos atribuídos à infância tanto por quem hoje a vive – as crianças –, quanto por quem já a viveu – os adultos. As crianças violam as regras e os papéis sociais instituídos, dando margem ao surgimento de novas possibilidades de relacionamento capazes de romper fronteiras geracionais. Distantes e, ao mesmo tempo, tão próximos, infância e idade adulta, de fato, compõem outra cartografia dos tempos de vida e das experiências que os singularizam na contemporaneidade, atravessadas que são pelos discursos da mídia, pelos usos das novas tecnologias e pelo consumo. Distantes porque, ainda que as crianças cotidianamente atestem saberes, competências e valores que as autorizam ingressar e habitar espaços tradicionalmente considerados como territórios adultos, as imagens historicamente desenhadas da infância, como tempo da inocência e da preparação para o futuro, ainda se impõem nos discursos e nas práticas dos adultos”.

“O foco deste estudo foi discutir as experiências da infância na contemporaneidade numa perspectiva intergeracional. É na relação entre crianças e adultos, afirma Mayall (2003), que o conceito de infância se define e redefine, assim como o conceito de vida adulta”.

5.2.2.2. O pressuposto Cognitivo-comportamental:

Weber (2016) no estudo a seguir propôs uma interpretação analítico-comportamental de construtos da Psicologia do Desenvolvimento referentes ao comportamento parental e de suas relações com características do desenvolvimento de bebês, crianças na fase pré-escolar e escolar, e adolescente. “O conceito de responsividade sensível foi articulado ao conceito de contingência tríplice e às noções de efeito de prazer e de efeito de fortalecimento das contingências de reforçamento. Os problemas de comportamento de pré-escolares e escolares e suas relações com os cuidados parentais foram discutidos, enfatizando a análise das funções das queixas comportamentais infantis, que pode ser beneficiada pela adoção do conceito de habilidades sociais educativas parentais. A tipologia dos estilos parentais foi interpretada em uma perspectiva behaviorista, considerando os padrões comportamentais característicos de cada estilo e seu impacto sobre o desenvolvimento de adolescentes. A sensibilidade dos pais às contingências vigentes na interação pais-filhos parece destacar-se como um aspecto crucial nas três etapas do desenvolvimento examinadas”.

O estudo parte de uma perspectiva analítico-comportamental. Onde foi feita uma análise experimental do Comportamento e pressupostos epistemológicos do Behaviorismo

Radical. Psicologia do desenvolvimento. É um estudo teórico, onde foi feita uma análise de pesquisas acerca do desenvolvimento socioemocional na infância e adolescência.

Como resultados observa-se que o comportamento da criança ou do adolescente deve constituir de forma consistente a estimulação antecedente para o comportamento de cuidado dos pais. Parece fundamental que o comportamento dos filhos seja, de fato, uma fonte de estímulos antecedentes e consequentes que controla operantes discriminados dos pais. Quando o comportamento da criança efetivamente exerce controle, ou seja, quando os pais de fato são sensíveis e reagem ao que vêem, sentem ou ouvem dos filhos, se tornam capazes de detectar necessidades reais de auxílio sinalizadas pela criança ou adolescente, bem como pistas de que ele já é capaz de se comportar de forma autônoma, prescindindo de qualquer intervenção parental.

Como conceitos abordados neste estudo têm-se o termo infância. São discutidas questões referentes ao desenvolvimento comportamental na infância. Discutem-se também possíveis características comuns do comportamento parental ao longo da infância e da adolescência, que favoreçam o desenvolvimento socioemocional infantil.

5.2.2.3. Psicologia do Desenvolvimento:

Weber (2014) visou, em seu estudo, compreender as relações entre o sobrepeso e a obesidade de crianças e adolescentes, com os estilos parentais e as práticas de alimentação infantil percebidos. “Participaram da pesquisa 139 crianças, de 5ª e 6ª série, que responderam às escalas de verificação das práticas de alimentação infantil (MUSHER-EIZENMAN & HOLUB, 2007) e de exigência e responsividade (LAMBORN, MOUNTS, STEINBERG & DORNBUSCH 1991)”. Foram verificados o peso e a altura das crianças para o cálculo do índice de massa corporal, e os resultados indicaram que crianças com peso dentro da normalidade tenderam a perceber seu pai com estilo autoritativo e sua mãe com estilo negligente ou autoritativo. Tanto pais quanto mães autoritativos são os que apresentam melhores escores na escala de práticas de alimentação com seus filhos. Assim, concluiu-se que a obesidade está ligada ao modo que os pais educam e alimentam os seus filhos.

Perspectiva teórica abordada foi a teoria de Baumrind (1966). Apresenta os estilos parentais: permissivo, autoritário e autoritativo. Maccoby e Martin (1983) reorganizaram as dimensões de Baumrind em duas: exigência (demandingness) e responsividade (responsiveness). “O termo responsividade refere-se a atitudes compreensivas, amorosas e de envolvimento dos pais com seus filhos e o termo exigência refere-se ao estabelecimento e

cumprimento de regras (MACCOBY & MARTIN, 1983), e a partir desse modelo o estilo parental permissivo foi dividido em indulgente e negligente (MACCOBY & MARTIN, 1983)”. Trata-se de um estudo empírico. “Os participantes deste estudo foram selecionados em uma amostra por conveniência, em uma cidade do interior do Paraná, em um total de 139 alunos matriculados na 5ª e 6ª série do ensino fundamental. As turmas foram selecionadas visando estudantes com idade próxima de 12 anos. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas: a Escola Damasceno (nome fictício), da qual participaram 75 alunos e a Escola Expedito (nome fictício), com a participação de 64 alunos. Os alunos tinham idade entre 10 e 14 (idade média=11,45, desvio-padrão=1,06), sendo 64% do sexo feminino (n=87) e 36% (n=50) do sexo masculino. Os dados coletados foram analisados por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 15. O nível de significância utilizado foi $p < 0,001$. As análises ocorreram por meio de medidas descritivas (médias, medianas, percentagens, desvio-padrão etc.) e foram calculados escores totais por escala, bem como os escores das suas subescalas. Para a análise de dados foram utilizados Anova, Qui-quadrado e Teste t de Student. A consistência interna das escalas foi avaliada por meio do coeficiente alfa de Cronbach”.

Como resultados observa-se que entre as tendências, verifica-se que “o maior percentual de filhos com “peso normal” (69%) percebe seu pai como autoritativo. Entre as crianças e adolescentes que percebem os pais como autoritativos, 23% têm sobrepeso ou obesidade; para os pais autoritários esse percentual é de 26%, para os pais permissivos é de 29% e para os pais negligentes é de 31%. O maior percentual de crianças e adolescentes com peso normal (78%) percebeu sua mãe como negligente. Somando os casos de sobrepeso e obesidade, 15% das mães negligentes e das autoritativas apresentam filhos acima do peso; para mães autoritárias o percentual é de 26% e para as mães permissivas é de 34%. Um ambiente com baixo controle parental estaria associado a um maior risco de obesidade, em função de os pais permitirem que seus filhos façam muitas escolhas em um ambiente que pode conter alimentos não saudáveis (OLVERA & POWER, 2009; TOPHAM et al., 2010); ademais, um ambiente rigoroso e carente de afetividade, também é associado com o aumento da obesidade na infância (RHEE et al., 2006). Com base no estudo realizado percebeu-se que não existe relação entre os estilos parentais e o IMC de crianças e adolescentes. Entretanto, percebeu-se que os pais autoritativos tendem a ter mais filhos com peso normal (tendência específica para a figura paterna)”.

O conceito termo abordado é a infância, onde se fizeram discussões de práticas alimentares na infância. Pensando assim os riscos presentes na obesidade infantil.

Rodrigues (2015), partindo da inferência que a identificação da presença de indicadores de ansiedade e estresse materno e a análise da relação entre estes fatores e o desenvolvimento infantil possibilitam a implementação de programas de intervenção precoce com a díade. “Buscou caracterizar os níveis de estresse e ansiedade maternos, no segundo mês de vida do bebê e, correlacioná-los ao desenvolvimento do bebê no segundo e quarto mês. Participaram do estudo 16 mães e seus bebês que frequentavam um serviço de acompanhamento do desenvolvimento do bebê. Estas responderam a inventários para avaliação de ansiedade e estresse e o desenvolvimento do bebê foi avaliado com o Inventário Portage Operacionalizado. Em relação ao estresse, embora as diferenças entre os bebês de mães com estresse e mães sem estresse não sejam significativas, as médias dos bebês de mães com estresse foram maiores em quatro das cinco áreas de desenvolvimento avaliadas. Quanto à ansiedade, as análises indicaram algumas diferenças significantes, com resultados mais favoráveis ao desenvolvimento dos bebês de mães com ansiedade, o que requer maiores investigações, sobretudo acerca da ansiedade situacional ou ainda, os efeitos em longo prazo”.

Os resultados sugeriram uma maior investigação da relação entre comportamentos maternos de mães ansiosas e a estimulação de bebês.

A perspectiva teórica adotada é a Psicologia do desenvolvimento. Este estudo empírico trata-se de uma análise descritiva e observacional, que integra as pesquisas relacionadas ao Programa de Acompanhamento do bebê durante o primeiro ano de vida. “O desenvolvimento dos bebês foi avaliado a partir do Inventário Portage Operacionalizado – IPO (WILLIAMS; AIELLO, 2001) que propõe a avaliação infantil de 0 a 6 anos nas áreas de socialização, desenvolvimento motor, cognição, linguagem e autocuidados. Em relação à ansiedade, inicialmente optou-se por classificar as mães em razão do percentil, sendo: mães sem ansiedade (Percentil até 49), mães com ansiedade moderada (Percentil 50 a 74) e mães com alta ansiedade (Percentil 75 ou mais). Os dados foram analisados com o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 22. Para a comparação de grupos utilizou-se o Teste t para amostras independentes, as correlações foram realizadas com o coeficiente de correlação de Spearman”.

Os resultados demonstram que em relação ao estresse, “embora as diferenças entre os bebês de mães com estresse e mães sem estresse não sejam significativas, as médias dos bebês de mães com estresse foram maiores em quatro das cinco áreas de desenvolvimento avaliadas. Quanto à ansiedade, as análises indicaram algumas diferenças significantes, com resultados mais favoráveis ao desenvolvimento dos bebês de mães com ansiedade, o que requer maiores investigações, sobretudo acerca da ansiedade situacional ou ainda, os efeitos em longo prazo”.

Os resultados sugerem ainda a investigação da relação entre comportamentos maternos de mães ansiosas e a estimulação de bebês. “Além de impactar diretamente a saúde materna, altos níveis de estresse podem influenciar o desenvolvimento do bebê e o estabelecimento de uma boa relação diádica, buscou-se comparar os níveis de estresse aos dados obtidos acerca do desenvolvimento dos bebês, de acordo com o IPO, no segundo e quarto mês de vida. Em especial as primíparas, pela falta de experiência em identificar as necessidades do recém-nascido, muitas vezes realizam cuidados excessivos, elevando também o seu nível de estresse e possivelmente, comprometendo sua saúde”.

Conceito/termo: Infantil. Foi realizada a caracterização dos níveis de estresse e ansiedade maternos, no segundo mês de vida do bebê. Ou seja, estava em pauta o processo de desenvolvimento infantil.

Rodrigues (2016) neste estudo apresenta um panorama geral sobre a exposição ao chumbo, seus valores de referência, a exposição como fator de risco à saúde e a necessidade de investimentos em políticas públicas de prevenção, bem como a possibilidade de atuação de profissionais da Psicologia em relação a esse fenômeno e seus efeitos. “Destaca-se a relevância da participação do psicólogo na equipe de saúde e na pesquisa, desenvolvendo conhecimentos e estratégias de intervenção. O reconhecimento de que níveis de plumbemia acima de 10 $\mu\text{g}/\text{dL}$ em crianças podem causar alterações neurocomportamentais, tais como déficits no desenvolvimento psicológico, hiperatividade, atrasos no desenvolvimento da linguagem e cognição, aponta a relevância de políticas públicas de saúde junto a populações que foram intoxicadas”. A psicologia do desenvolvimento norteia o estudo.

Este estudo teórico, por meio de análises de pesquisas nacionais e internacionais, traz a reflexão sobre políticas públicas de prevenção, ressaltando que, ao atuar em uma questão factual como a contaminação por chumbo, as autoridades competentes atenham-se à necessidade de uma discussão de caráter político e econômico.

“A repercussão de incidentes ambientais, como a intoxicação por chumbo, deve motivar a tomada de providências no âmbito da pesquisa e intervenção. Partindo do pressuposto de que a contaminação por chumbo, em sua gravidade e impacto, é uma retratação da degradação ambiental resultante do processo industrial, propostas de saúde e políticas públicas são importantes para que a sociedade reflita sobre quais seriam as estratégias de controle desses problemas na comunidade em questão, que tem seus alicerces (trabalho, moradia, escola) construídos em uma região de risco”. São avaliados os níveis de intoxicação infantil por exposição ao chumbo.

5.2.2.4. Psicanálise:

Gurski (2013) discute neste estudo a repercussão psíquica do dano orgânico na clínica com sujeitos sindrômicos. Com base em fragmentos de atendimentos, desdobram-se pontos importantes da direção da cura destes casos, dentre os quais, o estabelecimento do real, a importância da concepção interdisciplinar e o trabalho de elaboração do luto. “A discussão lança luzes sobre o lugar do psicanalista nesses tratamentos, enriquecendo o debate acerca da ética psicanalítica na clínica com tais sujeitos”.

A Perspectiva teórica utilizada é a Psicanálise. É um estudo teórico, onde foi feita a discussão, por meio de recortes de relatos de análises, das diferenças (síndromes crônicas) em crianças.

Os resultados apresentam que “se faz necessário, tanto com o sujeito, quanto com os pais, trabalhar o denominado de estabelecimento do real, ou seja, circunscrever os limites do dano orgânico, a fim dos mesmos não se estenderem para além dos prejuízos efetivamente produzidos pelo dano real e, simultaneamente, para que não se construam demandas impossíveis na direção do sujeito. Costumamos denominar esta operação de um movimento pendular entre, denegar a dimensão mórbida do problema buscando viabilizar um sujeito e amparar os pais e o próprio paciente para não ficarem à espera de um milagre. Esta operação, denominada pendular, muitas vezes, excede o campo da psicanálise, fazendo-se necessária a busca de outros saberes e intervenções a partir do conceito de interdisciplina. “O analista não deve se abster de lidar com a dimensão da “cura do que não se cura” (JERUSALINSKY, 1989), tão presente nesta clínica; dimensão, aliás, que se sustenta em algo muito importante na formação analítica em geral e que está relacionado ao tema da ética psicanalítica, qual seja, a possibilidade de lidar com aquilo que falha, com o que há de mais caro para o sujeito, a falta”. Isso, também, como um modo de o analista não ser mais um a temer a dimensão indecifrável do portador do dano orgânico, podendo acompanhá-lo, através de sua escuta, na construção de um lugar desejante para si; isso sem precisar jogar o sujeito de algum “tipo” de penhasco”.

A infância é o conceito trabalhado. As questões discutidas são a constituição subjetiva desses sujeitos e a criança sindrômica. A eternização da infância do portador de dano orgânico ou do sujeito sindrômico parece funcionar como uma estratégia de defesa em relação ao luto não elaborado dos pais.

5.2.3. Aqueles que não explicitam pressuposto teórico:

1. BATISTA, 2014;
2. PINTO JUNIOR, 2017;
3. DELL'AGLIO, 2013, 2015, 2016;
4. VON HOHENDORFF, 2017;
5. WEBER, 2013;
6. VASCONCELOS, 2014;
7. RODRIGUES, 2016, 2017;
8. FREITAS, 2014;
9. MARTINS, 2013, 2015, 2016;
10. ENUMO, 2013, 2014, 2015, 2017.

Conforme estudo de Batista (2014) observa-se que diversos autores apontam a importância da intervenção precoce como estratégia eficaz para a prevenção ou interrupção da trajetória de problemas de comportamento. “Esse trabalho buscou realizar uma revisão de literatura acerca de estudos sobre programas direcionados a problemas de comportamentos exteriorizados em crianças e adolescentes. Os critérios para a seleção dos artigos foram: textos completos; publicados no período de 2000 a 2011; nas bases de dados online Scielo, Lilacs e Pepsic; sendo excluídos artigos médicos relacionados a outras temáticas e os repetidos. Várias palavras-chave foram utilizadas para a seleção de artigos. Foram realizadas a leitura e a análise dos 23 artigos completos selecionados que se referiam a estudos teóricos e empíricos específicos acerca de programas direcionados a comportamentos exteriorizados em crianças e adolescentes. Os resultados foram agrupados para análise de suas características referentes a: 1) público-alvo; 2) comportamento-alvo abordado; 3) formas de intervenções (individual ou em grupo); 4) foco quanto ao tipo de intervenção (prevenção ou tratamento); 5) resultados e conclusões encontrados e 6) análise dos estudos acerca de teorias, delineamento e funcionamento dos programas em si”.

O estudo enfatiza a importância da utilização de diversas formas de intervenção, sendo cada uma necessária e eficaz podendo ser implementada a partir de contextos e problemas específicos.

O estudo tem como método a revisão de literatura. Foram encontrados com o Conceito/termo: Infância – Problemas de comportamento na infância e os seguintes resultados: Foram encontrados 16 estudos empíricos e 07 estudos teóricos acerca de teorias,

delineamento e funcionamento dos programas em si. O estudo apresentou um panorama do desenvolvimento de programas direcionados a problemas de comportamentos exteriorizados, bem como sua avaliação, tanto em relação à eficácia e aos resultados para a população alvo crianças e adolescentes, quanto no sentido de avaliação da metodologia e da implementação de tais ações.

Pinto Junior (2017) neste estudo trabalha a questão do abuso sexual infantil, Descrevendo a avaliação dos participantes de um projeto de extensão, visando à orientação dos pais de alunos da 1ª Fase do Ensino Fundamental de 24 unidades de ensino de um município do estado do Rio de Janeiro para a prevenção e combate do Abuso Sexual Infantil (ASI), realizado no período de março a novembro de 2015. “Contabilizou-se a participação de 646 pais ou responsáveis. Após a apresentação de um vídeo instrucional, em cada encontro foram discutidos os conceitos e caracterização do abuso sexual infantil, consequências, indicadores comportamentais, formas de denúncia e prevenção desse fenômeno. Ao término dos encontros, os participantes responderam a um questionário de avaliação em que deveriam descrever os pontos positivos e negativos do trabalho realizado, além de propor sugestões para os futuros encontros. Ao final do projeto procedeu-se à análise dos dados dos questionários. Os resultados obtidos foram transferidos para um banco de dados elaborado no Microsoft Excel 2007 e analisados através do programa Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 (SPSS®), com análise descritiva dos dados, de levantamento de frequência simples e relativa”.

Os resultados apontaram que a maioria dos participantes avaliou positivamente o trabalho, destacando uma melhor compreensão sobre o fenômeno, a orientação de como proceder com os casos, e como denunciar as suspeitas de abuso sexual infantil. Como sugestões, os participantes destacaram a necessidade de estender esse trabalho para outras instituições sociais.

A perspectiva teórica não foi especificada. O método se trata de um projeto de extensão desenvolvido pelo Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, no período de março a novembro de 2015.

Os resultados apontaram que “ao longo de março a novembro de 2015 foram realizados 24 encontros em 24 unidades escolares (um encontro por escola), chegando-se ao total de 646 participantes. Destes, 296 responderam ao questionário de avaliação. O combate desse grave problema social não deve se resumir em uma ação pontual e isolada, mas configurada como um programa contínuo que favoreça a articulação e o diálogo com outros segmentos institucionais, objetivando a criação de uma rede que ofereça suporte e recursos

para prevenir e reduzir o índice de crianças abusadas em nossa sociedade. Os dados desse trabalho de extensão universitária mostram que estratégias como essa desenvolvida nas escolas municipais de Volta Redonda/RJ podem corrigir conceitos e ideias errôneas acerca do ASI e da dinâmica da família incestogênica, favorecendo uma compreensão correta da população sobre esse problema para poder preveni-lo de maneira eficaz, impedir sua reprodução, ou mesmo nortear formas de notificação ou denúncia corretas dos casos”.

Infantil é o conceito que aparece é posto em perspectiva os conhecimentos relativos á problemática do abuso sexual infantil que familiares de vítimas possam ter. Ou seja, foi proposto a esse público encontros/reuniões que objetivaram o esclarecimento a cerca dos processos de violação sexual infantil assim também como os modos de sua prevenção.

O estudo de Dell’Aglío (2015) objetivou avaliar o desenvolvimento da linguagem, segundo o Teste de Triagem de Denver II, de crianças que frequentavam a educação infantil em Belém e verificar fatores associados do desfecho com as características familiares, ambientais e pessoais. O método trata-se de uma pesquisa transversal e de caráter descritivo exploratório. “Foi aplicado um questionário aos genitores para coletar os dados pessoais, contextuais e familiares e um instrumento para medição do nível de pobreza familiar”.

Não há perspectiva teórica especificada. Trata-se de um estudo transversal e de caráter descritivo exploratório. “Foram avaliadas 319 crianças que frequentavam as UEI distritos administrativos de Belém, no período de agosto a dezembro de 2012, sendo 56% (178) do sexo masculino e 44% (141) do feminino, com idades de 36 a 48 meses. Foi utilizado o processo de amostragem por conglomerado. A margem de erro do cálculo amostral ficou em 5% e o nível de confiança representa 95%. Foi aplicado um questionário aos genitores para coletar os dados pessoais, contextuais e familiares e um instrumento para medição do nível de pobreza familiar. Das 319 crianças avaliadas, 59,2% apresentaram resultado suspeito de atraso na linguagem, sendo que 62,4% (111) eram meninos e 55,3% (78) meninas. As variáveis que mostraram associação estatisticamente significativa com o nível de desenvolvimento da linguagem foram escolaridade paterna, idade materna e o nível de pobreza urbana”.

Destacou-se a importância da implementação de programas de estimulação e monitoramento sistemático, e da atenção para a interferência negativa dos fatores de risco nesse processo. “Existem graves consequências que um ambiente socioeconômico desfavorável ocasiona ao desenvolvimento infantil, e especial da linguagem. Ao serem comparadas a seus pares economicamente mais privilegiados, as crianças em situação de pobreza encaram disparidades que envolvem a família, à escola e comunidade que pertencem.

Por meio da análise e interpretação dos resultados foi possível averiguar alta prevalência de suspeita de atraso na linguagem dos participantes. Ressalta-se que o TTDD-II é teste de triagem, ou seja, que não realiza diagnóstico clínico”.

O conceito/termo utilizado foi infância. Onde se inferiu que na infância ocorre um processo contínuo e progressivo de aquisições e habilidades. No entanto, o processo desenvolvimental não ocorre da mesma maneira para todas as crianças.

Dell’Aglío (2016) objetivou discutir criticamente estudos brasileiros sobre a temática dos maus-tratos, buscando-se melhor compreender as características da violência perpetrada contra crianças e adolescentes, assim como os desafios para sua notificação. “Embora a legislação estabeleça a obrigatoriedade da proteção e garantia de direitos dessa população, dados epidemiológicos indicam altos índices de maus-tratos contra crianças e adolescentes brasileiros, especialmente relacionados à negligência e agressões físicas. Quanto às dificuldades para a notificação, os resultados evidenciam o despreparo de profissionais, receios de retaliação e desconhecimento do processo de notificação”.

Destaca-se a importância de investimentos em ações de prevenção à violência e de capacitação de profissionais, bem como a necessidade de uma maior articulação da rede de proteção.

Não apresenta uma teoria específica. E trata-se de um estudo teórico/documental. Foi feita a análise e discussão de pesquisas no contexto brasileiro referentes aos maus tratos a crianças e adolescentes. Os aspectos metodológicos dos estudos são levados em consideração, visto que as variadas formas de conceituar maus-tratos, as amostras e instrumentos utilizados, bem como os diversificados aportes teóricos que embasam as discussões, dificultam uma visão consensual sobre o fenômeno.

Como resultados o estudo aponta que “com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) se avançou muito em relação à proteção das crianças e adolescentes, também ao considerar de forma mais integral o contexto no qual estes estão inseridos. Entretanto, ainda que suas diretrizes apresentem ressalvas quanto a dificuldades econômicas, ainda é nas famílias pobres que ocorre a grande maioria das notificações, sendo estas também as mais sujeitas a sanções legais. Destaca-se que caberia aos profissionais que lidam com a população de crianças e adolescentes uma maior reflexão acerca desse processo. A falta de confiança no aparato estatal, aliado à falta de capacitação, faz com que a notificação não seja efetivada (SILVA et al., 2009), uma vez que existe a descrença na resolutividade da situação. Bazon e Faleiros (2013) situam as críticas ao sistema de proteção, aliadas ao medo de retaliações ou consequências negativas para a criança, enquanto fatores que diminuem as chances da

notificação ocorrer. Por sua vez, Luna et al. (2010) ressaltam que o tempo de formação, possuir pós-graduação, bem como saber para onde encaminhar as suspeitas, influenciam significativamente na notificação. Se faz necessária a implementação de políticas de educação e prevenção, com estratégias que possibilitem que cada vez menos casos necessitem de intervenções e que, quando necessárias, sejam realizadas o mais precocemente possível”.

A autora considera o século XX como o século da infância, devido ao surgimento de uma maior preocupação quanto aos direitos das crianças.

Dell’Aglia (2013) objetivou com esse estudo sistematizar evidências sobre a influência do nível socioeconômico no desempenho em tarefas de funções executivas. “A busca de artigos foi realizada nas bases ISI Web of Knowledge, Scopus, PsycINFO, Pubmed, Science Direct, EBSCO e BVS-PSI, entre 2000 e 2011. Foram selecionados 19 artigos, com base em critérios pré-estabelecidos. As características metodológicas dos estudos foram analisadas quanto à presença de amostra representativa, critérios de inclusão, controle de confundidores e tamanho de efeito. NSE influenciou o desempenho em FE em 17 estudos, sendo que a magnitude das diferenças entre os grupos de NSE foi geralmente moderada e fraca, de acordo com a função executiva e a idade”. Discute-se a relação entre variáveis socioeconômicas e funções executivas na infância/adolescência, assim como a relevância de estudos futuros com rigor metodológico.

A perspectiva teórica não foi especificada. É um estudo teórico. “Os resultados demonstraram que de 120 publicações encontradas nas buscas, 20 artigos foram selecionados a partir das bases de dados. A influência do NSE nas FE foi verificada em crianças, em crianças e adolescentes, e em adultos, totalizando 20 artigos. Destes, o único estudo com adultos foi excluído da presente revisão, uma vez que não haveria dados comparativos, resultando em um total de 19 artigos. Os artigos foram oriundos da América do Norte (9), América do Sul (3), Reino Unido (3), Ásia (1), Europa (2) e África (1). A maioria possui delineamento transversal (n=15), o que não permitiu evidenciar o aspecto desenvolvimental das FE”.

Em relação à frequência de publicações durante o período analisado, foi possível visualizar a importância que o contexto econômico vem tomando no estudo das FE a partir de 2009, com maior número de publicações em 2010 e 2011. “Os indicadores de NSE avaliados nos estudos foram principalmente escolaridade dos pais/escolaridade materna, renda familiar e ocupação parental, de forma isolada ou combinada em índices. A renda familiar foi avaliada diretamente pelo valor da remuneração mensal ou pelas necessidades de renda da família, que é calculada pela divisão do valor da renda familiar pelo limiar de pobreza oficial do respectivo país para o tamanho da família”.

Como esperado, a maioria das pesquisas sugere que um nível sócio econômico mais elevado influencia positivamente no desempenho em medidas de funcionamento executivo, enquanto condições socioeconômicas menos favoráveis estão associadas a mais dificuldades nessas medidas. “Nenhum dos fatores, pré-natais, cuidado parental e estimulação cognitiva, explica isoladamente a atuação do nível sócio econômico sobre o neurodesenvolvimento, sendo possível que exista uma interação desses fatores e que alguns deles afetem mais especificamente algumas funções cognitivas do que outras que ainda precisa ser investigado”.

É avaliado o desenvolvimento neuropsicológico por meio do nível sócio econômico (NSE) familiar, e suas influências no funcionamento das funções executivas (FE) na infância.

Segundo Von Hohendorff (2017), estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes geralmente recorrem aos serviços da rede de atendimento para a coleta de dados, e a formação de parcerias para a coleta de dados requer cuidadosa consideração aos preceitos éticos. “Este estudo objetivou apresentar e avaliar o processo de construção de uma parceria entre pesquisadores e serviços na execução de uma pesquisa sobre violência sexual contra meninos. As parcerias foram avaliadas por meio de entrevistas realizadas com cinco psicólogos dos serviços parceiros, que foram analisadas qualitativamente. Os resultados indicaram a adequação do processo de construção das parcerias, bem como possíveis ajustes. O desejo em estabelecer parcerias de longa duração foi relatado pelos psicólogos participantes”.

Teoria não especificada. Estudo empírico. “Participaram do estudo cinco psicólogos da rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de cinco cidades do Rio Grande do Sul. O número de participantes (5) foi igual ao de psicólogos dos serviços parceiros, os quais foram escolhidos por conveniência. Os psicólogos tinham entre 30 e 51 anos, quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. Dois psicólogos possuíam especializações (uma psicóloga possuía especialização em Psicologia Jurídica e em Terapia Familiar e de Casal e outra em Dependência Química e Promoção de Saúde e em Gestão de Organização Pública em Saúde). Quatro trabalhavam em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e uma em um serviço municipal (i.e., Equipe Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente). A experiência no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual variou entre dois e 13 anos. Foi utilizado um roteiro de entrevista para avaliação da parceria, dividido em três blocos de perguntas: 1. Avaliação geral, 2. Etapas da parceria, 3. Parcerias futuras. A duração média das entrevistas foi de 28 minutos. As entrevistas foram analisadas com o uso do software NVivo 10. A análise foi dividida em etapas, baseada na proposta de análise temática (BRAUN & CLARKE, 2006): (1)

familiarização com o material por meio da transcrição dos áudios das entrevistas e leituras subsequentes acompanhadas de anotações sobre o conteúdo; (2) identificação e seleção de estratos (i.e., trechos específicos das transcrições) mediante homogeneidade do conteúdo; (3) revisão dos estratos de acordo com a opinião expressa pelos profissionais sobre cada etapa da parceria; (4) revisão dos estratos com as opiniões dos profissionais referentes à cada etapa da parceria; (5) redação dos resultados”.

Como resultados observa-se a formalização de parcerias com cinco serviços, sendo esses de municípios distintos. Dois serviços não foram incluídos por não realizarem entrevistas com vítimas de violência sexual. Foi discutida com cada serviço a realização de um curso de extensão, no qual o tema da pesquisa seria abordado.

Os profissionais relataram tanto aspectos específicos da parceria estabelecida quanto de parcerias em geral. “Especificamente em relação à parceria estabelecida, foi mencionada a necessidade de maior aproximação do pesquisador e que nada precisaria ser mudado (“Mudaria algo? Não! Quem sou eu, né” – PC). Em relação às parcerias em geral, os profissionais citaram o caráter utilitarista de algumas parcerias (“A gente meio que se sente assim meio sugado às vezes, sabe? É meio que eu quero essa informaçãozinha, agora vou lá” - AP), o encastelamento da academia (“A academia se encastela muito, entendeu? [...] Eu acho que a gente tem que desencastelar. E eu acho que também não é uma coisa... Nunca é, né... só da academia. Sempre tem outro lado também”- AP) e a necessidade de parcerias prolongadas em detrimento de parcerias restritas a um projeto de pesquisa”. O estudo abordou o conceito de violência sexual infantil, especificamente em crianças do sexo masculino.

Weber (2013) em seu estudo buscou verificar a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de 5ª e 6ª série em duas escolas públicas e a utilização de práticas de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade infantil. Para isso, “foram verificados o peso e a altura das crianças para o cálculo do índice de massa corporal e também foi realizada uma entrevista semiestruturada, com base na literatura, com o diretor de cada escola. Os resultados apontaram que 13% das crianças estão com sobrepeso e 5%, com obesidade. Quanto às escolas possuírem ou não medidas para o controle do sobrepeso e obesidade infantil, constatou-se que nenhuma delas possui diretamente meios para o controle desse fenômeno”.

É sinalizada a importância para a inclusão de políticas públicas voltadas ao controle do excesso de peso das crianças. Sendo que a construção de hortas e pomares de frutas e a realização de palestras informativas para professores se mostra uma alternativa possível, para pais e crianças, considerando a infância um dos melhores momentos para a prevenção e obtenção de resultados positivos para o controle da obesidade.

A perspectiva teórica não está especificada. Trata-se de um estudo empírico. “Após o consentimento dos pais, foi verificado o peso e a altura de cada criança. Para isso, em um ambiente reservado, foram utilizadas uma balança e uma fita métrica. Em seguida, a pesquisadora realizou a entrevista com o diretor de cada escola participante, sendo que cada entrevista totalizou em média 20 minutos. Os resultados deste estudo apontaram ainda que calculando o IMC das crianças de acordo com a escola que frequenta, observou-se que não apresenta relação estatisticamente significativa, sendo a prevalência de obesidade para escola 1 de 3% e para a escola 2, de 7%. Para a análise qualitativa das escolas participantes foram escritas as perguntas e em seguida a análise das respostas dadas pelos diretores. A questão 1 que foi perguntada às diretoras era: “*Você ouviu falar nos últimos tempos sobre o tema: obesidade na infância?*”, dividida em duas categorias: ouvir falar ou não ouvir falar sobre esse tema; as duas diretoras afirmaram ter ouvido falar sobre esse tema. A questão 2, “*A escola possui alguma medida no controle da obesidade?*”, dividida em duas categorias: possuir ou não possuir alguma medida no controle da obesidade, mostrou que nenhuma das escolas tem alguma medida para esse tipo de controle. Em relação à atividade física, a questão 3 consistiu em descrever: “*Como são as aulas de educação física?*”, e as duas diretoras descreveram como sendo a maioria prática. A questão 4 era: “*Quantas aulas de educação física os alunos têm na semana?*” e as duas diretoras responderam que as crianças têm três aulas por semana. A questão 5 era sobre se “*A escola tem algum projeto de incentivo à atividade física?*”. “*A diretora da escola 1 (Escola DC) demonstrou vontade de ter esse tipo de atividade?*”.

Observou-se que as escolas não possuíam nenhum programa dedicado especialmente à questão do sobrepeso e da obesidade. O conceito abordado trata-se da obesidade na infância. “*A literatura é vasta no número de pesquisas que têm como objetivo verificar a prevalência de sobrepeso e obesidade infantil?*”.

Vasconcelos (2014) pretendeu analisar, neste estudo, a relação entre função apoio institucional e humanização, valendo-se da experiência realizada no Plano de Qualificação de Maternidades (PQM), para o qual a contribuição da Política Nacional de Humanização centrou-se justamente no objetivo de desenhar a função apoio institucional. Tendo por base o entendimento de que, para mudar o modelo de atenção e de gestão ao parto e nascimento, é preciso interferir em práticas de saúde ‘desumanizadoras’, no PQM o apoio institucional se constituiu como fio condutor, cujo escopo foi o de, por meio da criação de espaços coletivos de análise e interferência nas práticas, tecer uma rede coletiva de produção de saúde materna e infantil.

Não há especificação da teoria. Trata-se de um estudo teórico. Foi realizada a apresentação e discussão das práticas caracterizadas como desumanizadas no contexto da atenção na rede SUS e caracterização e defesa de práticas sobre a base da PNH (Política Nacional de Humanização).

Como resultados percebe-se que mediante “a operação da função apoio institucional, colocam-se em análise as relações estabelecidas entre os sujeitos e suas práticas; levantam-se, coletivamente, situações que possam funcionar como analisadoras do processo de trabalho, indicando problemas e possibilidades de enfrentamentos; buscam-se situações-analisadoras que tragam consigo a possibilidade de desestabilizar práticas ‘desumanas’ naturalizadas no cotidiano de trabalho em saúde. Sendo assim, no PQM, o apoio institucional atuou perturbando tendências tecnocráticas de se lidar com os eventos que envolvem o entorno da gravidez, do parto e do nascimento”.

Conceito/termo empregado no estudo: Infantil. Foram discutidas as questões da saúde infantil, do acompanhamento de bebês e suas mães, da humanização de práticas perinatais e do cuidado materno e infantil.

“Indicadores emocionais maternos como a ansiedade têm sido considerados como condições de adversidade ao desenvolvimento infantil”, Rodrigues (2017). Neste estudo foram observadas peculiaridades e uma diversidade de achados em relação a problemas de comportamento e a outros distúrbios debilitantes em crianças ao longo do ciclo vital. O presente estudo objetivou identificar e associar indicadores clínicos para a ansiedade materna com os indicadores de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes de 83 crianças com fissura labiopalatina, com idade entre três e cinco anos. “Os instrumentos utilizados foram, protocolo de entrevista, Idate e CBCL. Os resultados apontaram que as crianças que convivem com mães com indicadores clínicos para ansiedade apresentaram prevalência de comportamentos internalizantes e externalizantes. Para os meninos (37,5%) seriam identificados mais problemas de comportamento externalizantes enquanto que para as meninas (60,0%), mais problemas de comportamento internalizantes. Das mães identificadas com ansiedade avaliaram suas crianças como clínicas em problemas externalizantes”.

Considera-se que as informações acima referidas podem contribuir para o planejamento de ações preventivas e interventivas, de modo a favorecer o suporte psicológico para as mães que apresentam indicadores clínicos para ansiedade, assim como propor medidas para os problemas comportamentais das crianças que convivem com mães ansiosas. Não foi especificada nenhuma perspectiva teórica.

Trata-se de um estudo empírico. “Sendo a ansiedade avaliada em termos de Traço e Estado, os resultados apresentam que das 83 mães avaliadas, 25,3% apresentaram Ansiedade Traço Clínica e 15,7% Ansiedade Estado Clínica. Das 13 mães avaliadas com A-Estado, oito (61,5%) delas avaliaram seus filhos com indicadores clínicos para problemas de comportamento externalizante, 11 (84,6%) para total de problema e 11 (84,6%) com déficit de atenção e hiperatividade e das 70 mães com A-Estado controlada, 18 (25,7%) avaliaram seus filhos com problema externalizante, 28 (40%) com total de problema e 30 (42,9%) com déficit de atenção e hiperatividade. Estes resultados indicam que a ansiedade materna pode trazer problemas comportamentais especificamente do tipo externalizante para as crianças com fissura labiopalatina, uma vez que os dados mostraram associações significativas para déficit de atenção e hiperatividade, problemas de conduta e problemas de desenvolvimento. Podemos destacar que os indicativos clínicos para a ansiedade é um fator de risco para o desenvolvimento de problemas comportamentais externalizantes nas crianças com fissura labiopalatina, sendo a A-Estado para os problemas totais e déficit de atenção e hiperatividade, enquanto que a A-Traço para os problemas totais, problemas de desenvolvimento, déficit de atenção e hiperatividade e problemas de conduta”.

O conceito/termo é o infantil. Foram avaliadas as condições de adversidade ao desenvolvimento infantil. E conseqüentemente seu comportamento.

“Apesar do incentivo da Organização Mundial da Saúde para garantir a amamentação, há contraindicações que podem torná-la temporária ou inviável”, Rodrigues (2016). Considerando-se então os esforços dos órgãos públicos brasileiros para atendimento desta meta, buscou-se no presente estudo: analisar em documentos oficiais do Ministério da Saúde e secretarias estaduais do Brasil, informações importantes sobre o aleitamento natural e artificial; identificar em que medida os documentos disponíveis apresentam informações a mães que amamentam e mães que oferecem aleitamento artificial. “Selecionou-se onze manuais nacionais e oito estaduais, publicados de 2007 a 2013, a partir dos endereços eletrônicos das secretarias de saúde, nacionais e estaduais do Brasil. A maioria dos estados referendou os documentos já disponíveis no Ministério da Saúde. Em todos houve grande enfoque quanto aos benefícios da amamentação exclusiva até o sexto mês de vida”.

Outras informações atenderam também ao critério de alimentação complementar, atendimento à mãe por profissionais da saúde, divulgação de programas em prol da amamentação, direitos das mães e características culturais e étnicas. As informações sobre aleitamento artificiais limitaram-se ao relato de contraindicações para o mesmo.

Não foi identificada nenhuma perspectiva teórica. Trata-se de um estudo teórico. Onde foi feita uma análise documental. “Os resultados demonstraram que sobre a quantidade a ser oferecida em regime de aleitamento artificial, o tema foi pouco abordado, apareceu em apenas um dos manuais nacionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b). A frequência de oferta do aleitamento materno foi abordada pela maioria dos manuais, apontando, sobretudo para a oferta em demanda livre, respeitando-se o ritmo e necessidade de cada bebê (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, 2010a; Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2012; Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, 2007a, 2007b, 2007c, 2007d). Já a frequência do aleitamento artificial foi abordada por apenas um manual nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b). Os cuidados de higiene foram mais detalhadamente explicados no manual do Ministério da Saúde (2012a). Os demais manuais nacionais abordaram o tema ao discutir sobre o cuidado das mamas, principalmente durante as atividades de ordenha e armazenamento de leite materno para pasteurização. A alimentação complementar foi abordada parcialmente nos manuais nacionais. Nos estaduais, foi destacada em Minas e no Mato Grosso do Sul. As citações relativas ao leite materno indicaram a introdução de alimentos após o sexto mês de aleitamento materno exclusivo como importante medida para nutrição e saúde infantil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, 2010a, 2010b; SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, 2012; SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO MATO GROSSO DO SUL, 2007a, 2007b, 2007c), corroborando os estudos de Thakur et al. (2015) e as orientações de Opas (2013). “Também estiveram presentes as contraindicações à amamentação e os serviços de apoio à mãe que amamenta, principalmente dos bancos de leite, salientando a importância da formação da equipe técnica no acompanhamento da mãe-nutriz (DAVANZO ET AL., 2014; SANTIAGO, 2013)”.

Conceito/termo: Infantil. Tratou-se do aleitamento infantil. Foi abordada a amamentação como processo importante no desenvolvimento do bebê.

Rodrigues (2017) objetivou identificar, com este estudo, problemas de comportamento de 83 crianças com fissura labiopalatina e testar a correlação entre esses problemas e as variáveis, sexo, idade e tipo de fissura. “Os instrumentos utilizados foram: Protocolo de Entrevista e o CBCL. Procedeu-se a análise descritiva dos dados utilizando medidas de frequência e porcentagem e, para as associações, foi realizado o Teste Estatístico do Qui-quadrado. Os resultados mostraram maior frequência de problemas de comportamento externalizantes em meninos. Verificou-se porcentagem maior de problemas internalizantes (62,2%) e problemas totais (46,7%) em crianças mais velhas. Quanto à relação entre tipo de fissura e problemas comportamentais pode-se constatar a prevalência de comportamentos

internalizantes, independentemente do tipo. Considerando o perfil comportamental que compõem as escalas internalizantes e externalizantes, foi observada uma associação entre sexo e comportamento agressivo, com destaque para os meninos; idade e comportamento agressivo, com destaque para 3 a 4 anos e 3 meses e, tipo de fissura pré-forame e transforame e comportamento internalizante, com destaque para os problemas de ansiedade/depressão (50% e 27,1% respectivamente)”.

Considera-se que estes resultados podem contribuir para o planejamento de ações preventivas e interventivas, visto que os comportamentos internalizantes e externalizantes reduzem as oportunidades de interações adequadas e, conseqüentemente, de desenvolvimento social.

Não há especificação da perspectiva teórica utilizada. Este é um estudo empírico. “Os resultados mostraram maior frequência de problemas de comportamento externalizantes em meninos. Verificou-se porcentagem maior de problemas internalizantes (62,2%) e problemas totais (46,7%) em crianças mais velhas. Quanto à relação entre tipo de fissura e problemas comportamentais pode-se constatar a prevalência de comportamentos internalizantes, independentemente do tipo. Considerando o perfil comportamental que compõem as escalas internalizantes e externalizantes, foi observada uma associação entre sexo e comportamento agressivo, com destaque para os meninos; idade e comportamento agressivo, com destaque para 3 a 04 anos e 03 meses e, tipo de fissura pré-forame e transforame e comportamento internalizante, com destaque para os problemas de ansiedade/depressão (50% e 27,1% respectivamente). Os dados mostram que não há, para a população estudada, associação significativa entre idade e as dimensões do DSM avaliadas pelo CBCL. Observou-se porcentagem maior de problemas externalizantes e problemas de comportamento totais para os meninos. De maneira geral, tais dados são compatíveis com a literatura quando revela maior frequência de comportamentos externalizantes entre os meninos e internalizantes entre as meninas, também independente da existência da fissura (BLATT-EISENGART et al., 2009; LOOSLI & LOUREIRO, 2010; NOPOULOS et al., 2010). Os resultados do presente estudo não revelaram correlações significativas entre as dimensões do DSM avaliadas pelo CBCL, as variáveis sociodemográficas da criança (sexo e idade) e o tipo de fissura. No entanto, independentemente do sexo, idade e tipo de fissura, em torno de 30% das crianças participantes apresentaram, segundo relato das mães, problemas de desenvolvimento, quando comparadas às outras dimensões avaliadas”.

Foi verificado o comportamento infantil, ou seja, crianças com fissura labiopalatina relacionadas a problemas de comportamento relacionados às variáveis, sexo, idade e tipo de fissura.

Diante da inferência de que a saúde mental materna é apontada como um fator que influencia diretamente a presença ou não de prejuízos sócioemocionais na vida da criança. E uma vez que a depressão constitui o principal transtorno mental a atingir a população feminina na idade reprodutiva, Freitas (2014), propôs com este estudo investigar a relação entre depressão materna e problemas de comportamento em crianças de 7 a 11 anos. “Participaram do estudo 21 pares de crianças-mães selecionadas de uma escola pública da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. A idade média das crianças era de 8,09 anos ($dp = 0,91$) e das mães 28,17 anos ($dp = 3,27$), sendo que 51,7% das crianças eram do sexo masculino. A depressão materna foi avaliada através do Inventário Beck de Depressão (IBD) e os problemas de comportamento infantil foram avaliados através do Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência (CBCL). Na análise dos dados foi utilizada estatística descritiva e inferencial. Os resultados demonstram que a depressão materna explica uma porcentagem de variação no CBCL de 30,2% a 31,3% para as subescalas, problemas de socialização, problemas de pensamento e quebra de regras. Foram encontradas correlações moderadas e significativas entre a depressão materna e problemas de socialização, problemas de pensamento, quebra de regras e agressividade. Na comparação entre os grupos de crianças de mães com depressão e mães saudáveis, apenas foram encontradas diferenças nas subescalas problemas de pensamento e quebra de regras”.

A perspectiva teórica não foi especificada. Trata-se de um estudo empírico. “Os resultados da avaliação da depressão materna revelam que, das 21 mães, 13 (61,9%) apresentam um nível mínimo de sintomas, 03 (14,3%) sintomas leves e 05 (23,8%) sintomas moderados para depressão, sendo que, ao todo, 5 mães estão acima do ponto de corte para depressão. Quanto à presença ou não de problemas de comportamento nas 21 crianças avaliadas, 14,2% (3) das crianças apresentam problemas de ansiedade-depressão, 14,2% (3) retraimento, 9,5% (2) queixa somática, 9,5% (2) problemas de socialização, 23,8% (5) problemas de pensamento, 4,7% (1) problemas de atenção, 9,5% (2) quebra de regras e 9,5% (2) agressividade”.

Em suma os resultados demonstraram que a depressão materna influencia diretamente no comportamento dos filhos, tanto nos comportamentos ditos internalizantes, como externalizantes. Sendo encontradas significativas correlações entre a depressão materna e problemas de socialização, problemas de pensamento, quebra de regras e agressividade. Na

comparação entre os grupos de crianças de mães com depressão e mães saudáveis, apenas foram encontradas diferenças nas subescalas problemas de pensamento e quebra de regras. Questões abordadas sobre o conceito: Problemas de comportamento infantil.

Segundo Martins (2016) as relações entre a educação e a medicina estão presentes desde o início da revolução industrial, que precisava, para o seu desenvolvimento, de grandes contingentes de pessoas com um mínimo de educação formal e em boas condições de saúde. Diante disso o autor propôs, para uma melhor compreensão desse fenômeno, uma discussão sobre a organização da medicina moderna, a qual teve, entre suas produções, a criação do movimento higienista, segundo o qual, para o desenvolvimento do país, era necessário que as famílias e suas crianças recebessem uma nova educação. “Decorrente desse movimento, a partir da segunda metade do século XX, inicia-se o processo de identificação e tratamento de doenças que prejudicariam a aprendizagem dos alunos. Essa busca de patologias indica que estão sendo levadas para a área médica algumas questões educacionais, assim como ela pode estar encobrindo as crianças que têm altas habilidades. Nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo avaliar as concepções de três profissionais de saúde que atendem a crianças encaminhadas por escolas, de maneira a discutir as implicações dos resultados para a educação”.

Constatou-se que crianças as quais apresentam condutas mais ativas, em determinadas situações, ou são quietas e mesmo passivas, em outras, não devem ser caracterizadas como patológicas e passíveis de medicalização, pois essas condições não são adequadamente avaliadas na escola e nos consultórios médicos e/ou psicológicos. Tais procedimentos podem ter erros e não permitir que crianças com capacidade elevada tenham oportunidades de se manifestarem.

Este estudo não especifica a perspectiva teórica utilizada. Trata-se de um estudo empírico. “Os dados foram obtidos através do estudo de caso realizado com três profissionais do sexo feminino, da área da saúde, sendo duas médicas – que distinguiremos como profissional (A) e profissional (B) – e uma psicóloga, descrita como profissional (C). Elas estão com 40, 37 e 52 anos de idade, respectivamente. Junto com outros profissionais, elas formam uma equipe multidisciplinar em um Ambulatório Regional de Especialidades (ARE) em uma cidade do interior do estado de São Paulo com pouco mais de 400 mil habitantes”.

No que diz respeito ao TDAH, as profissionais afirmaram conhecimento do tema. Elas caracterizaram o TDAH de forma similar, como aponta o relato da profissional B; “segundo ela, a agitação psicomotora, a inquietação, a dificuldade de atenção e concentração são características do TDAH. Entre as marcas específicas, as profissionais atribuíram à

característica de serem mais falante apenas ao TDAH, entretanto, de acordo com Guenther (2012), crianças com dotação e talento as quais possuem capacidade verbal podem revelar tal comportamento. O processo da medicalização, segundo Guarido (2010), nasce como uma expressão da difusão do saber médico com o discurso comum. Serve ainda como confirmação da suspeita de médicos e professores, na construção do diagnóstico sobre a criança vista como incapaz de aprender, submetendo-a ao consumo de drogas psicotrópicas (GARRIDO; MOYSÉS, 2010)”.

Os resultados mostram que, embora as profissionais afirmem que conhecem a Dotação, o Talento e o TDAH, elas relacionam algumas características, como a inquietação e a falta de atenção, como pertencendo somente ao TDAH. Crianças que apresentam condutas mais ativas, em determinadas situações, ou são quietas e mesmo passivas, em outras, não devem ser caracterizadas como patológicas e passíveis de medicalização, pois essas condições não são adequadamente avaliadas na escola e nos consultórios médicos e/ou psicológicos.

A Discussão no estudo gira em torno da patologização e medicalização da infância. Os cuidados pedagógicos no século XIX, no Brasil, refletiram as influências da medicina, psicologia e outras áreas. “Esse olhar pedagógico buscava a homogeneização educacional, através de uma higienização dos corpos (sic) das crianças, a qual deveria eliminar os possíveis transtornos de aprendizagem, de modo que elas a pudessem aferirem de forma verdadeiramente efetiva (GERALDI, 2013)”.

Martins (2013) investigou os juízos a respeito da virtude generosidade ou justiça de professores da educação infantil e compará-los com os das crianças. “Foram entrevistados 26 professores e 90 crianças de 4, 5 e 6 anos de idade desse nível de ensino. O instrumento utilizado foi um dilema moral em que a protagonista da história teria de optar entre dar um prêmio para a criança que fez o desenho mais bonito (justiça) ou para a criança que estava triste (generosidade). Os resultados indicaram que a justiça é a virtude mais valorizada pelas professoras e que já é valorizada pelas crianças, podendo ser uma necessidade para elas. E a generosidade é mais valorizada pelas crianças do que pelas professoras”.

A perspectiva teórica não foi especificada. Este é um estudo empírico. Os participantes da pesquisa foram alunos e professores da educação infantil de quatro escolas municipais de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo. “As crianças eleitas foram aquelas que obtiveram a autorização de seus responsáveis para participar da pesquisa e elas têm idades entre quatro e seis anos, com amostra de 90 crianças, 30 crianças de cada idade, divididas igualmente por sexo (30 crianças de quatro anos, 15 meninas e 15 meninos; 30 crianças de cinco anos, 15 meninas e 15 meninos; e 30 crianças de seis anos, 15

meninas e 15 meninos). Os professores da pesquisa são todos aqueles que lecionam para as quatro escolas selecionadas e que aceitaram participar da pesquisa, correspondendo ao número de 26 participantes. A entrevista clínica piagetiana foi utilizada como método para a coleta de dados (PIAGET, 1975, 1994; DELVAL, 2002)”. Como instrumento foi aplicada uma história-estímulo no formato de dilema moral, para ambos os grupos, professores e crianças, sendo que para as crianças foi necessária a construção de desenhos ilustrados. “A história-estímulo foi construída com seu respectivo desenho ilustrado, um, com personagens femininos, para as meninas e outro, com personagens masculinos, para os meninos”.

Os dados do estudo mostraram que a maioria das crianças sente compaixão pela criança da história, pois mencionam que o sofrimento da criança que perdeu seu cachorrinho é motivo para que a professora dê o prêmio a ela. “Acredita-se que a maioria das crianças elegeu a generosidade do professor porque pode ser que elas ajam ainda por obediência à autoridade, mas também, pode haver algo a mais que a coação na relação das crianças com o professor, pois a criança pequena, em razão do realismo moral, ainda confunde o seu eu com o eu dos mais velhos, mas já começa a perceber outras necessidades (PIAGET, 1932/1994). Possivelmente, se poderia dizer que o sentimento de compaixão coexiste com a submissão à autoridade nos julgamentos da maioria das crianças desta pesquisa. Segundo as imagens que as crianças têm do professor, 77,8% acham que o professor dará o prêmio para quem fez o desenho mais bonito e agirá com justiça e 22,2% acham que o professor dará o prêmio para a menina que está chorando, por sentimento a ela, e agirá com generosidade. Em relação à primeira questão do dilema, a maioria das professoras (84,6%) se baseia na justiça e, nesta questão, 61,5% julgam que agiria segundo a justiça. Verifica-se que há mais professoras que julgam os atos do protagonista (primeira questão) que professoras que julgam seus próprios atos baseados na justiça. Provavelmente, essas professoras acham que agir segundo a justiça é a forma ideal de conduzir as situações em sala de aula e, dessa forma, também julgam que seus atos devem se basear pela justiça, mas em menor proporção. Houve concordância entre as respostas das crianças e as das professoras em relação a dar o prêmio para quem ganhou o concurso por merecimento”.

Foi realizada uma investigação dos juízos a respeito da virtude generosidade ou justiça de professores da educação infantil em comparação com os das crianças.

“O comportamento agressivo de crianças pequenas preocupa muitos pais e profissionais que atuam na educação infantil. Ações como chutar, empurrar, bater e agressões verbais como gritar, xingar e discutir são observadas cada vez mais entre crianças. A multiplicidade de fatores envolvidos na conduta agressiva aponta para uma diversidade de

teorias que abordam o tema”. Martins (2015) apresentou neste estudo considerações sobre as principais formas de manifestação do comportamento agressivo em crianças e possíveis intervenções que podem ser realizadas no contexto escolar. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para seleção de artigos científicos e outros textos que constituem a bibliografia consultada. Postula-se que a primeira infância é um período crítico quanto à presença de problemas de comportamento, e intervenções mostram-se eficazes quando planejados de acordo com as características da escola, dos profissionais envolvidos e das famílias.

Perspectiva teórica não especificada. Trata-se de um estudo teórico. “A pesquisa bibliográfica realizada na página eletrônica Scielo aconteceu entre os meses de dezembro de 2014 a janeiro de 2015, e as palavras chave usadas na busca foram agressividade, comportamento agressivo, infância, escola, intervenção. Os sete artigos selecionados dividem-se em três temas principais: “agressividade e habilidades sociais”, “resolução de conflitos” e “formação continuada de professores”. Além dos artigos científicos, a bibliografia consultada é constituída de livros, capítulos de livros e outros textos acadêmicos”.

Como resultados observa-se que “intervenções mais específicas, como orientação e atenção a crianças que estão agressivas, quanto àquelas direcionadas para o favorecimento de um ambiente cooperativo e de respeito mútuo necessitam ser planejadas e estudadas pelos profissionais envolvidos e constantemente avaliadas, com o objetivo de verificar se os objetivos estão sendo atingidos ou não”.

A má preparação da equipe acadêmica, e a indiferença da própria escola são dificultadores no processo interventivo. “A agressividade infantil não possui causa única e merece atenção dos familiares, equipe escolar e demais profissionais envolvidos com o desenvolvimento humano”. As variáveis que influenciam no surgimento e expressão dos comportamentos agressivos são múltiplas e tem origem em fatores biológicos, psicológicos, evolutivos, culturais, sociais e emocionais, além do contexto familiar, práticas educativas parentais e características pessoais. Discute-se sobre a agressividade infantil.

Segundo Enumo (2015) “o câncer infanto juvenil é uma doença que causa desequilíbrio físico, emocional e social em toda a família, especialmente na mãe, que é uma fonte importante de cuidado no processo da doença”. Diante disto a autora analisou o impacto familiar da leucemia em quatro estágios da doença: após o diagnóstico (mãe 1), durante o tratamento (mãe 2), manutenção (mãe 3) e cuidados paliativos (mãe 4). “Em aplicações individuais, as mães responderam ao Peds QLTM Family Impact Module, com 36 itens e oito dimensões. Todas as famílias foram afetadas pela doença, diferencialmente em cada fase e

dimensão, em ordem decrescente: M4 (cuidados paliativos) – M2 (tratamento) – M1 (diagnóstico) – M3 (manutenção); com maior impacto em atividades diárias (M2) e funcionamento cognitivo e relacionamento (M4). Avaliar esses casos clínicos, considerando o estágio da doença e variáveis emocionais maternas, pode subsidiar intervenções no processo de enfrentamento de um dos maiores estressores da vida, que é a ameaça de morte do filho”.

A perspectiva teórica não foi especificada. Trata-se de um estudo empírico. “As mães tinham entre 32 e 49 anos de idade (Me = 36,5 anos); a maioria tinha o ensino médio completo e era casada; elas tinham de um a três filhos, com idade variando de 2 a 33 anos. Todas cuidavam do filho doente em tempo integral e não exerciam atividades profissionais. As crianças tinham entre 7 e 13 anos e estavam matriculadas em escolas: três no ensino fundamental e uma no ensino médio; entretanto, três delas (C1, C2, C4) estavam impossibilitadas de frequentar aulas por causa do tratamento, que exigia internação hospitalar”.

As crianças tinham diagnóstico de leucemia linfoblástica aguda (LLA). “Eram atendidas por uma casa de apoio sem fins lucrativos de uma cidade do interior de Minas Gerais, cujo objetivo era oferecer suporte às crianças e aos adolescentes com doenças onco-hematológicas e outras hemopatias, e às suas famílias. Os critérios de inclusão foram: ser o cuidador um familiar, não exercer o cuidado de forma remunerada e concordar em participar da pesquisa espontaneamente. Os critérios de exclusão foram: cuidador ter menos de 18 anos de idade, exceto se fosse a mãe da criança, e não responder a todos os instrumentos psicológicos da pesquisa”.

Os resultados mostram que as mães da amostra estavam lidando com a doença do filho em tempos e circunstâncias diferentes por isso os resultados são diferenciados. “Em ordem decrescente de impacto total da doença, tem-se a sequência, em termos de médias de pontos na escala: M4 (cuidados paliativos) – M2 (tratamento/transplante) – M1 (diagnóstico) – M3 (manutenção); no entanto, notam-se escores próximos para M1 (diagnóstico) e M2 (tratamento/transplante)”.

As preocupações das mães estavam centradas na vida cotidiana no hospital, onde as responsabilidades e exigências da nova rotina lhe tomaram tempo, energia de um modo que reconfigurou toda sua rotina. Análise dos dados dessas quatro mães possibilitou verificar que a doença tem impacto diverso em cada família que lidava com a doença em tempos diferentes. No primeiro momento, ao choque no diagnóstico da doença soma-se o impacto de cuidar do filho, gerando perturbações psicológicas, emocionais e físicas. Discutem-se os cuidados na leucemia infantil.

Enumo (2017) objetivou com este estudo a inserção/reinserção das crianças e adolescentes com Doença Renal Crônica na escola uma vez constatado, pelo serviço psicopedagógico, que as mesmas não estavam frequentando as instituições regulares de ensino. Para tanto, foram realizadas visitas técnicas às escolas visando compreender a situação global da criança no meio escolar bem como instrumentalizar a equipe escolar com as informações necessárias sobre a Doença Renal Crônica e seus consequentes cuidados nutricionais, emocionais e sociais. “As visitas às escolas das crianças promoveram entrevistas e diálogos com toda a equipe escolar sendo possível observar e ouvir discursos dos profissionais envolvidos diretamente com a criança nos quais, os mesmos, consideravam-se “despreparados” e “mal informados” sobre a doença. Este estudo ressalta a importância da parceria eficaz das equipes: hospitalar e escolar quanto à manutenção da escolaridade do paciente com Doença Renal Crônica”. Ainda, para futuras ações, visa-se à sistematização da intervenção psicoeducativa.

Perspectiva teórica não mencionada. Trata-se de um estudo empírico: “O Setor de Hemodiálise possui capacidade para atender 56 pacientes adultos e oito crianças. No momento que foi realizado este trabalho, contava com 42 pacientes adultos e 04 crianças, sendo o único serviço de referência em Uberlândia e região para o atendimento de crianças dependentes de hemodiálise. Fisicamente a unidade de hemodiálise do HC-UFU é dividida em três salões para atendimento de crianças, adultos sorologia negativa e adultos sorologia positiva para vírus Hepatite B”.

As informações encontradas pelo serviço psicopedagógico através das anamneses junto às famílias, revelaram as dificuldades e limitações das mesmas para inserir as crianças na escola, tais como: internações recorrentes; dificuldades e limitações com o tratamento; não aceitação da escola e dificuldades peculiares de cada criança. “As visitas às escolas das crianças oportunizaram entrevistas e diálogos com toda a equipe escolar”. Foi possível observar no discurso, dos profissionais envolvidos diretamente com a criança (professores, pedagogos entre outros), que se consideram “despreparados” e “mal informados” sobre a doença, solicitando esclarecimentos sobre a mesma. Discute-se a criança em situação de doença crônica e sua reinserção ao ambiente escolar.

Segundo Enumo (2013) as crises de dor crônica ou aguda, de diferente intensidade e recorrência imprevisível, são um dos sintomas mais frequentes na Anemia Falciforme e tendem a afetar a qualidade de vida dos portadores da doença. Logo, este estudo procurou descrever e comparar a percepção do episódio doloroso da Anemia Falciforme entre crianças e seus cuidadores. “Participaram 27 pares de cuidador/criança, sendo 11 pares formados por

crianças atendidas no Ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes de Vitória/ES e 16 pares compostos por crianças que frequentavam o Hemocentro de Cuiabá/MT. Os resultados revelaram diferença na percepção de cuidador e criança sobre a caracterização da dor no que se refere ao tipo e à intensidade. As crises de dor interferem, sobretudo, nas atividades do cotidiano. A estratégia de enfrentamento mais utilizada por ambos os grupos centrou-se em pensamentos que envolveram os aspectos negativos da experiência indesejada, o que indica a necessidade de intervenção psicológica com esta população”.

A Perspectiva teórica não especificada. Estudo empírico, onde se utilizou o método de estudo descritivo-comparativo (Meltzoff, 2001), o qual procurou descrever e comparar a percepção do episódio doloroso da Anemia Falciforme entre crianças e seus cuidadores.

Para a maioria das crianças a dor foi considerada do tipo forte, já para seus cuidadores a dor foi considerada do tipo moderada. “Quanto à presença de crise de dor recente, isto é, na última semana vivida pelas crianças, tanto crianças quanto cuidadores em maior frequência não evidenciaram presença de crise de dor. Além disso, o estado geral da criança na última semana foi percebido pelas crianças e cuidadores como condição geral de saúde de bem estar, principalmente, pelos cuidadores. Quando avaliadas sobre o impacto da dor nas atividades de vida diária das crianças, houve concordância entre as respostas, indicando seu impacto, sobretudo nas atividades cotidianas (dormir, sentar, deitar e comer) e de lazer (brincar, ver televisão e passear)”.

Observou-se diferença em relação à intensidade da última dor percebida pelas crianças e pelos cuidadores, os quais subestimaram a dor dos filhos. “Elas se referiram à dor como um “aperto”, enquanto seus cuidadores tinham a sensação de que a dor dos seus filhos era, sobretudo, do tipo “em fincada”, “profunda” e “moendo””. Esses resultados permitiram considerar que, devido ao caráter subjetivo e multidimensional da dor, sua mensuração e/ou definição pode ser difícil por qualquer outra pessoa que não aquela que a sente. Dificuldade que ocorre, sobretudo na infância, diante das características desenvolvimentais da criança, conforme afirmam Murta (1999) e Guimarães (1999). De acordo com os resultados do presente estudo, fica evidente o quanto o desafio de estudar a dor em crianças é complexo, sobretudo diante de sua natureza subjetiva e das inúmeras variáveis que podem servir como mediadoras da experiência dolorosa. Discute a anemia falciforme em crianças.

Enumo (2014) justifica seu estudo enfatizando que condições associadas à hospitalização e tratamentos de crianças com câncer têm sido identificadas como fontes de estresse, sendo pertinente estudar as estratégias de enfrentamento utilizadas por essas

crianças. Dito isto a autora objetivou comparar duas metodologias de avaliação do enfrentamento em contexto de hospitalização pediátrica. “Dezenove crianças com câncer, com idade entre 06 e 12 anos, em tratamento em um hospital português, responderam ao Kidcope e ao Instrumento para Avaliação das Estratégias de Enfrentamento da Hospitalização. Além disso, também os cuidadores avaliaram a adaptação da criança ao hospital”.

Os resultados apontaram baixos níveis de perturbação comportamental e sofrimento, tanto na avaliação das crianças quanto na dos pais. A amostra apresentou ainda diversidade de estratégias de enfrentamento, bem como preponderância de comportamentos facilitadores em ambas as escalas, com predominância de suporte social e distração, mas também a presença de pensamento mágico e ruminação.

A perspectiva teórica não foi especificada. Este é um estudo empírico que foi realizado no Serviço de Pediatria de um hospital público especializado em doenças oncológicas, localizado em Lisboa, Portugal. “Foi feita uma análise descritiva dos resultados obtidos nos dois instrumentos e na resposta do cuidador sobre a adaptação da criança. Posteriormente, investigou-se a existência de associações estatisticamente significativas entre duas variáveis, através do Coeficiente de correlação r de Pearson para variáveis de intervalo e o Teste não paramétrico do Qui-quadrado de Pearson para variáveis nominais”.

De modo geral, os pais consideraram a adaptação do filho tão boa ou melhor que a das outras crianças. “Os resultados mostraram o uso predominante de estratégias de enfrentamento avaliadas pelas crianças como bastante ou moderadamente eficazes, em especial as estratégias de enfrentamento ativo (suporte social, reestruturação cognitiva e regulação emocional) e de esquiva (distração e pensamento mágico). Mostra, ainda, o uso reduzido de estratégias que as crianças avaliaram como pouco eficazes, de enfrentamento negativo (autocrítica). A identificação das estratégias de enfrentamento das crianças, feita com base nas suas justificativas, mostrou, para cada criança, uma média de 6,89 estratégias de enfrentamento. As estratégias mais relatadas foram: busca de suporte, distração, ruminação e resolução de problemas; e as menos relatadas foram negociação, delegação e oposição. Houve, assim, preponderância de estratégias associadas a comportamentos facilitadores; a ruminação foi o único comportamento não facilitador com frequência elevada”.

Diante da comparação dos instrumentos verificou-se que o instrumento Kidcope, por ser uma escala breve e de fácil manejo, permite examinar uma grande variedade de estratégias de enfrentamento que cada criança poderá utilizar ou não, de forma rápida e objetiva. Além disso, esse instrumento permite avaliar a eficácia subjetiva atribuída a cada estratégia. “Por

sua vez, o AEH consiste numa metodologia lúdica, apelativa e inovadora, eventualmente mais interessante para crianças mais novas, e tem a grande vantagem de permitir obter dados qualitativos subjetivos sobre a experiência idiossincrática de cada criança. No entanto, seus resultados podem ser um pouco mais difíceis de interpretar, pelo fato de esse instrumento se basear num conceito de enfrentamento mais amplo, que considera não somente as respostas, comportamentos ou instâncias de enfrentamento relatadas, mas também pretende deduzir as estratégias de enfrentamento funcionalmente relacionadas e hierarquicamente superiores (SKINNER et al., 2003)”.

O estudo apresentou a criança em situação de hospitalização. Foi feita uma comparação entre dois métodos avaliativos de estratégias de enfrentamento na hospitalização.

Em suma, tanto os autores que discutem a infância como os que discutem a criança, não se atêm na apresentação do conceito em si, ou os pressupostos que subsidiam a utilização dos referidos conceitos. Os estudos abordam as temáticas infância e criança atreladas às mais diversas questões.

A partir desta análise podemos observar que são quarenta e sete (47) estudos empíricos (o uso no texto do termo experimental ora empírico foi usado partindo da afirmativa que cada autor utilizou em seus artigos) e vinte e seis (26) estudos teóricos. Em relação às perspectivas adotadas nos estudos, dos setenta e três (73) artigos analisados quarenta (40) não especificaram a perspectiva teórica abordada. As perspectivas teóricas identificadas serão apresentadas no quadro a seguir por ordem alfabética:

Quadro 09- Perspectivas teóricas identificadas nos artigos:

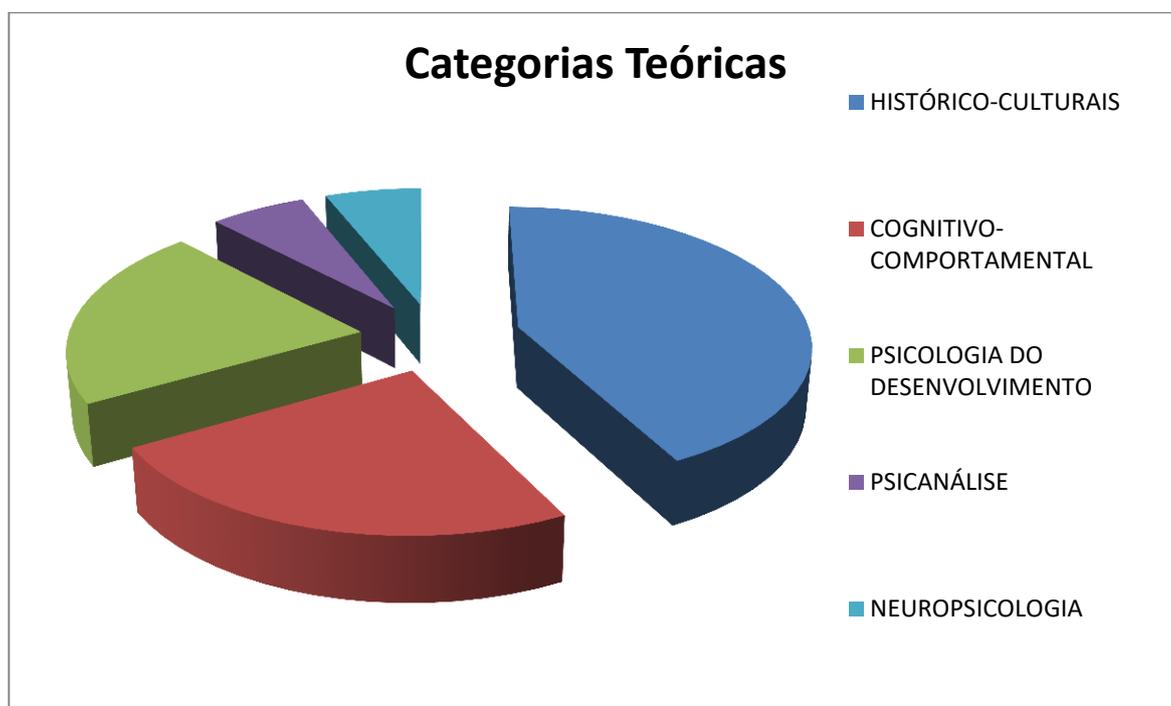
Análise do comportamento (Rocha, Ingberman, & Breus, 2011). Aparece em três (03) artigos.	(AC) Atenção conjunta (RAC) resposta de atenção conjunta e iniciação de atenção conjunta (IAC) (Whalen & Schreibman, 2003).	Bioecologia (Bronfenbrenner, 1979/1996).	Caracterização do repertório comportamental definido como nomeação por Horne e Lowe (1996).
Estilos parentais permissivo, autoritário e autoritativo.	Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009; 2010). Aparece em cinco	Intervenção comportamental intensiva precoce (Early intensive	Modelo teórico de Estilos de lideranças de professores, (Batista e Weber

Baumrind (1966).	(05) artigos.	behavioral intervention – EIBI (Eldevik et al., 2010).	2015).
Neuropsicologia (CAMARGO, et al., 2007). Aparece em dois (02) artigos.	Psicologia do desenvolvimento- Marturano (2008). Aparece em cinco (05) artigos.	Psicanálise. Aparece em dois (02) artigos.	Perspectiva histórica das imagens sociais (Domingues, 2013).
Perspectiva feminista e dos estudos da infância.	Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003). Aparece em dois (02) artigos.	Teoria da Modificabilidade Cognitiva.	Sociologia da infância. Aparece em cinco (05) artigos.

Fonte: Autora (2018)

São trinta e três (33) artigos que especificam o uso de alguma abordagem teórica, como podemos observar no quadro acima. As abordagens teóricas utilizadas nos artigos foram subdivididas em cinco (05) categorias teóricas: Histórico-culturais/Psicossociais (14), Cognitivo-comportamentais (08), Psicologia do desenvolvimento (07), Psicanálise (02) e Neuropsicologia (02) como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 04- Distribuição de artigos por categorias teóricas:



Fonte: Autora (2018)

Observamos que a maioria dos artigos não especifica o uso de nenhuma abordagem teórica, totalizando quarenta artigos, e dos trinta e três artigos restantes que especificam o uso de alguma abordagem, a categoria dos estudos Histórico-culturais/Psicossociais foi a que mais apareceu (em quatorze artigos), Psicanálise e Neuropsicologia apareceram ambas em dois artigos.

Em síntese, podemos afirmar que os estudos analisados abordam as crianças como participante dos estudos que buscam revelar, o que ela diz sobre si ou, sobre modo como os adultos com as quais trabalham ou convivem as abordam.

Assim, as crianças surgem ainda nos documentos que falam sobre ela (artigos, prontuários, protocolos, testagens). O conceito de criança (s) se apresenta relacionado ao desenvolvimento da criança e como ocorre o processo de autoconceito em meio às interações em sala de aula; crianças “ganham voz” e apresentam suas crenças sobre “ser uma boa professora”; crianças relacionadas à temática da prevenção à violência doméstica contra as crianças e adolescentes, com um cunho voltado à assistência social; crianças como participante da pesquisa na avaliação do desenvolvimento e treinamento comportamental das crianças com autismo; criança como sujeito social que constrói representações sociais acerca do meio ao qual está inserida, tendo como referência os adultos, os objetos, a mídia e as normas que regulam os espaços; criança participante que significa a cidade em diferentes

grupos de pertencimento – alunos de escola pública e de escola privada; criança adoecida e o cuidado a ela destinado pelos profissionais no contexto hospitalar; criança participante da pesquisa que relata suas vivências, que carregam significações e interpretações pessoais, mas também são permeadas pelo arcabouço simbólico construído no e pelo meio sociocultural; crianças vítimas de abuso sexual e suas dificuldades no processo de identificação/revelação do agressor, dificultando assim os meios de assistência às vítimas, bem como no mapeamento de perfis de adotantes e possíveis adotados de crianças acolhidas; crianças vítimas de violência doméstica; crianças submetidas a condições estressoras no ambiente escolar; crianças pequenas e o desenvolvimento de sua linguagem verbal; crianças submetidas a condições físicas ambientais que restringem o desenvolvimento de suas habilidades sociais; crianças com síndrome de *down*; crianças com deficiência e avaliação neuropsicológica de aquisição de linguagens.

Em relação à discussão do conceito infância nos artigos, percebe-se que as temáticas abordadas não se distanciam muito das citadas acima, pois se voltam às questões hospitalares, doenças crônicas, violências de diversos tipos, dificuldades acadêmicas e questões similares atreladas à infância. Percebe-se ainda que, a depender da perspectiva teórica adotada pelos pesquisadores, a infância vai sendo percebida de diferentes maneiras: como um processo sociocultural, em que a concepção de infância vai sendo construída nas relações sociais e históricas em que está inserida; ou como um processo de desenvolvimento natural, em que se demarcam as faixas etárias, características e comportamentos dos ciclos de vida.

Ressalta-se ainda que alguns autores utilizem, de forma indiferenciada, os termos criança e infância. A perspectiva teórica Histórico-culturais/Psicossociais, em nossa análise, foi a que apresenta a discussão conceitual, em que demarcam a infância como um fenômeno em processo, que é influenciado e influencia os sujeitos.

Em relação aos pressupostos cognitivo-comportamentais, percebeu-se uma gama de instrumentos utilizados para a avaliação de comportamentos, emoções e afetos infantis. Entende-se assim que apresentam a discussão da infância como uma etapa em que a criança está transitando. Os postulados da perspectiva do desenvolvimento busca caracterizar e determinar as habilidades e as dificuldades das crianças, dependendo de idade-sexo-doença, em determinado contexto, como por exemplo, o estudo de Weber (2014), que dentro desta perspectiva analisou o nível de comprometimento infantil diante da obesidade/sobrepeso.

E por fim, podemos pontuar que a psicanálise, em nosso estudo, discute relatos de casos clínicos, e para abordar o sintoma infantil, recorre ao entendimento e discussão dos

sintomas dos pais, logo a criança ficou num segundo plano, para emergir na narrativa materno-paterna.

6 CONCLUSÃO

O diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostrou-se uma ferramenta confiável e eficaz na busca dos dados. Com a proposta de análise dos grupos de pesquisa sobre conceito de infância e de criança e a análise dos artigos dos pesquisadores de cada grupo, podemos obter um panorama das produções acadêmicas no Brasil no período 2013-2017.

Os grupos de pesquisa representam a produtividade acadêmica no país. Com a amostra de 21 grupos de pesquisa sobre a temática infância e criança encontrados nesta pesquisa, podemos inferir que esse quantitativo não representa a totalidade de grupos de pesquisa no diretório que tratam do tema, visto que foram aplicados critérios de busca, como por exemplo, a busca por ter no título do grupo um dos descritores. A análise dos grupos nos permitiu observar que há uma maior concentração de pesquisas no sudeste e sul, devido à maior quantidade de Programas de Pós-graduação e, conseqüentemente, um maior número de pesquisadores. Também observamos que não houve uma variação significativa de grupos de pesquisa formado por ano, ou seja, foram em média formados dois grupos em cada ano.

O descritor de busca que mais se destacou foi o descritor *crianças*, com 48 artigos encontrados, em seguida, *infantil* (10 artigos), *infância* (08 artigos) e *criança* (07 artigos). Totalizando assim 73 artigos analisados.

A análise dos 21 grupos de pesquisa nos levou aos respectivos pesquisadores e suas publicações, por meio do acesso ao currículo Lattes dos mesmos. Optamos por utilizar os seguintes critérios para a análise das publicações: ser artigo publicado entre 2013-2017 e ter no título um dos quatro descritores. A utilização de filtros nos pareceu importante pra podermos ter uma amostra padronizada e analisável, visto que 73 artigos nos parecem uma amostra quantitativamente relevante. Em relação ao quantitativo de artigos publicados em cada ano ficou entre treze (13) a dezesseis (16) artigos publicados.

Nove revistas publicaram mais de um artigo. Sendo o total de 56 revistas representadas na amostra.

Em relação à plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, ele foi criado em 1992, e constitui-se em bases de dados censitárias e correntes que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país. Tem três finalidades principais: instrumento para o intercâmbio e a troca de informações; caráter censitário no auxílio de planejamento estratégico ao fomento, e por fim, constituir base de dados importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil. Já o CNPq foi criado

em 1951, desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Até 1974 a sigla CNPq correspondia ao nome Conselho Nacional de Pesquisa, porém desde então leva uma nova nomenclatura, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a sigla. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. Tem como missão fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. E objetiva ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira (acesso por meio do link: (http://cnpq.br/apresentacao_institucional/)).

O acesso à plataforma é bem simples e acessível com *menu* e ferramentas que direcionam o usuário na busca por suas informações. Dito isto, não se afirma que o diretório de grupos é infalível, pois todos os bancos de dados têm suas limitações, o que se afirma, a partir do material coletado, é que tal plataforma nos possibilitou coletar um material significativo, com informações relevantes.

Nem todos os pesquisadores tinham artigos publicados sobre a temática da infância/criança no período de 2013-2017. São 15 autores com artigos analisados, e 06 que não apresentaram nenhum artigo com os critérios de análise. Foram encontrados 04 artigos indisponíveis *online* e 02 repetidos.

A análise dos artigos foi dividida entre os autores que abordam o conceito criança/s e infância/infantil. Dentre eles, Batista (2017) discute acerca do desenvolvimento da criança, pensando como a criança está no processo de autoconceito em meio às interações em sala de aula. No estudo de Andrade (2016), com base na perspectiva teórica Histórico-Cultural, na Psicogênese da Pessoa Completa, nos estudos da Sociologia da Infância e na noção de espaço narrativo (SENNETT, 1990) com ênfase nas significações sobre criança como sujeito de direito e de cultura, discute como crianças possuem narrativas próprias, veiculadas seja verbalmente, seja corporalmente, que também circulam no espaço em busca de contornos de lugares específicos influenciando comportamentos dos adultos e de outras crianças. Os estudos diferenciam os termos infância e criança, tomando o primeiro como a expectativa social que determinada sociedade possui sobre a criança, esta última, ser de certa idade. Assim, considera-se infância uma invenção cultural ou construções sociais e históricas, porque se define pelas significações que lhes são atribuídas, ao longo dos tempos nas diferentes culturas.

São trinta e três (33) artigos que especificam o uso de alguma abordagem teórica. As abordagens teóricas utilizadas nos artigos foram subdivididas em cinco (05) categorias teóricas: Histórico-culturais/Psicossociais (14), Cognitivo-comportamentais (08), Psicologia do desenvolvimento (07), Psicanálise (02) e Neuropsicologia (02). A maioria dos artigos não especifica a abordagem teórica, totalizando quarenta artigos, e dos trinta e três artigos restantes que especificam o uso de alguma abordagem, a categoria dos estudos Histórico-cultural/Psicossociais foi a que mais apareceu (em quatorze artigos), Psicanálise e Neuropsicologia apareceram ambas em dois artigos.

A partir da análise empreendida no capítulo 5, podemos inferir que o uso maciço do descritor crianças nos artigos é de certo modo justificado, ou seja, estes pesquisadores que trataram da criança/s focaram no estudo com crianças, e os poucos pesquisadores que focaram no estudo sobre a criança/s consequentemente abordaram a infância. Dito isto, entende-se que há aí uma divisão sobre a discussão dos conceitos.

Ressalta-se que não houve a intenção de discutir teoricamente o conceito a priori, mas se buscou trazer a discussão dos conceitos partindo de cada artigo analisado.

Partindo da análise a posteriori pode-se afirmar que o que se produziu sobre infância, dentro deste recorte, foi pouco e limitado, onde o conceito de infância facilmente se confundiu com o de criança, dificultando assim a nossa análise. Porém tais resultados se mostram importantes para pensarmos e realizarmos futuras pesquisas na temática, principalmente dentro dos nossos grupos de pesquisas.

De modo geral, os artigos analisados abordam os conceitos de infância e criança atrelados a temáticas diversificadas, exemplo, violência (sexual, física), doenças crônicas, entre outras problemáticas. Os autores/pesquisadores em sua maioria tomam a criança como sujeitos participantes de suas pesquisas. A infância, por sua vez, se relaciona diretamente com os pressupostos teóricos gerais que subsidiam as pesquisas.

7 REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, P.; WEBER, L. N. D. ; BOLSONI-SILVA, A. . Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva** (Impresso), v. 18, p. 4-21, 2016.
- AMARAL, J. D. H. F.; FERREIRA, P. K. R. K. ; ENUMO, S. R. F. A inserção/reinserção da criança com doença renal crônica na escola: a implementação de um projeto de diálogos entre escola e serviço de saúde. **Temas em educação e saúde** (Araraquara), v. 13, p. 197-208, 2017.
- ANDRADE, D. B. S. F.; POUBEL, P. F.; SILVA, E.M.P. Representações sociais de Cuiabá: estudo comparativo entre mapas cognitivos de crianças em escolas públicas e particulares. **Revista educação e fronteiras on-line**, v. 6, p. 147, 2016.
- ANDRADE, D. B. S. F.; POUBEL, P. F. 'Quando eu penso em Cuiabá... ': significações da cidade por crianças em escolas particulares. **Plures. Humanidades** (Ribeirão Preto), v. 17, p. 268, 2016.
- ANDRADE, D. B. S. F. O potencial narrativo dos lugares destinados às crianças: incursões do grupo de pesquisa em psicologia da infância GPPIN. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 16-21, 2015.
- ANDRADE, D. B. S. F.. A criança nas entrelinhas dos discursos de acadêmicos brasileiros sobre professor da Educação Infantil. **Revista de Educação Publica** (UFMT), v. 22, p. 361, 2013.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. **Lisboa: Edições 70**. 2002.
- BASTOS, J. A. Saúde mental e trabalho: metassíntese da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – **Universidade Federal de Alagoas**, Maceió, 2014. 114f.
- BREDEL, M. G. C. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. **Seminário do 16º COLE vinculado**: 13. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2007.
- BACELAR, F. T. N. S.; SOUZA, C. B. A. Intervenções Comportamentais no Ensino de Atenção Conjunta para Crianças com Autismo: Uma revisão de literatura. **Interação em Psicologia** (Online), v. 18, p. 191-202, 2014.
- BAÍÁ, P. A. D. ; VELOSO, M. M. X. ; HABIGZANG, L. F. ; DELL'AGLIO, D. D.; MAGALHÃES, C. M. C. . Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. **Revista de psicología** (Santiago), v. 24, p. 1-19, 2015.
- BAÍÁ, P. A. D. ; VELOSO, M. M. X. ; MAGALHÃES, C. M. C. ; DELL'AGLIO, D. D. . Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**. (Ribeirão Preto), p. 193-202, 2013.

BATISTA, A. P.; WEBER, L. N. D. Análise de programas direcionados a comportamentos exteriorizados na infância e adolescência. **Psicologia Argumento** PUCPR. (Impresso), v. 32, p. 157-168, 2014.

COLE, M. Cultural psychology: A once and future discipline. **Cambridge: Harvard University Press**. 1998.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. São Paulo. Artmed. 2011.

CNPq. **DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/> Acesso em 17 de maio de 2017.

CANUTO, L. T. O conceito de infância em artigos brasileiros de psicologia. Universidade Federal de Alagoas. **Instituto de Psicologia**. Programa de Pós-graduação em psicologia. Dissertação defendida em Março de 2017.

CASTAÑON. Construcionismo social: uma crítica epistemológica. **Temas em Psicologia da SBP**, 2004, v. 12, n. 1, p. 67–81, 2004.

COSTA, G. O. ; SOUZA, C. B. A.. Ensino de linguagem receptiva para crianças com autismo: comparando dois procedimentos. **Acta Colombiana de Psicologia**, v. 18, p. 41-50, 2015.

CALZA, T. Z. ; D. D. D. ; SARRIERA, J. C. Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: Epidemiologia e notificação. **Revista da SPAGESP**, v. 17, p. 14-27, 2016.

COSTA, E. F.; CAVALCANTE, L. I. C.; DELL'AGLIO, D. D. Perfil do desenvolvimento da linguagem de crianças no município de Belém, segundo o Teste de Triagem de Denver II. **Revista CEFAC (Online)**, v. 17, p. 1090-1102, 2015.

CARDOSO, T. S. G.; SIQUARA, G. M.; FREITAS, P. M. Relações entre depressão materna e problemas de comportamento em crianças. **Psicologia Argumento** (PUCPR. Impresso), v. 32, p. 131-141, 2014.

CARNIER, L. E. ; PADOVANI, F. H. P.; PEROSA, G. B.; RODRIGUES, O. M. P. R. Estratégias de enfrentamento em crianças em situação pré-cirúrgica: relação com idade, sexo, experiência com cirurgia e estresse. **Estudos de Psicologia** (PUCCAMP. Impresso), v. 32, p. 319-330, 2015.

DASCANIO, D.; DEL PRETTE, P. A. Z. ; RODRIGUES, O. M. P. R.; DEL PRETTE, A. Intoxicação infantil por chumbo: uma questão de saúde e de políticas públicas. **Psicologia em Revista** (Online), v. 22, p. 88-109-109, 2016.

DASCANIO, D.; DEL PRETTE, A.; BARHAM, ELIZABETH JOAN ; RODRIGUES, O. M. P. R.; FONTAINE, A. M. G. V.; DEL PRETTE, Z. A. P. DEL. Habilidades sociais, competência acadêmica e problemas de comportamento em

crianças com diferentes níveis de plumbemia. **Psicologia: Reflexão e Crítica** (UFRGS. Impresso), v. 28, p. 166-176, 2015.

DIAS, T. L.; ENUMO, S. R. F.; FRANÇA, J. A.; NASCIMENTO, R. C. L. B.. A saúde da criança com doença falciforme: desempenho escolar e cognitivo. **Revista de Educação Pública** (UFMT), v. 22, p. 575-594, 2013.

DIAS, T. L.; OLIVEIRA, C. G. T.; ENUMO, S. R. F.; PAULA, K. M. P. A dor no cotidiano de cuidadores e crianças com anemia falciforme. **Psicologia USP** (Impresso), v. 24, p. 391-411, 2013.

FREITAS, M. T de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

FREITAS, P. M.; NISHIYAMA, P. B.; FREITAS, L. M.; RIBEIRO, D. O. . Adaptações Curriculares para Crianças com Deficiência Intelectual Moderada: Contribuições da Neuropsicologia do Desenvolvimento. **Pedagogia em Ação** (PUC-MG), v. 8, p. 1, 2016.

FREITAS, P. M.; ROCHA, C. M.; HAASE, V. G. Análise dos preditores do estado psicológico das mães de crianças com Paralisia Cerebral. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** (Online), v. 14, p. 453-473, 2014.

FREITAS, P. M.; SIQUARA, G. M.; CARDOSO, T. S. G. Percepção das Mães sobre as Relações Familiares e o Comportamento de suas crianças: um estudo correlacional. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, p. 20-35, 2013.

FERRARINI, A. R. K. ; QUEIROZ, F. R. O. ; SALGADO, R. G. Infância e escola: tempos e espaços de crianças. **Educação e Realidade**, v. 41, p. 1027-1048, 2016.

FERRARI, A. G.; GURSKI, R.; ROSA, M. S. A escuta de pais nas entrevistas preliminares com crianças: algumas questões iniciais. **Revista de psicologia: teoria e prática** (online), v. 19(1), p. 44-54, 2017.

GUIMARAES, C. A.; ENUMO, S. R. F. Impacto Familiar nas Diferentes Fases da Leucemia Infantil. **Revista de Psicologia: Teoria e Prática** (Online), v. 17, p. 66-78, 2015.

GURSKI, R.; FERRARI, A. G.; ROSA, M. S. O sujeito sindrômico e a infância eternizada: um modo de penhasco? **Cadernos de psicanálise** (círculo psicanalítico/RJ), v. 35, p. 127-142, 2013.

GAVA, L. L.; PELISOLI, C. L.; DELL'AGLIO, D. D. Perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes. **Avaliação Psicológica** (Impresso), v. 12, p. 137-145, 2013.

HOSTERT, P.C.C.P.; ENUMO, S. R. F.; MOTTA, A. B.. Coping da hospitalização em crianças com câncer: a importância da classe hospitalar. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 32, p. 627-639, 2015.

HOSTERT, P.C.C.P.; ENUMO, S. R. F.; MOTTA, A. B.. Brincar e problemas de comportamento de crianças com câncer de classes hospitalares. **Estudos de Psicologia** (PUCCAMP. Impresso), v. 16, p. 127-140, 2014.

HOHENDORFF, J. V.. O que podemos aprender com o modelo de rede de proteção e de atendimento às crianças vítimas de violência a partir do modelo americano Children's Advocacy Center (CAC)? **Diaphora - Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, v. 15, p. 60-64, 2017.

HOHENDORFF, J. V.; POSTAY, A. T.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.. Parceria com a rede de atendimento no estudo da violência sexual infantil. **Revista da SPAGESP**, v. 18, p. 143-156, 2017.

HOHENDORFF, J. V.; PATIAS, N. D. Violência sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo. **Barbarói** (UNISC. online), v. 49, p. 239-257, 2017.

HOHENDORFF, J. V.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.. Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Impresso), v. 35, p. 182-198, 2015.

IGNACHEWSKI, C. L.; BATISTA, A. P. Crenças de Crianças e Professoras sobre a Boa Professora-. **Iniciação Científica** - CESUMAR, v. 18, p. 117-125, 2016.

KAWASHIMA, R. A.; MARTINS, R. A.; BATAGLIA, P. U. R.. Histórias e dilemas morais com crianças: instrumento para pesquisadores e educadores. **Interfaces da Educação**, v. 6, p. 211-230, 2015.

KAWASHIMA, R. A.; MARTINS, R. A.. Dilema moral na educação infantil: generosidade ou justiça? **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), v. 24, p. 48-74, 2014.

LIMA, C. T. de. Adjetivações da obra de Vigotski na produção científica da psicologia brasileira. 2014. 86f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – **Universidade Federal de Alagoas, Maceió**, AL, 2014.

LIMA, A.S.; BARROS, M.L.T.Q.; ENUMO, S. R. F. Enfrentamento em crianças portuguesas hospitalizadas por câncer: comparação de dois instrumentos de avaliação. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 31, p. 559-571, 2014.

LEMOS, J. M.; BATISTA, A. P. Relação entre autoconceito de crianças e estilos de liderança de professores. **Psicologia escolar e educacional** (impresso), v. 21, p. 53-63, 2017.

MAIA, J. N. Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil. UCDB **Universidade Católica Dom Bosco**. Campo Grande- MS. 2012.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPED**. 2006.

MAYER, A.P.F.; WEBER, L. N. D. . Relações entre a obesidade na infância e adolescência e a percepção de práticas de alimentação e estilos educativos parentais. **Psicologia Argumento** (PUCPR. Impresso), v. 32, p. 143-153, 2014.

MAYER, A.P.F.; WEBER, L. N. D. . A influência da escola na alimentação da criança. **Camine: Caminhos da Educação**, v. 5, p. 1-19, 2013.

MOREIRA, A.; WEBER, L. N. D. Maus-tratos contra crianças e adolescentes. **INFAD** (Barcelona), v. 1, p. 249, 2013.

OLIVEIRA, E. S. A.; SALGADO, R. G.; SOUZA, L. L. Infância em pesquisa: as crianças e os signos da mídia em contextos educativos. **Interação Interdisciplinar**, v. 1, p. 80-99, 2017.

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; D., D. D. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. **Psicologia & Sociedade** (Online), v. 29, p. e131636, 2017.

PELISOLI, C. L.; DOBKE, V. M.; DELL'AGLIO, D. Depoimento especial: para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Temas em Psicologia** (Ribeirão Preto), v. 22, p. 25-38, 2014.

PEREIRA, V. A.; RODRIGUES, O. M. P. R.; DONATO, M. L.; MARUCHI, F. C.; AMARAL, P. J. V. Análise de manuais de aleitamento infantil: orientações às mães que não podem amamentar. **Temas em Psicologia** (Ribeirão Preto), v. 24, p. 1027-1038, 2016.

PEREIRA, V. A.; RODRIGUES, O. M. P. R.; CARVALHO, S. Z. L.; CHIODELLI, T. Influências do estresse e ansiedade puerperal nos primeiros meses do desenvolvimento infantil. **Cadernos de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento** (Online), v. 15, p. 89-100, 2015.

PINTO JUNIOR, A. A.; Calefi, M. F.; TEIXEIRA, P. A.. Avaliação de um programa de esclarecimento sobre abuso sexual infantil para pais e responsáveis. **Revista ciência em extensão**, v. 13, p. 13-24, 2017.

PINTO JUNIOR, A. A.; PINTO, E.P.S.; SOUZA, K. A. T.; MOREIRA, G. K. T. P.; BARBOSA JUNIOR, E. D; SILVA, E. A.; BALBINO, N. R.; MELOO, G. F. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção nos centros de referência de assistência social. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, p. 91-103, 2015.

PINTO JUNIOR, A. A.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. D. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em

um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, p. 124-131, 2015.

QUEIROZ, O. A.; ENUMO, S. R. F.; PRIMI, R. Desempenho de crianças com e sem necessidades especiais em provas assistidas e psicométricas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 425-446, 2013.

RONDINI, C. A.; INCAU, C.; MARTINS, R. A.. Concepções de profissionais da saúde sobre altas habilidades e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em crianças. **Educação e cultura contemporânea**, v. 13, p. 152-170, 2016.

RIBAS, A. F. P.; MOURA, M. L. S. de. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 129-138, jan./abr. 2006.

RODRIGUES, O. M. P. R.; DOS SANTOS, L. H. Z.; CARLINO, F. C. Intervenção em habilidades sociais com uma criança com Síndrome de Down. **Revista Educação Especial** (Online), v. 27, p. 95-110, 2014.

RODRIGUES, O. M. P. R.; ALMEIDA, C. G. M.; PEREIRA, V. A.; CAPELLINI, V. L. M. F. Avaliação do desempenho escolar de crianças contaminadas por chumbo. **Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 537-546, 2014.

SALGADO, R. G.; DE SOUZA, L. L. Gêneros, sexualidades e infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência. **Childhood & philosophy**, v. 14, p. 241-258, 2017.

SALGADO, R. G.; FERRARINI, A. R. K. . Em busca do corpo perfeito: as crianças na cultura da beleza e da sedução. **Em Aberto**, v. 29, p. 83-93, 2016.

SALGADO, R. G.. Infância, gerações e temporalidades: experiências de crianças e professoras em diálogo. **Linhas críticas** (online), v. 20, p. 63-80, 2014.

SALGADO, R. G.; FERRARINI, A. R. K. ; DAL PRÁ, R. M.; PORTO, R. K. D. 'Tudo junto e misturado?': a infância contemporânea no diálogo entre crianças e adultos. **Revista Teias** (UERJ. Online), v. 14, p. 46-61, 2013.

SOUSA C. F, BRANCO M. Z. P. C. Metassíntese: uma revisão da literatura – contributos para o conhecimento e para os cuidados de enfermagem. **Enferm. Foco** 2013; 4(2): 88-92.

SOUZA, L. M. R.; MINTO S. N.; GIL, M. S. C. A.. Aprendizagem de relações emergentes por exclusão em crianças de 2 a 3 anos. **Revista brasileira de análise do comportamento**, v. 12, p. 44-53, 2016.

SILVA, F. T. N.; NEVES, E. ; SOUZA, C. B. A.. Relações funcionais entre estímulos condicionais sociais, atenção conjunta, tato e mando em crianças com autismo.

Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva (impresso), v. XIX, p. 45-61, 2017.

SANTOS, E. L. N.; SOUZA, C. B. A.. Ensino de Nomeação com Objetos e Figuras para Crianças com Autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** (Brasília. Online), v. 32, p. 1-10, 2016.

SILVA, F. H. O. B.; CAVALCANTE, L. I. C.; DELL'AGLIO, D. D. Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: Um estudo documental. **Revista da SPAGESP**, v. 17, p. 67-80, 2016.

SILVA, I. A.; LUCATTO, L. C.; CRUZ, L. A. N.; MARTINS, R. A.. Considerações sobre a agressividade infantil. **Revista Olhares e Trilhas**, v. 17, p. 66-82, 2015.

SILVA, F. C.; ANDRADE, D. B. S. F. Movimento e aprendizagem: a significação do corpo pela criança na Educação Infantil. **Corixo**, v. 1, p. 70, 2016.

SILVA, E.M.P.; ANDRADE, D. B. S. F. Cidade como metáfora de si: representações socioespaciais de Cuiabá? MT segundo a criança. **Revista Diálogo Educacional** (PUCPR. Impresso), v. 14, p. 759-779, 2014.

SILVA, F. D.; RODRIGUES, O. M. P. R.; LAURIS, J. R. P. Ansiedade Materna e Problemas Comportamentais de Crianças com Fissura Labiopalatina. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 37, p. 318-334, 2017.

SILVA, F.; RODRIGUES, O. M. P. R.; LAURIS, J.R.P. Problemas Comportamentais em Crianças Pré-Escolares com Fissura Labiopalatina. **Temas em psicologia** (ribeirão preto), v. 25, p. 1107-1122, 2017.

SILVA, F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Avaliação do repertório de habilidades sociais em crianças com fissura labiopalatina. **Aletheia** (ULBRA), v. 45, p. 24-41, 2014.

SBICIGO, J. B.; ABAID, J. L. W. ; DELL'AGLIO, D. D. ; SALLES, J. F. Nível socioeconômico e funções executivas em crianças/ adolescentes: revisão sistemática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (Online), v. 65, p. 51-69, 2013.

SOARES, Z. F.; SIQUARA, G. M.; SANTANA, A. R.; PEREIRA, J. M.; SILVA, V. S.; CARDOSO, T. S. G. ; FREITAS, P. M. . Intervenção Cognitivo-Comportamental para crianças com dificuldades psicolinguísticas: Reabilitação neuropsicológica. **Revista Ciência em Extensão**, v. 9, p. 6-18-18, 2013.

STASIAK, G.; WEBER, L. N. D. Percepção do estresse pelas crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Impulso: **Revista de Ciências Sociais e Humanas**, v. 23, p. 35-45, 2013.

TRANCOSO, A. E. R. Juventudes: o conceito na produção científica brasileira. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – **Universidade Federal de Alagoas, Maceió**, 2012. 222f.

TEIBEL, E. N. H.; ANDRADE, D. B. S. F. Intervenção em práticas de cuidado à criança no contexto hospitalar: representações sociais da equipe de saúde. **Psicologia e saber social**, v. 6, p. 87-100, 2017.

VASCONCELOS, M. D. F.F. D.; MARTINS, C. P.; MACHADO, D.D. O. Apoio institucional como fio condutor do Plano de Qualificação das Maternidades: oferta da Política Nacional de Humanização em defesa da vida de mulheres e crianças brasileiras. **Interface** (Botucatu. Online), v. 00, p. 00-00, 2014.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: **Martins Fontes**. 1991.

WERTSCH, J. V. Socio cultural research in the copyright age. **Culture & Psychology**, 1, p. 81-102. 1995.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de pesquisa. – 2. ed. **Rev. atual.** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. Disponível: <http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/corrente_socio-historica_repeb.pdf>.

ZAPPE, J. G.; YUNES, M. A. M.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização. **Pensando Famílias**, v. 20, p. 83-98, 2016.

8. APÊNDICE

Quantitativo total de grupos de pesquisa encontrados por descritores

Quadro 10- Infância

 Consulta Parametrizada				
INSTITUIÇÃO	GRUPO	LÍDER	2º LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal de Sergipe	Balbuçios: gaguejar uma infância	Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	-	Ciências Humanas
Universidade Estadual da Região Tocantina do MA	Educação, Infância e desenvolvimento humano na perspectiva da teoria histórico-cultural (GEITHC)	Francisco de Assis Carvalho de Almada	Ilma Maria de Oliveira Silva	Ciências Humanas
Universidade Estadual do Centro-Oeste	Estudos sobre Infância e Adolescência	Ana Priscila Batista	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Tocantins	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância e Adolescência	Ana Cristina Serafim da Silva	-	Ciências Humanas
Universidade Federal de Mato Grosso	Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância	Daniela Barros da Silva Freire Andrade	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Paraná	INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E SOCIEDADE	Lidia Natalia Dobrianskyj Weber	Josafá Moreira da Cunha	Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Infância, família e sociedade	Sônia Margarida Gomes Sousa	Divino de Jesus da Silva Rodrigues	Ciências Humanas
Universidade Federal de Mato Grosso	INFÂNCIA, JUVENTUDE E CULTURA CONTEMPORÂNEA - GEJC	Raquel Gonçalves Salgado	Carmem Lúcia Susseel Mariano	Ciências Humanas
Universidade Federal de Pernambuco	Laboratório de Estudos do Desenvolvimento na Cultura: Comunicação e Práticas Sociais -	Izabel Augusta Hazin Pires	Maria da Conceição Diniz Pereira de Lyra	Ciências Humanas
Universidade Federal Fluminense	LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (LEPIA)	Antonio Augusto Pinto Junior	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	NEPEIA - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência	Andrea Gabriela Ferrari	Roselene Ricachenevsky Gurski	Ciências Humanas
Universidade Estadual de Londrina	Núcleo de Estudos e Pesquisas do Brincar, Infância e Diferentes Contextos	Cleide Vitor Mussini Batista	-	Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia	Núcleo de Investigações Neuropsicológicas da Infância e Adolescência (NEURÔNIA)	Patrícia Martins de Freitas	Leandro Martins de Freitas	Ciências Humanas
Universidade Federal da Paraíba	Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência	Maria de Fatima Pereira Alberto	Manuella Castelo Branco Pessoa	Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Núcleo de Pesquisa e Intervenção Família e Infância	Soraia Dojas Melo Silva Carellos	Maria Ignez Costa Moreira	Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Núcleo de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas - NIPIAC	Cristiana Carneiro	Lucia Rabello de Castro	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Pesquisa em Psicanálise e Interdisciplinaridade para a Infância e Juventude	Patrícia Junqueira Grandino	-	Ciências Humanas
Universidade Federal da Paraíba	Psicologia Educacional, Formação e Infância - estudos sobre classes populares e educação	Angela Maria Dias Fernandes	Eduardo Antonio de Pontes Costa	Ciências Humanas
Faculdade Meridional	VIA-Redes (Violência, Infância, Adolescência e Redes de proteção e de atendimento)	Jean Von Hohendorff	-	Ciências Humanas

Total de registros: 19

Fonte: CNPq (2018)

Quadro 11- Descritor: Criança



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Consulta Parametrizada

INSTITUIÇÃO	GRUPO	LÍDER	2º LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro	A clínica contemporânea com crianças e adolescentes	Diana Dadoorian	-	Ciências Humanas
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Desenvolvimento sociomoral de crianças e adolescentes	Luciana Aparecida Nogueira da Cruz	Raul Aragão Martins	Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Família, casal e criança: teoria e clínica	Andrea Seixas Magalhães	Terezinha Féres-Carneiro	Ciências Humanas
Universidade Católica Dom Bosco	Grupos de Criança: Identidade, Avaliação e Psicoterapias	Sonia Grubits	Jose Angel Vera Noriega	Ciências Humanas
Universidade Federal de São Carlos	INTERAÇÃO SOCIAL, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PEQUENA	Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil	-	Ciências Humanas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	LEVICA - Laboratório de estudos sobre violência contra crianças e adolescentes	Ana Cláudia de Azevedo Peixoto	Wanderson Fernandes de Souza	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	O teste do desenho da pessoa na chuva: estudos de validação em crianças vítimas de violência	Antonio Augusto Pinto Junior	Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo	Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PSICOLOGIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Sônia Regina Fiorim Enumo	Helena Bazanelli Prebianchi	Ciências Humanas
Universidade Federal do Pará	Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem	Carlos Barbosa Alves de Souza	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sistema de proteção a crianças e adolescentes: Pesquisas e aplicações	Débora Dalbosco Dell'Aglio	Aline Cardoso Siqueira	Ciências Humanas

Total de registros: 10

Fonte: CNPq (2018)

Quadro 12- Descritor: Crianças



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Consulta Parametrizada

INSTITUIÇÃO	GRUPO	LÍDER	2º LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro	A clínica contemporânea com crianças e adolescentes	Diana Dadoorian	-	Ciências Humanas
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Desenvolvimento sociomoral de crianças e adolescentes	Luciana Aparecida Nogueira da Cruz	Raul Aragão Martins	Ciências Humanas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	LEVICA - Laboratório de estudos sobre violência contra crianças e adolescentes	Ana Cláudia de Azevedo Peixoto	Wanderson Fernandes de Souza	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	O teste do desenho da pessoa na chuva: estudos de validação em crianças vítimas de violência	Antonio Augusto Pinto Junior	Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo	Ciências Humanas
Universidade Federal do Pará	Questões empíricas e conceituais na aquisição de repertórios simbólicos em crianças com e sem	Carlos Barbosa Alves de Souza	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sistema de proteção a crianças e adolescentes: Pesquisas e aplicações	Débora Dalbosco Dell'Aglio	Aline Cardoso Siqueira	Ciências Humanas

Total de registros: 6

Fonte: CNPq (2018)

Quadro 13- Descritor: Infantil

 Consulta Parametrizada				
INSTITUIÇÃO	GRUPO	LÍDER	2º LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal Fluminense	Abuso sexual infantil: reflexões contemporâneas	Andrea Souto Mayor	-	Ciências Humanas
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Ações preventivas e processos de intervenção em desenvolvimento infantil	Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues	Veronica Aparecida Pereira	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Centro de Investigação Sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil	Maria Clotilde Therezinha Rossetti Ferreira	Katia de Souza Amorim	Ciências Humanas
Universidade do Estado da Bahia	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Fundamental 1 - GEPEIF	Jorgete Pereira Oliveira	Selma Maria Campos Santos	Ciências Humanas
Universidade Federal da Paraíba	Interação Social e Desenvolvimento Infantil	Nadia Maria Ribeiro Salomao	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Pará	Linguagem, Corpo & Infantil / LinCI - UFPA	Luiz Carlos Souza Bezerra	-	Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina	NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	Mauro Luis Vieira	Ana Maria Xavier Faraco	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	O teste de apercepção infantil com figuras humanas	Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo	-	Ciências Humanas
Universidade Federal de Uberlândia	PSICANÁLISE E SAÚDE MENTAL INFANTIL	João Luiz Leitão Paravidini	-	Ciências Humanas
Total de registros: 9				

Fonte: CNPq (2018)